

JOSÉ BATISTA DA COSTA SOBRINHO

**A VIVÊNCIA DAS RELAÇÕES DE
GÊNERO NO CONSELHO NACIONAL
DE LEIGOS E LEIGAS - CNL**

GOIÂNIA, AGOSTO 2001

JOSÉ BATISTA DA COSTA SOBRINHO

**A VIVÊNCIA DAS RELAÇÕES DE
GÊNERO NO CONSELHO NACIONAL
DE LEIGOS E LEIGAS - CNL**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do
Grau de Mestre em Ciências da Religião, pela Universidade Católica
de Goiás, na área de concentração Religião e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof^a Dr^a Zilda Fernandes Ribeiro

GOIÂNIA, AGOSTO 2001

Dedicatória

À minha filha Gabriela e a meu filho Mário, que souberam quebrar a ‘dureza’ desse trabalho com seus jeitos inesperados, extrovertidos, divertidos e belos de viver a vida em plenitude.

À Maria do Carmo, esposa que teve a paciência e a compreensão de apoiar-me em meus dias de intensos e tensos estudos-elaborações.

A meus pais, João Batista e Isabel, que com seus exemplos mostraram-me que o que se propõe a fazer, deve ser feito com amor e dedicação pessoal.

In Memoriam

De Altair Lima Coelho, José Luís Buturi e Valdir Sales de Freitas, irmã e irmãos que viveram plenamente experiências de pessoas completas e íntegras, mostrando a beleza, a leveza e prazerosa do que é ensaiar, já, novas relações de gênero.

Agradecimentos

À professora Zilda Fernandes Ribeiro, orientadora que me conduziu às estimulantes e promissoras experiências e reflexões no interior das relações de gênero, além é claro, da excepcional capacidade de antecipar a possibilidade de novos conhecimentos que possuam o ‘cerne’ de conhecimentos científicos prazerosos.

A Hélio Amorim, pioneiro e primeiro Presidente do CNL, por possibilitar acesso a documentos que testemunham vivências iniciais, bem como ao fraterno e profícuo diálogo que revigorou a continuidade desta pesquisa.

A Pedro Gonçalves, Geraldo Aguiar, Celso Matias e Cecília B. Franco, respectivamente segundo e terceiro presidentes e quarta presidenta do CNL.

A Wolmir Amado, presidente do CNL, pelo incentivo e apoio confiante à pesquisa e por partilhar sugestões e idéias no decorrer dessa pesquisa.

A Pe. Alaor Rodrigues de Aguiar, ao Pe. Carmelo Scampa e à Edna que facilitaram o acesso a documentos com informações indispensáveis.

À Rita de Cáscia Vieira que teve o cuidado de transcrever parte da entrevista aqui aproveitada.

À Graziella Bergamaschi e ao Pe. Francisco Cavazzutti, amigos, que souberam solidariamente apoiar, facilitando assim parte das condições financeiras de realização desse mestrado.

À Janira Sodré Miranda pela cuidadosa, auspiciosa e generosa revisão.

A todos os leigos e a todas as leigas que viveram as rela es de gênero aqui ensaiadas. Valeu irmãos e irmãs!

À Santíssima Trindade, entre todas, a melhor comunidade de amor, que me fez e faz f , razão e emo o para balbuciar estas palavras. Amém!

Resumo

COSTA SOBRINHO, J.B.da. A Vivência das Relações de Gênero no Conselho Nacional de Leigos e Leigas – CNL. Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2001.

Essa dissertação é o resultado da pesquisa, em que é esboçado o perfil da vivência das relações de gênero no Conselho Nacional de Leigos e Leigas Católicos do Brasil. Para traçá-lo, recorreu-se a aportes teóricos da filosofia, da lingüística, da antropologia, da história, da sociologia, da psicologia e da psicanálise, gerando um embasamento teórico e metodológico interdisciplinar.

Sustenta-se que homens e mulheres, cotidiana e historicamente, são tecidos por singulares e plurais relações. Uns e outros vivem em permanentes relações que implicam tanto a busca da diferença quanto da igualdade, em complexas interações sócio-culturais.

Como toda relação humana ocorre na história, então, contextualiza-se o grupo e efetua-se a síntese de sua história. Na síntese, é sustentado que a fundação do grupo ocorreu em contexto da ditadura militar e que sua trajetória histórica ficou marcada por intensa criatividade em vivenciar, cotidianamente, novas relações humanas.

O perfil de gênero é 'pintado' por meio de uma cuidadosa interpretação dos sinais em doze variáveis. A análise das variáveis foi exigência para a expressão da complexa relação de gênero vivida. Com isto, ficou 'desenhado' que as lideranças do CNL conseguiram viver, positivamente, novas relações de gênero. Perpassa as novas relações a constante busca da comunhão e da autonomia. Em base ao perfil deslindado, são indicadas futuras ações entre as lideranças do grupo analisado.

Palavras-chave: leigo, lideranças, vivência, relação de gênero, feminismo, masculinidade, singularidade, autonomia, pluralidade, interação, comunhão.

Abstract

COSTA SOBRINHO, J. B. da. The Existence of the Relationships of Gender in the “Conselho Nacional de Leigos e Leigas - CNL”. Catholic University of Goiás, Goiânia, 2001.

This dissertation is the result of research, in which the profile of the gender relationships within the “Conselho Nacional de Leigos e Leigas Católicos do Brasil” was examined. To produce this profile we resorted to the theory of philosophy, linguistics, anthropology, history of sociology, psychology and psychoanalyses which forms the interdisciplinary methodological background of this dissertation.

We argue that men and women, daily and historically are the product of singular and plural relationships. Some live in permanent relationships that imply both the search for differences as well as similarities, in their complex socio-cultural interaction.

As all human relationship occur within history, we contextualised the group and synthesized their history. In the synthesis, it is sustained that the foundation of the group occurred during the military dictatorship and the their history has been marked by intense creativity in living their daily human relationships.

The profile of gender is “painted” by means of careful interpretation of twelve variables. An analyses of these variables was demanded due to complex gender relationship experienced. With this the leadership of the CNL was able to live positively new gender relationships, seeking community, communion and autonomy. Based on this profile future actions amongst the leadership of the group is proposed and analysed.

Key words: laic, leadership, existence, gender relationship, feminism, manliness, singularity, autonomy, interaction, communion.

Sumário

Introdução.....	9
Capítulo 1	
Tecendo as tramas teóricas.....	13
1.1 Trama teórica: uma escolha exigente.....	13
1.2 Um singelo aprendiz.....	13
1.3 Gênero supõe o entrelaçamento de saberes.....	14
1.4 Cuidados que facilitam.....	15
1.5 Gênero é construção recente na ciência.....	20
1.6 Gênero se faz nas entranhas da vida.....	23
1.7 Gênero é trama entrelaçada pela vida.....	28
1.8 Contribuições de gênero desde o feminino.....	35
1.9 Contribuições de gênero desde o masculino.....	37
1.10 Sintetizando.....	39
Capítulo 2	
O CNL na história.....	43
2.1 Amplo contexto eclesial.....	43
2.2 Violenta situação política no Brasil.....	44
2.3 Sinais democráticos ressurgem no Brasil.....	45
2.4 Pertença social distinta e complexa para homens e mulheres.....	46
2.5 Acontecimentos eclesiais que possibilitam a fundação do CNL.....	47
2.5.1 Episcopado quer a organização do organismo nacional de leigos (as)....	47
2.5.2 I Encontro Nacional dos Movimentos de Leigos.....	48
2.5.3 II Encontro Nacional dos Movimentos de Leigos discute o CNL.....	50
2.5.4 III Encontro Nacional dos Movimentos de Leigos decide criar CNL.....	53
2.5.5 Percepção da dispersão, diversificação e massificação laical.....	56
2.5.6 Setor Leigo da CNBB exerce liderança.....	56
2.5.7 CNL é constituído <i>ad experimentum</i> por seis meses.....	57
2.5.8 É aprovado o estatuto definitivo do CNL.....	60
2.6 Expectativas para com o CNL.....	61
2.7 Trajetória histórica do CNL.....	62
2.7.1 Fase inicial do CNL	52
2.7.2 Novos caminhos são trilhados.....	64
2.8 Sintetizando.....	66

Capítulo 3	
Perfil da vivência.....	69
3.1 CNL se compôs de lideranças.....	71
3.2 Reconhecimento da diversidade.....	77
3.3 Processo participativo.....	79
3.4 Lugar de encontro.....	82
3.5 Espaço de diálogo.....	84
3.6 Corpo vivo.....	88
3.7 Convivência alegre.....	91
3.8 Tratamento fraterno.....	94
3.9 Desejos em alta.....	96
3.10 Relacionamento esclarecido.....	99
3.11 Fazendo acontecer.....	101
3.12 Mulher com presença própria.....	107
3.13 Sintetizando.....	113
Conclusão.....	114
Referencial bibliográfico.....	120
Anexos.....	129
Fotos.....	141

SIGLAS

ACO – Ação Católica Operária

ACR – Ação Católica Rural

APC – Associação dos Professores Católicos

CDLs – Conselho Diocesano de Leigos e Leigas

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CELAM – Conselho Episcopal Latino Americano

CEP – Comissão Episcopal de Pastoral

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNCMB – Confederação Nacional das Congregações Marianas do Brasil

CNL – Conselho Nacional de Leigos e Leigas Católicos do Brasil

CNL/Regional – Conselho Nacional de Leigos e Leigas/Regional....

CNP – Comissão Nacional de Pastoral

CRLs – Conselho Regional de Leigos e Leigas

ENL – Encontro Nacional de Leigos e Leigas

FBB – Federação das Bandeirantes do Brasil

GT – Grupo de Trabalho do Setor Leigo da CNBB

LCJMJ – Ligas Católicas Jesus Maria José

MCC – Movimento de Cursilhos de Cristandade

ONU – Organizações das Nações Unidas

PIM-EP – Programa Interdisciplinar da Mulher-Estudos e Pesquisas

PPC – Plano de Pastoral de Conjunto

RCC – Renovação Carismática Católica

SMF – Sociedade Movimento dos “Focolari”

SNALE – Secretariado Nacional do Apostolado Leigo

SNAO – Secretariado Nacional do Apostolado da Oração

SSVP – Sociedade de São Vicente de Paulo

Introdução

Sabemos que são homens e mulheres cristãos que integram e tornam visível a Igreja católica em qualquer localidade, abrangência, situação e formação sócio-ecclesial.

A própria Igreja católica¹ reconhece a necessidade da atuação individual de cristãos leigos e cristãs leigas. Só que este tipo de atuação é extremamente pulverizada e atomizada. Nela enquadra-se a maioria dos cristãos leigos e cristãs leigas.

Um dado esclarecedor,² admitido pela Igreja católica e que ajuda a esclarecer o universo religioso pesquisado em nosso trabalho, é que 2/3 dos católicos no Brasil tem uma prática religiosa rara ou nula. Outro dado próximo deste admite que, no Brasil, cerca de 80% dos católicos não são praticantes ou freqüentam outras religiões.³

Segundo pesquisa do DataFolha⁴ com 21.000 eleitores feita entre agosto/setembro de 1994, dos 75% que se declararam católicos, 61,4% não possuem nenhuma ligação nem com as CEBs, nem com a Renovação Carismática Católica e nem com algum dos movimentos católicos (jovens, casais, etc).

A mesma pesquisa⁵ revelou que 7,9% do eleitorado (ou quase 8 milhões de pessoas) é ligado a movimentos (jovens, casais, etc), outros 3,8% (ou quase 4 milhões de pessoas) são ligados à Renovação Carismática Católica⁶ e outros 1,8% dos eleitores (quase 2 milhões de pessoas) são ligados às CEBs.

Outra fonte diz que dos católicos brasileiros, aproximadamente 18% participa de movimentos ou grupos da Igreja.⁷ Indiretamente, homens e mulheres que vamos estudar têm algum tipo de relação com estes eleitores ou católicos, que são ligados ou com as comunidades eclesiais de base ou com a renovação carismática católica ou com alguns dos movimentos e/ou grupos católicos.

¹ PAULO II, João. Exortação Apostólica Christifideles Laici. São Paulo, 1990, p. 73.

² CNBB. Diretrizes gerais da ação Evangelizadora da igreja no Brasil 1995-1998. São Paulo, Paulinas, 1995, p. 90

³ ALMANAQUE. Almanaque Abril 1999. São Paulo: Editora Abril, 2000, p. 171

⁴ CNBB, 1995, p. 90.

⁵ Ibid., p. 90

⁶ Dados mais recentes (2000) da Renovação Carismática Católica (RCC) indicam que são membros da mesma aproximadamente 10.000.000 de brasileiros e brasileiras. Cf. RENOVAÇÃO, 2000, p. 7

⁷ ALMANAQUE, 2000, p.171

No Brasil, para cada um dos 14,2⁸ mil presbíteros, as comunidades católicas dispõem de mais de 50 (cinquenta) leigos e leigas, exercendo tarefas ou ministérios pastorais.⁹ Portanto, no Brasil, temos aproximadamente 710.000 cristãos leigos e cristãs leigas¹⁰ exercendo tarefas ou ministérios pastorais. Nesse universo de mais de meio milhão de lideranças leigas inserem-se aqueles que integram a liderança do grupo por nós estudado.

Essa pesquisa se limita aos cristãos leigos e leigas de uma das instituições católicas, que se autodenomina Conselho Nacional de Leigos e Leigas Católicos do Brasil (CNL). Os membros do CNL são oriundos e pertencentes aos diversos movimentos, às pastorais e às CEBs.¹¹

Devemos reconhecer as dificuldades de pesquisar um grupo numericamente significativo,¹² e presente em todo o Brasil. Devido a isso nos limitaremos, precisamente, ao estudo da presença e da participação daquelas lideranças leigas que possuem registros fidedignos¹³ de que atuaram no CNL.

Das lideranças que participaram de assembleias nacionais, quinhentos e cinquenta e quatro participaram uma vez; cento e dezesseis, duas; cinquenta, três; vinte e um quatro; vinte e um, cinco; nove, seis; dois, oito; cinco, nove; e, um, dez vezes.¹⁴

Limita-se o recorte cronológico desta pesquisa ao tempo histórico que vai da fundação do CNL em 1975/76 até 1996/97.

Por que se demarca como referência os anos de 1975/76? Porque é justamente o período entre novembro de 1975 a julho de 1976 que se tornou o marco inicial do processo aglutinador dos cristãos leigos e leigas do Brasil, vindo a

⁸ ALMANAQUE, 2000, p. 171. Dados mais recentes indicam que, no Brasil, existem cerca de 17 mil presbíteros. Revista Renovação, Ano I, n.1, jan./fev. 2000, p. 7

⁹ CNBB. Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas. São Paulo: Paulinas, 1999, p.33

¹⁰ Chegamos a esse dado de 710.000, multiplicando os 50 leigos e leigas pelos 14.200 presbíteros do Brasil.

¹¹ CNL. Estatuto aprovado em 31/5/1997, Art. 5º, p. 8

¹² O Diretório 2000 do CNL, indica a existência de 160 Conselhos de Leigos e Leigas em todo o Brasil. Embora não se tenha um dado preciso, mas estima-se que, em cada Conselho participa em torno de 40 a 50 leigos e leigas. Portanto, se atinge em torno de 8000 cristãos leigos e leigas. Cf. CNL, 2000.

¹³ Pesquisa feita para fins deste trabalho, demonstrou que já participaram só das assembleias nacionais de 1975/76, 78, 1981, 82, 84, 86, 88, 1990, 91, 92, 94, 95 e 97, 1259 participantes, sendo em torno de 53% homens e 47% mulheres. Cf. Anexo 1.

¹⁴ Este é o resultado do levantamento feito, para fins deste trabalho, junto aos arquivos do CNL. Cf. Anexo 2.

receber a sigla CNL. Este processo é inédito na história da Igreja no Brasil, pois pela primeira vez – após 475 anos de catolicismo no Brasil – uma organização inteiramente laica, de diversa composição desde sua formação inicial e com perspectiva de alcance e representatividade nacional, é iniciada sob o trabalho dos próprios cristãos leigos e cristãs leigas.

Por que se delimita até o ano de 1996/97? Primeiro, porque estes anos marcam, simbolicamente, um período agudo de maturidade e clareza na prática e consciência de parte¹⁵ das lideranças do CNL. Isso ficou patente nas discussões grupais e coletivas, ocorridas no III Encontro Nacional de Leigos e Leigas, de 6 a 9 de junho de 1996, na cidade de Goiânia, em que a partir de um feixe de relações organizou-se e desenvolveu-se todo o encontro.¹⁶ Também ficou notório, em junho de 1997, nas mudanças estatutárias, que indicaram a mudança de nome do CNL que agora adota o nome de Conselho Nacional de Leigos e Leigas... do Brasil, quando antes chamava-se Conselho Nacional de Leigos, inserindo a discussão sobre a presença das mulheres, onde ficou patente que o CNL é integrado por cristãos leigos e leigas e não só por leigos.¹⁷

O fato do III Encontro Nacional de Leigos e Leigas ter ocorrido em torno de um feixe de relações é significativo e revelador. Indica-nos que os membros líderes do encontro estavam inseridos na reflexão quanto à complexidade que é a vida humana: como teia de relações que vai “das micro até as macro-relações”.¹⁸ Dentre essas teias, colocam-se as relações de gênero.

Por fim, a mudança estatutária de nome – de Conselho Nacional de Leigos para Conselho Nacional de Leigos e Leigas – é, aparentemente, pequena. No entanto, ela é sinalizadora, pois, como veremos, expressa o movimento crescente de acolhimento e reconhecimento que os homens e as mulheres do CNL tem experimentado: um esforço e busca continuada de, reciprocamente, conviver sem a

¹⁵ Em parte porque não foram todas as lideranças do CNL que se envolveram nesse processo vivido. No entanto, entre as que diretamente se envolveram foi uma “aguda explosão” da consciência de gênero.

¹⁶ Eis o feixe de relações: Relações Pessoais; Relações Afetivas; Relações Familiares; Relações Comunitárias; Relações de Gênero; Relações Educativas; Relações de Espiritualidade; Relações Produtivas; Relações Profissionais; Relações Políticas; Relações Étnicas; Relações Culturais; Relações Científicas; Relações Ecumênicas; Relações Comunicativas; e Relações Ecológicas. Cf. CNL. Relatório do III Encontro Nacional de Leigos, Goiânia, Goiás, 6 a 9 de junho de 1996.

¹⁷ CNL. Histórico..., 1997, artigo 1º, p. 7

¹⁸ AMADO, Wolmir, 1996, p. 90

prevalência da dominação, da discriminação, da exclusão e da eliminação simbólica que tenham origem, fundamento e expressão no vasto feixe das relações de gênero.

A presente pesquisa é composta de três capítulos. No primeiro, efetua-se o lançamento do complexo aporte teórico que embasa o esforço de caracterizar o perfil da vivência das relações de gênero no CNL.

No segundo capítulo, procede-se a um 'levantamento' histórico tentando situar o CNL na história recente, indicando os principais fatores que influenciaram a trajetória do organismo, pois é nela que foram vividas as relações de gênero.

No terceiro capítulo, por meio de doze variáveis, faz-se a interpretação da vivência das relações de gênero tendo por base os referenciais teóricos.

Por fim, realiza-se a conclusão em que se retoma as idéias chaves sustentadas ao longo do trabalho, onde são apontados os diversos elementos que conformam a qualidade do perfil deslindado, bem como uma breve indicação das possíveis pistas de ação para futuros trabalhos entre as lideranças do CNL.

Capítulo 1

Tecendo as tramas teóricas

Na feliz comunhão – irmãos!
Na grande corrente do amor!
(Zé Vicente)¹⁹

1. 1 Trama teórica: uma escolha exigente

Definir a trama teórica parece ser fácil, pois no vasto campo de gênero²⁰ são múltiplas abordagens que se tem para escolher. Então seria simplesmente questão de escolha. Contudo, não é tão fácil. O problema é realizar uma escolha apropriada que dê conta da complexidade em questão. Isso acontecendo, então, a escolha tem pertinência e operacionalidade.

Por outro lado, dentro da problemática-temática do gênero é difícil não transitar dentro de várias opções, como condição para efetuar a escolha. Pelo menos em duas opções é possível: uma opção seria escolher a trama teórica de gênero desde a ‘ótica da mulher’ sem a pretensão de desfigurar o homem; outra seria a trama teórica de gênero desde o ‘olhar do homem’ sem a tentativa de desfazer da mulher.

Quando se fala desde a ótica da mulher ou do homem, está-se entendendo que dentro de cada uma há preciosidades imperdíveis a serem assumidas, bem como que cada uma se faz sob diversos aspectos temáticos.

1.2 Um singelo aprendiz

De todos os estudos, em busca do embasamento à trama teórica de gênero, percebe-se que não está iniciando, pois somos um singelo aprendiz que caminha dentro do denso e profícuo movimento histórico-teórico desde o enfoque de gênero. O que conduziu à constatação que nesse trabalho tem uma importância cabal: não se pretende propor uma ‘teoria nova’ de gênero, pois por um lado teoria de Gênero é, em si mesma, novíssima; por outro, não se inicia com esse trabalho uma nova

¹⁹ Todas as epígrafes aqui citadas constam em Verão, Curso de. 1995.

²⁰ Quando se fala em campo de gênero, aqui é entendido no sentido dado por Foucault quando trabalha a questão de campo discursivo, ou seja, como “formas competitivas de atribuição de significado ao mundo” ou como um “lugar de enfrentamento de formas discursivas conflitantes”. Cf. SCHMIDT, Simone Pereira. Gênero e história no romance Português. Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, 2000, p. 34. Preferimos dizer atribuições com significados de gênero.

definição. Apenas ‘navega-se’ por vertentes teóricas fecundas que já correm nos leitões da vida.

1.3 Gênero supõe o entrelaçamento de saberes

Outra questão de importância crucial que se percebe no decorrer da pesquisa é que, para conseguir um entendimento de gênero, precisa-se entranhar na vertente do saber que o reconhece como resultado do entrelaçamento de vários saberes. Isto ficou patente nas palavras de Farganis, quando diz que as teorias feministas:

querem compreender as vidas e as experiências do cotidiano das pessoas sobre as quais têm interesse em escrever; querem compreender o mundo social da consciência comum antes ‘que a teoria científica organize a consciência’ (Smith, 1979 :156), tentando evitar o ofuscamento da teoria que se coloca entre elas e esse mundo.²¹

Essa perspectiva é partilhada por Lück quando afirma que: “A realidade, isto é, o campo e horizonte determinado de vida, é construída mediante uma teia de eventos e fatores que ocasionam conseqüências encadeadas e recíprocas”.²²

Isto exige que o pesquisador ou pesquisadora - independente de sua vontade - trabalhe diretamente com situações complexas. Assim sendo, como comunica Morin, somos desafiados, no trabalho científico, a “pensar a unidade na diversidade ou a diversidade na unidade”,²³ bem como que “o grande problema, pois, é encontrar a difícil via da interarticulação entre as ciências”,²⁴ visto que “A interdisciplinaridade é prática individual e criação coletiva”.²⁵

O enfoque de gênero parece ser viável desde que produza o cruzamento de experiências, estudos e teorizações que incluam, criativamente, várias áreas

²¹ FARGANIS, Sandra. O feminismo e a reconstrução da ciência social, 1988 apud JAGGAR, Alison M; BORDO, Susan R. Gênero, corpo, conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1998, p. 231

²² LÜCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos-metodológicos. Petrópolis, Vozes, 1995, p. 64

²³ MORIN, Edgar. O problema epistemológico da complexidade. Portugal: Publicações Europa-América, s/d, p. 31

²⁴ MORIN, Edgar. A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar e pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 113

²⁵ SOUSA, Valdemarina Bidone de Azevedo. Procura do “eu perdido”: necessidade de conhecer a si mesmo e suas implicações na produção do conhecimento em coletividade, 1996 apud SOUZA (Org.). Participação e Interdisciplinaridade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p.24

do saber, que a configura na ‘intimidade’ relacional, conceitual e operacional, visto que “os indivíduos são pontos de intersecção”²⁶ dessa trama teórica.

1.4 Cuidados que facilitam

Como essa pesquisa é constituída pela vivência das relações de gênero, então é necessário que o tratamento teórico seja cuidadosamente inclusivo. Isto não é fácil, pois implica não ser exclusivo ao explicitar o óbvio: de que a vida humana é constituída de relações entre homens e mulheres. Implica, também, não ser excludente: explicita mas não valoriza.

Com isto, dá-se conta que se está no escorregadio e/ou espinhoso ‘terreno’ do patriarcado. Com base nas pesquisas efetuadas, percebe-se que existe uma fina distinção entre o que se entende por patriarca e o que se entende por patriarcado. Nye ensina que a pesquisa antropológica tem evitado nomear o patriarca como sendo o patriarcado. Eis suas palavras:

patriarca tem um referencial rigoroso absolutamente não congruente com o uso pelas feministas radicais: um sistema de organização social historicamente específico, nômade, pastoril, tribal, e caracterizado por uma grande família chefiada por um patriarca masculino.²⁷

No entanto, o patriarcado é um fato histórico de longa data, pois de acordo com Aguiar o “patriarcalismo se refere a um estágio anterior ao advento do sistema capitalista”.²⁸ Nye chega a dizer que o patriarcado “é a própria forma do social, as condições pelas quais a vida humana é perpetuada”.²⁹ Em que se baseia para essa afirmação tão contundente? Diz Nye que “não há simples oposição entre eu individual e realidade social. A estrutura do eu é ao mesmo tempo a estrutura do mundo humano, o mundo em que vivemos”.³⁰ Portanto, a saída ao patriarcado não é ignorá-lo, mas tomá-lo a partir mesmo da vida que, cotidianamente, se vive.

²⁶ TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. A revolução das mulheres. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p. 33

²⁷ NYE, Andrea. Teoria feminista e as filosofias do homem. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995, p. 139. Esse entendimento consta na nota 49 do capítulo 4.

²⁸ AGUIAR, Neuma. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro 1997 apud AGUIAR, Neuma (Org.). Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 169

²⁹ NYE, 1995, p. 148

³⁰ NYE, 1995, p. 148

Sem dar a entender que toda masculinidade é somente a que se faz na e pela masculinidade patriarcal, Nye qualifica que:

o patriarcado é a constante universal em todos os sistemas políticos e econômicos; que o sexismo data dos inícios da história; que a sociedade é um repertório de manobras nas quais os sujeitos masculinos firmam no poder sobre objetos femininos.³¹

Nye sustenta que “a teoria do patriarcado [...] proclamava a universalidade da dominação masculina, profundamente enraizada na consciência masculina”.³²

Ao analisar a existência do patriarcado sobretudo no ‘meio masculino’ Boris entende que:

O sistema patriarcal desenvolveu um meio opressivo e violador pelo qual os homens, tradicionalmente, continuavam ainda sendo socializados, o que tem gerado seres mutilados, incapazes de integrar suas heranças paternas e maternas, masculina e feminina, adotando um processo de diferenciação rígido e unilateral, voltado unicamente aos atributos viris.³³

Com isto, o patriarcado pode ser visto como um problema-desafio. Essa parece ser a perspectiva de Nolasco ao constatar a situação em que homens estão inseridos: “Os homens estão sendo criticados pela adesão a valores calcados em virilidade, posse, poder e negação das diferenças individuais”.³⁴ Ele avança dizendo que:

Os padrões tradicionais definidos pelo modelo patriarcal para o comportamento masculino dissimulam as possibilidades de encontro nas relações sociais, pois definem que em uma relação, a priori, alguém ataca e alguém defende, alguém ganha e alguém perde.³⁵

³¹ Ibid., 1995, p. 119-120

³² Ibid., 1995, p. 125

³³ BORIS, Georges Daniel Janja Bloc, 2000 apud Cadernos de Área, 9, Estudos de Gênero, Goiânia: Editora da UCG, 2000, p. 17

³⁴ NOLASCO, Sócrates. O mito da masculinidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 25

³⁵ NOLASCO, 1995, p. 43.

Nessa linha do patriarcado como problema-desafio, ao analisar as relações entre patriarcalismo e religião Aguiar é enfática quando defende que tal relação, não raro, tem sido perpassada por:

culto religioso da morte heróica, em época de guerra; procura eliminar, [...] a orgia sexual, ao enfatizar a abstinência como uma forma mística de alcançar a salvação; propõe, também a evitação da emotividade que caracteriza o ato sexual, ao recomendar sua substituição pelo ascetismo vigilante, autocontrole e planejamento metódico da vida; elimina as relações sexuais livres no interesse da regulação e legitimação do casamento; as mulheres são caracterizadas como criaturas irracionais [...] ou como seres capazes de causar emoção nos que as circundam, inclusive pelos desejos que podem despertar.³⁶

Ruether, ao estudar a presença patriarcal no cristianismo, sobretudo naquilo que a mulher tem de relação para com o homem e da parte da mulher no próprio homem, entende:

Em termos normativos e ideais, a mulher deveria ter se submetido ao homem, que representa, em plenitude maior do que ela, o princípio da 'chefia', mente ou razão. Ele, por sua vez, deveria considerá-la como representante daquela parte dele mesmo que precisa ser reprimida e mantida sob controle pela razão para impedir uma queda no pecado e na desordem.³⁷

Sem dar a entender que toda sexualidade masculina seja apenas a sexualidade masculina patriarcal, Nye tenta encontrar e caracterizar a sexualidade masculina patriarcalmente vivenciada. Seu esforço aponta que a sexualidade masculina tem se mostrado:

instrumental; ele deve fazer algo para si mesmo; tem ruptura brusca no pensamento; a lógica masculina toma as coisas [como, destaque nosso] uma a uma; baseia-se na rivalidade pai/filho; busca a identidade [uniformidade, destaque nosso], pois o pensamento masculino 'junta e dissipa'; prejudga, classifica e discrimina as operações; faz a troca ou comércio de mulheres.³⁸

³⁶ AQUIGAR, 1997, p. 175-177.

³⁷ RUETHER, Rosemary R. Sexismo e religião. Rio Grande do Sul: Sinodal, 1993, p. 84

³⁸ São alguns elementos que tem constituído a sexualidade masculina. Cf. Nye, 1995, p. 181-182.

Toscano e Goldenberg, ao historiar o surgimento do novo feminismo na sociedade brasileira, pelos anos 1960-70, afirma que, em 1975, na peça *Homem não entra*, as mulheres eram convidadas a se manifestarem “longe da censura e da repressão dos homens, fossem eles pais, namorados, maridos ou irmãos”.³⁹

Mostrando que ao ‘adentrar’ pela masculinidade em tempos atuais, estamos lidando com situações reais e imaginárias imensamente complexas, Badinter é sugestivo:

Parece crer que a masculinidade contemporânea se distingue bastante da virilidade do sistema patriarcal, pois é sutil, múltipla e necessariamente associada à feminilidade, num tipo de androginia, composto de elementos femininos e masculinos. A masculinidade do futuro manterá sua fragilidade e sua força, não sendo o resultado de uma brusca ruptura com o universo feminino, conduzido por estranhos, mas o produto da participação paterna desde o nascimento de seus filhos.⁴⁰

As vivências de cunho patriarcal impõem desafios concretos, pois relações patriarcais superam-se com homens e mulheres que buscam, com autenticidade, com profundidade de esforços e atitudes, com realizações e com consciência-conhecimento renovado permanentemente.

Essa é uma exigência necessária só que insuficiente, pois vivências patriarcais não englobam nem esgotam a totalidade das relações de gênero. Se as vivências patriarcais englobassem a totalidade das relações de gênero, então estaríamos num caminho sem volta. Felizmente essa perspectiva é absolutamente relativa.

No vasto campo da vivência, as situações em que homens e mulheres se inserem são complexas. Não se deve inverter a presença patriarcal como se a superação das relações patriarcais fosse problema exclusivo das mulheres, como se apenas elas sofressem problemas patriarcais e/ou fossem as responsáveis por eles.

O fardo do patriarcado tem sido pesado e caro para os homens! Por que? Porque é fácil encontrar, no cotidiano, entendimentos que supõem ser o patriarcado um problema de origem inteiramente masculino. É um problema dos homens

³⁹ TOSCANO; GOLDENBERG, 1992, p.33. Peça de Cidinha Campos, com a colaboração das feministas Heloneida Studart e Rose Maria Muraro.

⁴⁰ BADINTER, Elisabeth. XY: sobre a identidade masculina apud BORIS, 2000, p. 23.

porque, do ponto de vista sócio-cultural, eles foram formados para serem-agirem patriarcalmente. Nessa visão, apenas os homens foram formados no patriarcado, enquanto as mulheres não!

Será que, na configuração da vida cotidiana, é possível uma formação vivenciada só para os homens e outra só para as mulheres? Não! O cotidiano problematiza-nos que formações separadas – que não se influenciam e que não se comunicam, mesmo que se digladiando – são impossíveis. Essa separação é uma ideologização⁴¹ subliminar, que não percebe nem dá conta do entrelaçamento da formação vivenciada patriarcal que perpassa e configura as tramas da vida de homens e mulheres em sociedade.⁴²

Como pesquisador do masculino penso que temos⁴³ (melhor, temos!) que enfrentar de frente, para valer e de visão aguda, o terrível e agônico problema do patriarcado como condição para superá-lo em nós, mesmo sabendo que não é só problema dos homens. Eis uma perspectiva pontual e concreta a ser desbravada sem gestos de arrogância ou de subserviência.

Esta perspectiva parece estar em sintonia com Pierre Bourdieu, quando imagina alternativas ao patriarcado, que impliquem a ruptura de estruturas subjetivas e objetivas:

só uma ação coletiva, visando a organizar uma luta simbólica capaz de colocar em questão praticamente todos os pressupostos tácitos da visão falo-narcísica do mundo, pode determinar a ruptura do acordo imediato entre as estruturas incorporadas e as objetivadas que é a condição de uma verdadeira conversão coletiva das estruturas mentais, não somente entre os membros do sexo dominado, mas também entre os

⁴¹ Por ideologia compartilhamos com Teresa de Lauretis, ao fazer uma leitura crítica de Althusser, o entendimento de que “toda ideologia tem a função (que a define) de constituir indivíduos concretos em sujeitos”, ou seja, “a ideologia precisa de um sujeito, um indivíduo ou pessoa concreta o qual agir”. Cf. LAURETIS, Tereza de. A ecologia do gênero, 1994 apud HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 212-216.

⁴² Numa perspectiva da intersubjetividade, Cornell e Thurschwell textualmente diz: “A rígida separação de gênero representa uma ofuscação ideológica daquilo que partillhamos”. Cf. CORNELL, Drucilla; THURSCHELL, Adam. Feminismo, negatividade, intersubjetividade apud BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987, p. 171.

⁴³ Como pesquisador não damos conta de separar o objeto em pesquisa do sujeito que pesquisa tal objeto, mesmo sabendo que o objeto está além de mim e que não pertence a mim. Não damos conta porque essa separação ontologicamente é algo que estrangula a vida do ser.

membros do sexo dominante, que não podem contribuir com a libertação senão libertando-se do privilégio-armadilha.⁴⁴

Falconnet e Lafaucheur adotam perspectiva parecida, só que enfatizando a ‘união de homens e mulheres’ na ruptura com o patriarcado:

Homens e mulheres se uniriam com a meta de evitar a alienação dos papéis masculinos e femininos conforme a configuração atual, criando uma nova sociabilidade, sabedores de que pouco adianta inverter ou mesmo igualar os papéis sexuais, sociais, familiares e profissionais de acordo com os interesses do Estado e do lucro, sem levar em conta os reais interesses das pessoas.⁴⁵

1.5 Gênero é construção recente na ciência

Outro fator de grande importância é que a teoria de gênero é recente. A mesma está entrando na casa dos ‘trinta anos’, pois ela desponta entre o final dos anos de 1970 segundo Schmidt⁴⁶ e Carvalho⁴⁷ ou nos inícios dos anos de 1980 de acordo com Gomariz⁴⁸ e Gonçalves.⁴⁹ O fato de ser uma teoria recente é importantíssimo, pois diante de um ‘conceito’ novo, mais do que se prender em posições ‘prontas’, é necessário cautela para não trancá-lo a quatro chaves.

Mesmo sendo centenas de estudos que já seguem o enfoque de gênero, ainda assim, a cautela adverte-nos que – provavelmente - existe muito mais por fazer do que simplesmente abandonar tal enfoque de gênero, como avisa-nos Gonçalves: “Diria tratar-se muito mais de um conceito em construção de um certo quadro conceitual provisório, no centro do qual deságuam outras variantes conceituais”.⁵⁰

⁴⁴ BOURDIEU, Pierre. La domination masculine, 1990 apud BORIS, 2000, p. 24.

⁴⁵ FALCONNET, Georges ; LEFAUCHEUR, Nadine, 1979 apud BORIS, 2000, p. 24.

⁴⁶ SCHMIDT, 2000, p. 31.

⁴⁷ CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico, 1998 apud HOLANDA, Heloísa Buarque de; BRUSCHINI, Cristina. Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas; Editora 34, 1998, p. 400

⁴⁸ GOMÁRIZ, Enrique. Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. Isis Internacional, Santiago-Chile, n. 17:, 1992, p. 96.

⁴⁹ GONÇALVES, Eliane. Pensando o gênero como categoria de análise 1998 apud Caderno de Área, 7, Estudos de Gênero, Goiânia: Editora UCG, p. 48. Já Tereza de Lauretis situa o conceito de gênero como diferença sexual nos anos 60 e 70, LAURETIS, 1994 apud Holanda, 1994, p. 206; Joan Scott localiza no final do século XX. Cf. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica, 1995 apud EDUCAÇÃO & REALIDADE, Porto Alegre: Universidade Federal do rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 85.

⁵⁰ GONÇALVES, 1998, p. 50.

Realmente a teoria de gênero está começando: tem pouquíssimo tempo que estamos nos dando conta de que o problema de gênero é um problema do gênero humano, pois não dá para tentar separar nem ignorar na consciência e na ciência o que na vida não é nem se faz separado. Eis algo que parece óbvio, mas complicado de lidar com esse intrincado veio da vida.

Os homens precisam perceber (e como precisam!): o problema sofrido pelas mulheres em razão de incisivas relações de dominação, de desigualdade, de exclusão e de eliminação física que trazem à tona um certo tipo de configuração das relações de gênero.⁵¹ Não há como escapar: essas relações são um problema dos homens. Atenção não se usa o termo também, mas que são problemas dos homens. E preciso encarar o fato de serem problema dos homens como condição necessária – embora não suficiente - para não agravar ainda mais a questão. Essa consciência é nova!

As mulheres precisam perceber: o problema sofrido por homens - em razão de precisas relações de dominação, de desigualdade, de exclusão e de eliminação simbólica que mostram um certo tipo de formatação das relações de gênero - é um problema da mulher. Veja que não se usa a palavra também pois, felizmente, foi encontrado sinais e sinais promissores - de que essa perspectiva é encarada realmente como um problema da mulher. É impossível superar o sofrimento das mulheres buscando mudanças só das mulheres. Essa consciência é nova.

Diante das tramas contraditórias que tem enlaçado a vida cotidiana é importante estar atento. Para isso, Schmidt sugere que: “Em meio à dança das subjetividades [...] convém lembrar que as relações de desigualdades entre homens e mulheres persistem, em dolorosas e concretas situações históricas”.⁵²

Ainda nessa linha da ‘prevenção’, tem-se a lúcida colaboração de Carvalho, quando se posiciona:

⁵¹ Quando se diz um certo tipo de configuração, entende-se que nas fileiras da vida humana é impossível abolir as relações de gênero. Isso implica mudar a tipologia de configuração das relações de gênero. Por outro lado, ao dizer tipos de configuração, tem-se presente que o mesmo é adotado de acordo com a contribuição de Max Weber. Tem-se em mente outro tipo ideal de configuração das relações de gênero, ao perceber o problema sofrido tanto pelas mulheres quanto pelos homens, mesmo que problemas diferenciados. Cf. QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber. Reimpressão 1996, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996, p. 133-135

⁵² SCHMIDT, 2000, p. 41

Manifestações da desigualdade estrutural de gênero são o fato de que o nível salarial, de formação, de prestígio e/ou de poder para as atividades femininas é inferior ao que se outorga às atividades masculinas, independentemente de serem desenvolvidas por mulheres ou homens.⁵³

Consciência de gênero com essa incidência, profundidade e amplitude se está começando a desbravar. Ciência de gênero com a implicação de complexidades inerentes, se está fazendo os primeiros ensaios.⁵⁴ Complexidades que supõem, com certeza, interfaces e rupturas construtivas.

Olhar para trás buscando encontrar as feridas e os feridos devido a certas variações das relações de gênero – e quantas feridas e feridos existem - sem conseguir ir além da simples constatação e acusação, não! É perigoso e traiçoeiro esse olhar restritivo e vingativo.

Olhar para trás buscando, realmente, ir além da simples constatação e acusação. Eis o desafio que está posto ao gênero humano! Desafio que só será superado no olhar aberto, autêntico, prazeroso, portanto amoroso.

Se persistirmos na separação de gênero – seja na vertente machista ou na vertente feminista – simplesmente estaremos prolongando, aumentando e aprofundando as feridas e os feridos. Nem a consciência nem a ciência estão vacinados dessa separação agonizante e mortífera, pois, ambas, são sementes e frutos processuais do gênero humano, mesmo sabendo que não dá para igualar entre homens e mulheres, nem os sofrimentos nem as responsabilidades pelos mesmos.

Esse sentido do olhar retrospectivo e prospectivo supõe que tanto os homens quanto as mulheres curem as feridas da consciência e da ciência que carregamos em nossas subjetividades cambiantes e fragilizadas.⁵⁵

Se nossa consciência e ciência não perceberem essas feridas de dominação, de desigualdade, de exclusão e de eliminação de gênero. Feridas que

⁵³ CARVALHO, 1998, apud HOLANDA; BRUSCHINI, 1998, p. 402

⁵⁴ Além de todas as obras que já foram citadas, sabe-se que só na 52ª Reunião Anual da SBPC, de julho 2000, foram apresentados 54 trabalhos que possuem como eixo central o enfoque de gênero, distribuídos em 17 áreas do conhecimento. As cinco áreas que mais apresentaram trabalhos foram: História 11, Psicologia 8, Sociologia 7, Saúde coletiva 5 e Antropologia 4. Cf. CD-ROM, SBPC-UNB, 2000.

⁵⁵ Nas palavras de Schmidt, precisa-se: “compreender a subjetividade como sendo precária, fluida, múltipla e contraditória”. Cf. SCHMIDT, 2000, p. 34

estão subjetivadas e agindo, dentro de cada um e que perpassam - disfarçadas ou às claras - senão todas, mas muitas das múltiplas relações que empreendemos. Se não as curarmos é simplesmente impossível novos olhares científicos, promissores desde o gênero. Essa não percepção acontecendo estaremos passando pelo: “processo de des-reconhecimento [...] em [...] que o signo se torna um instrumento de deformação do sujeito”,⁵⁶ ou passando pelo processo de “reificar as categorias de gênero”.⁵⁷

1.6 Gênero se faz nas entranhas da vida

Gênero não é algo descolado nem estranho à vida. Ao contrário. Ele perpassa a vida de ponta a ponta, pois ‘tudo’ parece ser dotado de gênero. Então, é preciso que se esclareça o que estamos entendendo pela vivência da vida, visto que, entre as pessoas, só existem vida na vivência.

Ao discutir o tema A Vivência das Relações de Gênero no CNL, percebemos que é iniciado pela vogal **a**. A vogal **a** pode ser usada em inúmeros sentidos. Aqui ela é assumida como artigo feminino. De acordo com o Dicionário Aurélio artigo⁵⁸ é uma palavra variável que precede o substantivo, indicando-lhe o gênero e o número.⁵⁹ Em nosso caso, tal artigo feminino, abre nosso tema antes da palavra vivência, sinalizando que vamos focar a respeito do que se passa na vida.

Ainda de acordo com o Dicionário Aurélio a palavra vivência é um substantivo⁶⁰ e substantivo é uma “palavra com que se nomeia um ser ou um objeto [...], uma ação, qualidade”.⁶¹ Então vivência tem a ver com situações de suma importância.

Por outro lado, aprendemos que a palavra vivência em sua formação vem do verbo viver. Por sua vez, verbo é uma palavra variável que designa ação (que ocorreu), estado (está) e mudança de estado (ficará).⁶² Assim, vivência nos induz a

⁵⁶ SCHMIDT, 2000, p. 37.

⁵⁷ CORNELL; THURSCHELL, 1987 apud Benhabib & Cornell, 1987, p. 171.

⁵⁸ FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI*, 1999. CD-CROM.

⁵⁹ Quanto ao significado da palavra gênero oportunamente voltaremos a ela.

⁶⁰ FERREIRA, 1999.

⁶¹ Ibid.

⁶² TERRA, Ernani; NICOLA, José de. Gramática, Literatura & Redação para o 2º grau. São Paulo: Scipione, 1997, p. 71.

entender que “é qualidade inerente a toda substância viva viver e preservar sua existência”⁶³ ou que “o homem [digo, o ser humano] fará quase qualquer coisa para preservar sua vida”.⁶⁴ Souza entende que: “Viver é conviver”.⁶⁵

Eis um entendimento de vivência que nos é dado por Merino:

A vivência, como experiência da vida vivida, é mais do que uma con-ciência das coisas, é um saber superior e iluminador que alcança a categoria de sabedoria, pois trata de viver a vida a partir de dentro como uma dimensão unitária do homem [digo, do ser humano] com seu mundo exterior e interior. Por conseguinte, mais do que teorias e sistemas, necessitamos de verdadeiras e profundas experiências, de autênticas vivências que são a fonte e a origem das teorias e dos sistemas.⁶⁶

Está subentendido que vivência implica e/ou vira experiência. Isso quer dizer que a vivência só é possível na e pela experiência. Então precisamos de luz para o fato da experiência na vivência. É Teresa de Lauretis que joga um facho de luz ao compreender a

experiência para designar o processo pelo qual a subjetividade é construída para todos os seres sociais [...] A constelação ou configuração de efeitos de significados que denomino experiência se altera e é continuamente reformada, para cada sujeito, através de seu contínuo engajamento na realidade social, uma realidade que inclui – e, para as mulheres [digo também para os homens] de forma capital – as relações sociais de gênero.⁶⁷

A vivência pela experiência tem mostrado que a vivência escapa ao controle absoluto – dizemos absoluto, porque existem controles relativos - de qualquer tentativa de implodí-la ou uniformizá-la ou enquadrá-la em atitudes, comportamentos, idéias, saberes, símbolos e opiniões unívocos.

Expandindo um pouco mais, a vivência humana não é outra coisa senão as pessoas se fazendo, se encontrando e se posicionando dentro da cultura na qual

⁶³ FROMM, Erich. O coração do homem: seu gênio para o bem e para o mal. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 48.

⁶⁴ FROMM, 1981, p. 49.

⁶⁵ SOUZA, 1996, p. 105.

⁶⁶ MERINO, J. Antônio. Humanismo Franciscanismo: Franciscanismo e mundo atual. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 51.

localizam-se. Toda vivência é necessariamente cultural. Nessa linha de entendimento, deparamo-nos com o fato da cultura na vida. É o que nos ensina Brighenti:

A cultura atravessa todo o ser humano, todas as suas dimensões, desde o mundo material ou do trabalho, o mundo social ou do poder e o mundo interpretativo ou do imaginário. [...] Cultura articula visão, percepção, criação e organização social do mundo. [...] Cultura é tradição e um bem mas vai além de ambos. Cultura supõe complexidade exterior, bem como a sua unidade interior. [...] Cada situação cultural distinta, faz parte de um único grande sistema cultural, em que cada aspecto influência e é influenciado pela totalidade da cultura.⁶⁸

Com certeza é pela 'chave' da vivência que os seres humanos criam os seus modos de ser, de estar e de fazer-se em sociedade. Pela vivência passam, originam, processam e manifestam os interesses, as idéias, os desejos, os sonhos, os produtos e serviços, o fazer e o pensar, as emoções e as palavras, as realizações e as frustrações, as alegrias e as tristezas, as positivities e as negatividades.

Do que se conhece, não se sabe de nenhuma instituição, sistema social, ideologia e/ou império que conseguiu permanecer para sempre. Para durar um certo tempo, precisou atualizar-se e refazer-se constantemente, mesmo que aparentemente. Essa situação explica-se, em grande parte, porque a vivência das e nas pessoas - mesmo diante das situações as mais adversas jamais se deixa aprisionar e enrijecer completamente - é algo que liga-se a uma força diferente e inusitada: a vida em seus momentos decisivos e incisivos não pede licença nem espera acontecer, simplesmente irrompe se fazendo.

Todo ser humano busca viver! Ninguém deliberada e inseqüentemente vai ao encontro da morte. Estar vivendo é a condição para se fazer presente e de participar do mundo com todas as suas interações, implicações e complicações, exigências e frouxidões. Estar "de bem com a vida",⁶⁹ é condição número um para conviver. É em função desse estar de bem com a vida que os seres humanos,

⁶⁷ LAURETIS, 1994 apud HOLANDA, 1994, p. 228

⁶⁸ BRIGHENTI, Agenor. Por uma evangelização inculturada: princípios pedagógicos e passos metodológicos. São Paulo: Paulinas, 1998, p. 27-30. Já Laraia, entre outras sínteses, indica que o processo de aprendizagem é algo forte dentro da cultura; que a cultura é cumulativa. Cf. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 49-50.

⁶⁹ Este é o slogan da rádio Araguaia FM, que integra a Organização Jaime Câmara, Goiânia, Goiás.

mesmo que parcialmente, visualizam e criam horizontes que viabilizam, protegem e comunicam a vida.

Resumindo: a vivência expressa-se na linguagem mítica, na religiosa, na artística, na científica, na tecnológica... Manifesta-se em situações econômicas, sociais, políticas, ideológicas... Aparece nas instituições familiares, comunitárias, educacionais, esportivas, comunicativas... Qualquer dimensão da vida de homens e mulheres, é perpassada pela experiência da vivência. A vivência não deixa escapar nada: atravessa e ultrapassa a todos e a tudo.

Então vivência só é possível na relação. Sem relação não existe vivência. Por isso mesmo, o tema em questão possui, após a palavra vivência, a preposição **das**. Esta é a contração da preposição de com o artigo **a**. Já preposição é uma palavra invariável que tem a função de reger.⁷⁰ Nessa pesquisa, a preposição **das**, colocada após vivência, rege relações. Ela indica que a vivência se dá em termos de relações.

O que se entende aqui por relações? É uma palavra de inúmeros significados, daí a necessidade de precisar aqui o seu significado.

O Dicionário Aurélio ensina-nos que a palavra 'relações' é um substantivo feminino plural e plural da palavra relação.⁷¹ Então, é da palavra relação que vem o sentido de ligar e vincular, incorporada nas relações.

Este sentido da palavra relação também nos é confirmado pela filosofia. Aqui nos é dito que se trata de "Ligação [qualquer que seja sua forma] que une um objeto (intelectual, material, etc) a outro".⁷²

Num sentido mais intrigante e contagiante, é possível entender por relação 'dentro do hábito e processo de leitura', nas palavras de Derrida (1976):

a leitura deve sempre objetivar uma certa relação, imperceptível ao escritor, entre o que este domina e o que não domina dos padrões da linguagem que ele utiliza. Esta relação não é uma certa distribuição quantitativa de luz e sombra, de força ou fraqueza, mas uma estrutura significativa que a leitura crítica deveria produzir.⁷³

⁷⁰ FERREIRA, 1999.

⁷¹ Ibid.

⁷² RUSS, Jacqueline. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Scipione, 1994, p. 250

⁷³ DERRIDA apud BURITY, Joanildo A. Capturado em 14/12/2000, na home-page: <http://www.fundaj.gov.br>

Relação não é um mero jogo de atitudes e palavras manipuláveis ao bel prazer, mas o que se faz como ‘estruturas significantes’, com tudo o que essas relações implicam, complicam, bendizem e contradizem.

Precisando um pouco mais e contando com a ajuda do Dicionário Aurélio é possível entender que relações implicam: “conhecimento recíproco e/ou convivência entre pessoas ou as pessoas com quem se mantêm relações ou as ligações e associações entre grupos”.⁷⁴

Com certeza as tramas teóricas em que nos envolvemos são amplas. Esse tema é a vivência das relações, mas de que relações? De gênero. Aqui aparece a preposição de após a palavra relações, só que a preposição de está antes da palavra gênero para nos avisar: é bom precisar qual é a vivência das relações se quer ‘desenhar’ nessa trama. Portanto, a preposição **de** nos remete e liga à seguinte questão: a vivência que será enfocada é a vivência das relações de gênero.

A língua portuguesa ensina que ‘de gênero’ é um adjunto adnominal restritivo. Portanto, na imensa variedade das possíveis vivências das relações, a que se pretende, nesta pesquisa, se limita à vivência de gênero.

Gênero palavra difícil, espinhosa, perigosa e cheia de artimanhas, pois adquiriu uma gama imensa de significados. Portanto, é preciso cuidado, carinho, paciência e sabedoria para ousar apanhar, parcialmente, a complexa ‘rede de significância’ que a palavra gênero tem incorporado.

Ousa-se dizer que se está diante de uma situação/palavra que guarda e aponta para o mistério e/ou sagrado. Talvez gênero mais esconde do que revela, mas mesmo assim tentar-se-á encontrar sinais desse iceberg no mundo da vida.

1.7 Gênero é trama entrelaçada pela vida

Não é objetivo desse embasamento teórico realizar uma pesquisa histórica do nascimento e do desenvolvimento de gênero no pensamento científico.⁷⁵

Mesmo que adquirindo significados distintos, portanto diversos, aprendemos que qualquer palavra ou associação de palavras, é o resultado dinâmico da criação cultural humana, pois a mesma não se enquadra entre os seres naturais animados ou inanimados.

⁷⁴ FERREIRA, 1999.

⁷⁵ O enfoque histórico no qual se baseia encontra-se Cf. GOMÁRIZ, 1992, p. 86-98 e SCOTT, 1995, p. 74-84.

Na língua portuguesa palavra origina-se do latim *parábola*, que por sua vez têm influência da palavra grega **parabolé**. Guardando suas origens históricas, palavra é um substantivo feminino que adquiriu vários sentidos lingüísticos.⁷⁶

O Dicionário Aurélio registra pelo menos quinze significados. Um parece remeter ao sentido ‘físico’ da palavra quando diz: “Nas escritas modernas, unidade constituída por grafemas, delimitada por espaços em branco e/ou sinais de pontuação”,⁷⁷ ou seja, a palavra tem registro não só oral, mas registro escrito.

Com a palavra *Gênero* ocorre algo semelhante, pois o ‘surgimento’ histórico da mesma como categoria de análise histórica indica a sua formulação dentro de uma corrente social do pensamento científico com constituição recente na história. Sem deixar de possuir a dimensão da oralidade, ela ‘superou’ seu significado oral, incorporando um registro escrito próprio para a análise histórica das relações sociais. Esse é um salto qualitativo.

Ainda de acordo com o Dicionário Aurélio e resguardando mais o sentido literal, o mesmo diz que palavra é uma “Unidade mínima com som e significado que pode, sozinha, constituir enunciado”.⁷⁸ No caso da palavra *Gênero* a mesma adquiriu sentido que extrapolou o seu sentido literal, pois ultrapassou o limite de não ser mais uma palavra ‘sozinha’ na exata medida que foi ‘construída’ como uma categoria solidária de análise histórica das relações sociais. Novamente outro salto qualitativo.

Entendemos que *Gênero* como categoria de análise histórica das relações sociais se enquadra no que se entende por “sons articulados” ou “Grupo de palavras ou frases”.⁷⁹ Por que? Porque com *Gênero* foi preciso construir explicitamente um significado preciso, distinto e complexo, enquanto palavra que intenta significar sentidos entrelaçados que explicitam essa dimensão fundamental da vida humana em sociedade, as relações de gênero. Com certeza, um salto qualitativo de extrema grandeza.

Com isso gênero tornou-se um “modo de ver” ou “maneira de falar”,⁸⁰ ou seja, operou-se um recorte paradigmático⁸¹ inovador dentro do pensamento

⁷⁶ FERREIRA, 1999.

⁷⁷ Ibid.

⁷⁸ Ibid.

⁷⁹ FERREIRA, 1999.

⁸⁰ Ibid.

⁸¹ Para o entendimento de paradigma fundamenta-se em Morin quando compreende: “Para mim, um paradigma é um tipo de relação muito forte, que pode ser de conjunção ou de disjunção, logo, aparentemente de natureza lógica, entre alguns conceitos-mestres; este tipo de relação dominante determina o curso de todas as teorias, de todos os discursos que o paradigma controla. O paradigma

científico. Doravante não é mais prudente fazer-pensar ciência sem incorporar gênero. Ainda estamos na fase inicial das implicações desse recorte paradigmático dentro do pensamento científico.

Entremos nesse recorte teórico pelas mãos de Butler, ao conceber Gênero como: “um modo contemporâneo de organizar normas passadas e futuras, um modo de nos situarmos através dessas normas, um estilo ativo de viver nosso corpo no mundo”.⁸²

Aqui nos é dito que gênero é um ‘modo contemporâneo’, como de fato é.⁸³ O que isso quer dizer? Que não basta existir fisicamente homens e mulheres para que se dê conta do gênero. Foi justamente na cultura contemporânea que homens e mulheres, coletivamente, se deram conta de que entre os humanos, a dimensão de gênero guarda significados próprios que até então não eram tratados enquanto tais.

Está dito que gênero, além de ser um modo contemporâneo, é um ‘modo (...) de organizar normas passadas e futuras’. O que isso implica? Implica que o gênero adquiriu uma função normativa peculiar. Então gênero tem a ver com normas e/ou padronizações, pois estas implicam o funcionamento, a adesão e/ou convivência das instituições sociais com a organização de tais normas.

Aprofundando um pouco, encontra-se com De Barbieri, que fala em ‘sistemas de gênero’ como “conjuntos de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anátomo-fisiológica e que dão sentido, em geral, às relações entre pessoas sexuadas”.⁸⁴

Aqui se destaca a contribuição de que gênero ou sistemas de gênero são elaborações da sociedade. Sendo elaborações da sociedade os indivíduos dessa

é invisível para quem sofre os seus efeitos mas é o que há de mais poderoso sobre as suas idéias. A noção de paradigma é, ao mesmo tempo, lingüística, lógica e ideológica: é uma noção nuclear”. Cf. MORIN, s/d, p. 31. Noutro texto Morin reafirma sua compreensão: “Na nossa concepção, um paradigma é constituído por um certo tipo de relação lógica extremamente forte entre noções mestras, noções chaves e princípios chave”. Cf. MORIN, 1990, p. 85. Mais recentemente Morin retoma ‘seu’ entendimento: “Um paradigma: impera sobre as mentes porque institui os conceitos soberanos e sua relação lógica (disjunção, conjunção, implicação), que governam, ocultamente, as concepções e as teorias científicas, realizadas sob seu império”. Cf. MORIN. 2000, p. 114.

⁸² BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault, 1987 apud BENHABID; CORNELL, 1987, p. 142

⁸³ SCHMIDT, 2000, p. 31; CARVALHO, 1998, p. 400; GONÇALVES, 1998, p. 48; GOMÁRIZ, 1992, p. 96-98.

⁸⁴ DE BARBIERI, 1992 apud GOMÁRIZ, 1992, p. 84.

sociedade desempenham papel crucial na elaboração de seu gênero. Então gênero é um problema da sociedade e não da natureza.

Mais uma dimensão da teoria de Gênero nos é oferecido por Teresa de Lauretis, quando entende:

Gênero como representação e como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana.⁸⁵

Aqui nos é informado que Gênero tanto é representação quanto auto-representação. Isso nos comunica que estamos inteiramente no campo das subjetividades. Portanto, não dá para entender Gênero como algo 'exterior' às pessoas.

O fato de movermo-nos no campo da subjetividade,⁸⁶ nos colocam em um terreno escorregadio, melindroso, diverso e aberto. Visto que a subjetividade está relacionada com atitudes, emoções, vontades, desejos, sonhos, liberdades e pensamentos.

Indo mais além e oferecendo um arcabouço teórico amplo à teoria de Gênero nos encontramos com Joan Scott, uma das principais pesquisadoras e elaboradoras dessa teoria. Scott diz que: "Gênero (1) é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder".⁸⁷

Essa sua assertiva teórica compõe-se de dois núcleos como ela mesma os reconhece. Ao primeiro núcleo Scott diz que é integrado por quatro elementos:

por símbolos culturais disponíveis que evocam representações simbólicas; por conceitos normativos que interpretam esses símbolos; é incluído por uma concepção de política e

⁸⁵ LAURETIS, 1994 apud HOLANDA, 1994, p. 208

⁸⁶ De um lado, subjetividade supõe sistemas simbólicos. Carvalho diz o seguinte a respeito dos sistemas simbólicos: "Penso que não o podemos (explicar certas atitudes das crianças) sem uma certa atenção aos sistemas simbólicos, quer dizer , aos modos como as sociedades representam o gênero, servem-se deles para articular as regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência". Cf. CARVALHO, 1998 apud BRUSCHINI; HOLANDA, 1998, p. 392. Por outro lado, subjetividade supõe, também, indivíduos concretos. Weedon, nos ensina: "Partindo do pressuposto de que a realidade social só tem sentido na linguagem, o feminismo concebe o indivíduo como o lugar onde se encontram em conflito diferentes formas de subjetividades, advindas dos múltiplos discursos que compõe sua experiência". Cf.. SCHMIDT, 2000, p. 34.

⁸⁷ SCOTT, 1995, p. 85.

de referências às instituições e organizações sociais; é composto por uma identidade subjetiva.⁸⁸

Referindo-se a esses quatro elementos, diz Scott que “nenhum dentre eles pode operar sem os outros”, o que não supõe que os mesmos “operam simultaneamente”.⁸⁹

O segundo núcleo de sua definição entende que “gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”.⁹⁰ Apoiando-se em Pierre Bourdieu ao afirmar que sobre a base das “diferenças biológicas, e, notadamente, àquelas que se referem à divisão do trabalho de procriação e de reprodução”[...], tais diferenças operam como [...] “a mais fundada das ilusões coletivas”, *Scott diz que* “os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social”.⁹¹

Scott retoma seu entendimento das relações de gênero, quando explicitamente afirma que:

Gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo [...] determina univocamente como a divisão social será estabelecida.⁹²

Desse amplo arcabouço teórico de Gênero com o qual somos brindados por Scott, chama-se a atenção para o fato constitutivo de que, do ponto de vista

⁸⁸ Ibid., 1995, p. 86-87. Por identidade aqui se entende: “todo indivíduo tem um núcleo de identidade de gênero, que é um conjunto de convicções pelas quais se considera socialmente o que é masculino ou feminino. Esse núcleo não se modifica ao longo da vida psíquica de cada sujeito, mas podemos associar novos papéis a essa “massa de convicções”. Cf. STOLLER, Robert. *Recherches sur l'identité sexuelle*, 2000 apud GROSSI, Miriam Pillar. *Identidade de gênero e sexualidade*. Cadernos de Área, 9, Estudos de Gênero, Goiânia, Editora UCG, 2000, p.39. Ligado com esse ‘núcleo’ tem-se o papel de gênero. Grossi assim entende: “tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura é considerado como papel de gênero”. Cf. GROSSI, 2000, p. 36. Embora parecido, Gonçalves apresenta outra maneira de entender: “papéis de gênero ao invés de papéis sexuais [fecundar, gestar, parir e amamentar], para descrever condutas atribuídas a homens e mulheres no contexto das diferenças culturais por ele [John Money] estudadas”. In. GONÇALVES, 1998, p. 43. Para Grossi “sexo é uma categoria que ilustra a diferença biológica entre homens e mulheres”. In. GROSSI, 2000, p. 44.

⁸⁹ SCOTT, 1995, p. 88.

⁹⁰ SCOTT, 1995, loc. cit.

⁹¹ SCOTT, 1995, p. 88.

cultural, entre os humanos, tem perpassado “diferenças percebidas [...]”⁹³ ou [...] saber [...] entre os sexos [...] como diferenças [...] que estabelecem significados para as diferenças corporais”.⁹⁴ Esse fato da diferença cultural, socialmente construída – não se trata de diferenças físicas ou naturais como Scott nos adverte. Essa diferença é importante, tanto para a configuração das relações dos homens entre si quanto destes para com as mulheres, bem como para a configuração das relações das mulheres entre si quanto destas para com os homens.

Por que esse dado se tornou socialmente ‘dorsal’? Porque devemos dar a atenção ao fato das pessoas serem dotadas de gênero, as tornam necessitadas da plena personalização e singularização em sociedade.

Com base em Scott, realça-se o fato do gênero estar cheio de ‘significados de poder’. Então, nenhuma vivência de gênero é neutra. Por isso que a categoria gênero, está composta como uma forma de ‘organização social’ ou como ‘elemento constitutivo das relações sociais’ ou como afirma Carvalho, “organização social do gênero”⁹⁵ ou que “gênero [...] informa o conjunto das relações sociais”.⁹⁶ Portanto, significados de gênero são, também, significados sociais perpassados de poder.

Nessa linha de pensamento nos deparamos com Connell (1995), outro construtor e contributo à teoria de gênero, só que seus estudos trabalham gênero com enfoques desde a ‘masculinidade’, numa perspectiva de não só entender, mas entender para mudar uma das variações dominante das relações de gênero. Connell entende que:

Gênero é visto como uma forma de estruturação das práticas sociais em geral, sendo sua ordenação necessariamente vinculada a outras estruturas sociais. Interage com raça, classe, etnia, nacionalidade e posição na ordem mundial, entre outras.⁹⁷

⁹² CARVALHO, 1998, p. 401

⁹³ SCOTT, 1995, p. 85

⁹⁴ CARVALHO, 1998, apud BRUSCHINI; HOLANDA, 1998, p. 401

⁹⁵ Ibid., 1998, p. 383

⁹⁶ CARVALHO, 1998 apud BRUSCHINI; HOLANDA, 1998, p. 396. Com base em Bakhtin, Schmidt diz: “sua investigação acerca da natureza social da linguagem a partir da constatação de que o sujeito se refrata no signo, e que tal refração resulta no confronto de interesses sociais dentro de uma mesma comunidade semiótica... O signo se mostra, portanto, como a arena onde se desenvolve a luta de classes, e é essa plurivalência social inerente ao signo que faz dele algo vivo e móvel”. Cf. SCHMIDT, 2000, p. 36.

⁹⁷ GARCIA, Sandra Maria. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero, 1998 apud ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra G. Unbehau; MEDRADO, Benedito. Homens e masculinidades: outras palavras. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 44

Esclarecendo ainda mais seu entendimento teórico, Connell explicitamente compreende que:

Relações de Gênero definem-se como relações entre pessoas e grupos, organizadas através dessa arena reprodutiva e se constituem como uma das estruturas principais de todas as sociedades documentadas. Masculinidade e feminilidade são configurações da prática de gênero.⁹⁸

Na elaboração do entendimento teórico de gênero, Connel admite que ‘as estruturas de gênero’ têm mostrado alguns modelos de ordenação que tem caracterizado as relações de gênero. Quais são? Connell entende como um dos modelos de ordenação as: “Relações de poder (subordinação feminina e dominação masculina) constituem a principal linha divisória de poder na ordenação dos gêneros nas sociedades ocidentais”.⁹⁹

Outro modelo de ordenação do gênero se dá nas relações de produção, ou seja, “a ordenação de gênero se dá no trabalho e na alocação de tarefas. Considera a acumulação capitalista como sendo necessariamente um processo de acumulação ordenado por gênero”.¹⁰⁰

Por fim, ele indica o terceiro modelo de ordenação de Catexis, ou seja,

é definido nos termos freudianos como energia emocional vinculadas a um objeto com um gênero definido. As relações que se estabelecem entre o objeto desejante e o objeto desejado podem ser consensuais ou coercitivas, independentemente se o prazer obtido é igualmente dado e recebido.¹⁰¹

De outro lado, Connell acrescenta que as relações de gênero se dão no interior das “posições [...] práticas e relações [...] que ocupam¹⁰² [...] na sociedade”,¹⁰³ entre os relacionados. Como constituintes dessas posições... Connel “apresenta [...] os principais padrões da ordenação de gênero nas sociedades

⁹⁸ GARCIA, 1998 apud ARILHA; RIDENTI; MEDRADO, 1998, p. 45

⁹⁹ GARCIA, 1998 apud ARILHA; RIDENTI; MEDRADO, 1998, p.. 44.

¹⁰⁰ Ibid.

¹⁰¹ Ibid.

¹⁰² Preferimos dizer posições, práticas e relações que tem ocupado.

¹⁰³ GARCIA, 1998 apud ARILHA; RIDENTI; MEDRADO, 1998, p. 46

ocidentais”.¹⁰⁴ São as posições, práticas e relações de hegemonia, subordinação, cumplicidade e marginalização.¹⁰⁵ Sabiamente Connell assegura que essas ‘posições, práticas e relações’ “não se constituem em tipos fixos de caracterização, mas configurações de práticas construídas em situações particulares e mutáveis”.¹⁰⁶

Dessa intrigante proposição de gênero desde Connell, insiste-se em algo que parece um tanto corriqueiro, ou seja, o fato de gênero ter se tornado historicamente ‘formas de estruturação das práticas sociais’. Isso implica ativar ‘anéis espirais’¹⁰⁷ que vão formando densas correntes nas relações sociais. Com isso, damo-nos conta de que, frontalmente, estamos perante algo envolto por ‘anéis espirais’ de complexidades constitutivas e recorrentes.

Como que compondo essa ‘estruturação de gênero’ detêm-se em sua imbricação. Como se viu, é possível construir e dispor de uma visão abrangente do gênero, desde que a relacionemos a outras ‘estruturas sociais’ que compõem e interagem com o gênero.

Esse fato torna o enfoque de gênero não só mais preciso e exigente, o torna cristalinamente complexo, bem como demonstra que não é possível jogar nos ralos da história os entendimentos sociais que essas outras ‘estruturas sociais’ construíram. Gênero implica o procedimento combinatório entre enfoques sociais distintos, porque trata de ‘relações entre pessoas e grupos’, evidentemente pessoas e grupos que interagem vivamente, na sociedade.

Mencionar explicitamente esses ‘ingredientes teóricos’ não quer dizer que se desconhece e/ou se desconsidera outros ingredientes que esses mesmos teóricos abordam nas suas elaborações. Optou-se por realçar estas.

Para não parecer que não estamos fazendo um inconseqüente esfacelamento dos ‘cernes teóricos’ colocados pelos estudiosos a que nos referenciamos, bem como para ser mais fiel à suas elaborações e, finalmente, também, para que se dê conta o mais possível do extenso ‘campo teórico’ que nos envolvemos, recorreremos a outros aspectos que tem integrado a teoria de gênero desde os pesquisadores selecionados e as pesquisadoras selecionadas.

¹⁰⁴ Ibid.

¹⁰⁵ GARCIA, 1998 apud ARILHA; RIDENTI; MEDRADO, 1995, p. 46-47. É possível dizer posições, práticas e relações de insubordinação tanto da parte de homens quanto da de mulheres.

¹⁰⁶ Ibid., p. 47.

¹⁰⁷ Por anéis espirais entendemos círculos de pessoas/questões que se formam, em base a situações problemas, geralmente tensos, que o cotidiano exige respostas.

Sem desmanchar nem contrapor nada do que já foi ‘assumido’ como integrante de tal enfoque, é possível apanhar outros aspectos teóricos emergidos dentro do mesmo. Esse acréscimo procede, porque enriquece-nos com outros aspectos também necessários ao complexo entendimento de gênero. Entremos nas contribuições próprias do gênero desde o ‘feminino’ e o ‘masculino’.

1.8 Contribuições de gênero desde o feminino

De tudo o que admitimos, até então, é necessário a identificação de algumas contribuições, do que a teoria de gênero ‘focada’ na mulher têm oferecido de contribuição – e como tem oferecido – à formulação da teoria de gênero.

É preciso dar atenção ao que essa teoria tem dito sob pena de descompasso histórico gritante, pois tem muita ‘água cristalina’ jorrando dessa ‘fonte teórica’ que precisa ser bebida e sorvida por todos aqueles e todas aquelas que sonham, desejam e buscam novas relações entre os humanos.

São muitas contribuições em diversos campos. Não se pretende recorrer a todas. Apenas lança-se mão daquelas que orientam, positivamente, a elaboração desse trabalho.

Uma é a ousada iniciativa de encontrar alternativas¹⁰⁸ para novas experimentações das relações de gênero. Ato que provém não das demandas dos desocupados ou desocupadas e/ou despreocupados ou despreocupadas e/ou desgostosos ou desgostosas. Ao contrário! Deriva daqueles e daquelas que estão inquietos e inquietas com o ‘andar’ dos modelos relacionais no cotidiano.

Outra contribuição é o esforço para compreender o que realmente passa nos sentidos implícitos das relações de gênero,¹⁰⁹ num imenso cuidado de ir além da

¹⁰⁸ Essas iniciativas percebemos tanto no fato da criação, dos objetivos e do funcionamento das seguintes organizações feministas: SOF. Sempreviva Organização Feminista. São Paulo, 1963; NEIM. Bahia, 1983; Rede Mulher de Educação. 1983; NIEM. 1984, Porto Alegre; Grupo Transas do Corpo. Goiânia, 1987; GTPOS. São Paulo, 1987; Maria Mulher. 1987, Porto Alegre; CEDIM. Rio de Janeiro, 1987; Geledés. 1988; CFEMEA. 1989; CEPIA. Rio de Janeiro, 1990; REDOR. Bahia, 1992; PIMEP. Goiânia, 1992; Fundação da Mulher Gaúcha. Porto Alegre, 1995; no fato da farta produção teórica para novas experiências de gênero; quanto no fato do amplo e variado esforço para incluir nas legislações ‘aparatos legais que garantam’ os direitos das mulheres quanto a consecução dos mesmos; bem como na leitura cuidadosa das obras a que referenciamos e que tem buscado pensar e transformar as relações de Gênero para além dos padrões culturais dominantes.

¹⁰⁹ Esse esforço é picante nas obras ‘feministas’ que tentaram e tentam dismantelar a configuração cultural de gênero prevaemente que corrói e perturba a vida das mulheres e de homens, especialmente nas sociedades ocidentais, mesmo que diferentemente. Em todas as obras pesquisadas para esse trabalho percebemos esse esforço.

aparência. Esse feito é próprio dos sujeitos do processo de conhecimento significativo, que desejam encontrar os mecanismos que sustentam tais relações.

Esse esforço é uma façanha não só necessária, mas intransferível e impostergável, nesse momento histórico, no qual emergiu a viabilidade de novas configurações para as relações de gênero. Tudo isso só está sendo possível, porque tais sujeitos conseguiram capturar os sentidos implícitos, com a agudeza de espírito e de coração que é própria aos que são desbravadores e desbravadoras, mesmo se porventura não o saibam.

Outra é a busca em conceituar teoricamente¹¹⁰ a relação de gênero, colocando o que a perpassa, a envolve e a configura. Essa busca não se dá no acaso, no 'vazio' ou no acidental. Ela exige abertura, atitudes e procedimentos para novas pesquisas, confrontos e associações, rupturas, inovações e elaborações precisas e consistentes, mesmo sabendo da transitoriedade que é inerente ao conhecimento científico. Foi preciso construir um novo campo ou corpo conceitual para dar conta desta análise.

Outra é a disposição de focar e demonstrar que as relações de gênero possuem centralidade própria dentro de todas as relações sociais,¹¹¹ inclusive as científicas. Esse é um esforço teórico imprescindível, pois o seu reconhecimento tornou possível trabalhar os aspectos das relações sociais que condicionados pelas relações generalizadas, e, que, até então, simplesmente eram desconsiderados pelos estudos científicos.

Por que é assim? Porque, nas relações entre os humanos, não basta ter problemas para que os mesmos sejam trabalhados cientificamente, pois um problema que corre na vida só se torna 'problema' científico na exata medida que existam ativas correntes sociais de pensamentos que estejam realizando esforços teóricos próprios a esses problemas.

¹¹⁰ Esse esforço é notável especialmente em obras que buscam efetuar uma precisa e relacional conceituação do que se entende por gênero com as devidas implicações, sem cair nas armadilhas ideológicas que invadem o cotidiano subjetivo e objetivo das pessoas generalizadas. Cf. BUTLER, 1994 apud BENHABIB; CORNELL, 1987; LAURETIS, 1994 apud HOLANDA, 1994; e, SCOTT, 1995.

¹¹¹ Esse esforço é visível especialmente em GOMÁRIZ, 1991; SCOTT, 1995; e LAURETIS apud HOLANDA, 1994.

1.9 Contribuições de gênero desde o masculino

Por outro lado, é preciso identificar a peculiaridade que a teoria de gênero 'centrada' no homem têm trazido de contribuição à complexa formulação da teoria de gênero. Afinal de contas existem homens e mulheres incomodados e incomodadas em encontrar alternativas para outras possibilidades de vivência da masculinidade na história.

Uma contribuição é a disposição de muitos homens e/ou grupos de homens de conhecer e superar as relações de gênero insensibilizadas e brutalizadas pelo patriarcado,¹¹² como sendo relações que implícita e explicitamente, estrangulam, ainda que diferentemente, homens e mulheres, nas mais variadas relações empreendidas.

A consciência e a ciência desse problema histórico do humano é algo que supõe vontades, emoções, visões e ações para transpor esse limite colado ao cotidiano dos humanos. Não se trata de acabar com a masculinidade, mas de superar a configuração masculina patriarcalizada.

Enfrentar a configuração da masculinidade no modelo patriarcal, historicamente construída e reconstruída, é algo que supõe combinar ciência de gênero com sabedoria de gênero. Por que tal exigência? Porque temos o risco de confundir o invólucro da embalagem com o conteúdo na embalagem. Em outra linguagem dizemos: devemos evitar o risco de assumir, falar e publicar que as variações da masculinidade só são possíveis se forem masculinidades patriarcalizadas.

Outra contribuição é o alvorecer da consciência de que a formação da masculinidade é perpassada pela fragilidade emocional¹¹³ nas diversas fases e/ou dimensões da vida. Antes de tudo, é bom dizer que toda a vida humana é perpassada por fragilidades intrínsecas.

Essa consciência é urgente espaiá-la, pois sem ela é impossível configurar outras masculinidades no relacionamento entre os humanos. Não só, mas especificamente os homens estão experimentando e visionando outras masculinidades que não as embotadas pelo patriarcado.

¹¹² Essa conclusão ficou evidente na leitura de Nolasco, 1995. No caso desse livro, fizemos uma leitura direcionada pela busca do que caracteriza e assume a masculinidade patriarcal. Cf. NOLASCO, 1995.

Outra contribuição é a disposição de grupos crescentes de homens, de buscar os seus atributos peculiares à 'sua' condição de gênero. Para avaliar essa contribuição fizemos o estudo de Nolasco, tentando encontrar as caracterizações da masculinidade em sentido positivo. Ele afirma que:

O esforço a ser realizado pelos homens passa pelo resgate de suas identidades no que nelas existe de humano. Uma identidade tecida a partir da sintonia com eles mesmos e aberta às necessidades do outro. Este esforço é visível nos depoimentos de alguns homens em terapia, que buscam, para além do espaço terapêutico, espaços comunitários em que possam encaminhar e partilhar suas questões sem o medo do estigma e do não-reconhecimento deles próprios.¹¹⁴

Para Garcia temos a necessidade de:

Examinar as relações entre as masculinidades a partir de uma análise dinâmica das posições que essas masculinidades ocupam na sociedade. Considerando essas questões, ou linhas de conduta, o autor (*Connell*) apresenta as práticas e relações que constroem os principais padrões da ordenação de gênero nas sociedades ocidentais: hegemonia, subordinação, cumplicidade e marginalização.¹¹⁵

Então os homens não só são plurais em relação às mulheres, mas são diversamente plurais entre si. Por que assim temos sido? Porque nenhum homem assume, nem pode assumir em si e para si todas as características tidas como historicamente masculinas.

Daí a impossibilidade para qualquer tentativa de planificação ou generalização dos homens indistintamente caracterizando 'o homem'. Tal homem, entre os homens, não existe a não ser como peça de ficção ou ingênua ilusão. Eis

¹¹³ Essa aprendizagem que a consideramos de suma relevância, por experiência própria, já sabia, mas ao estudar e reestudar o texto *Do Mal-Estar Masculino na Contemporaneidade*, ficou cristalinamente plausível. Cf. BORIS, 2000, p. 13-14

¹¹⁴ NOLASCO, 1995, p. 179

¹¹⁵ GARCIA, 1998 apud ARILHA; RIDENTI; MEDRADO, 1995, p. 46

um entendimento complexo e incontestável que desafia a configuração masculina, especialmente a que se configura nos homens.

1.10 Sintetizando

Encerra-se a trama teórica fazendo uma recapitulação dos aportes teóricos pesquisados e recortados, pois assim tem-se um melhor entendimento de conjunto do referencial teórico.

Vivência é tomada no sentido de nomear ação vivida, melhor ações vividas. Dito de outra maneira é nomear experiências vividas. Portanto, torna-se experiência de encontro e partilha.

A vivência humana, temperada e ensopada de caldos culturais, se dá dentro da complexa rede de relações que é a sociedade internalizada pelas pessoas e dessas dentro da sociedade. Então, a sociedade é a condensação e a expressão plástica, por excelência, da busca de vivência humana.

Assume-se que vivência tem como regra básica instituidora a vivência de uma infinidade de relações: com a própria pessoa, com os outros, com a natureza ‘não feita’ pelos humanos, com a natureza transformada pelos humanos e com a transformada pela humanidade. Portanto, vivemos mergulhados em singulares e plurais relações.

Relações são compreendidas no sentido de referência, ligação e vinculação.¹¹⁶ Relações (...) adquirem o status de ‘estruturas significantes’ [dizemos estruturas relacionais significantes] da vida entre homens e mulheres, mulheres e homens, homens entre si e mulheres entre si. Portanto, relações exigem conhecer, conviver, ligar e associar.

Gênero como categoria de análise já implica um registro escrito histórico próprio; é uma categoria solidária de análise; intenta significar sentidos entrelaçados; e, assim, se transformou num recorte paradigmático.

Gênero como categoria de análise é próprio da cultura contemporânea; adquiriu função normativa; são elaborações da sociedade;¹¹⁷ tem tudo a ver com o campo das subjetividades humanas; gênero pulsa no cerne da diferença cultural, socialmente construída; gênero está cheio de significados de poder; assumiu formas

¹¹⁶ FERREIRA, 1999.

¹¹⁷ Carvalho fala que se deve “Gênero... tem de ser articulado e inserido nas condições históricas particulares que observamos”. Cf. CARVALHO, 1998 apud BRUSCHINI; HOLANDA, 1998, p. 396

estruturais de anéis espiralados; é uma forma estrutural que interage diretamente com outras formas estruturais; e, gênero trata de relações vivas entre pessoas¹¹⁸ e grupos.

Gênero implica para as pessoas um modo de situar diante das normas; um estilo ativo de viver o corpo no mundo;¹¹⁹ a vivência de gênero ocorre entre pessoas sexuadas;¹²⁰ os significados de gênero variam de acordo com as culturas¹²¹ e no tempo; gênero desdobra-se na arena reprodutiva dos corpos físicos dos indivíduos; masculinidade e feminilidade são configurações da prática de gênero; gênero perpassa a arena reprodutiva da sociedade; e, é movido pela energia emocional¹²² que os indivíduos possuem e desenvolvem.

Butler considera que Gênero tem a característica de ser “um projeto incessante, um ato diário de reconstrução e interpretação” [...] ou [...] “uma atividade originante que acontece sem cessar”.¹²³ Por isso, para Teresa de Lauretis, “Gênero [...] é produto das práticas da vida cotidiana”.¹²⁴

Teresa de Lauretis, pensa Gênero como “o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais” [...], por meio do desdobramento de [...] “uma complexa tecnologia política” ou [...] “é produto de diferentes tecnologias

¹¹⁸ Quando afirmamos pessoa tenho implicada com três componentes: “a pessoa humana é e deve ser o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições”; “pessoa implica dignidade que exige os direitos humanos”; “a liberdade para os homens e mulheres, exige que os mesmos “em sua ação gozem e usem de seu próprio critério e de liberdade responsável, não se deixando mover por coação, mas guiando-se pela consciência do dever”. Cf. COMBLIN, José. Antropologia cristã: a libertação na história. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 62-65.

¹¹⁹ Importa lembrar aqui: “certas vivências corporais de homens e mulheres são diferentes,...mas são socialmente construídas as maneiras como são vividas e como as diferenças entre elas são percebidas”. Cf. CARVALHO, 1998 apud BRUSCHINI; HOLANDA, 1998, p. 398. Com base em Nolasco, entendemos o corpo como “fonte de prazer” e que “O corpo de um homem, comparativamente ao da mulher, quase não sofre alterações durante a vida”. Cf. NOLASCO, 1995, respectivamente, p. 41 e 46. Para Schmidt, “o corpo se torna o ‘lugar’ da escolha existencial e da interpretação das normas culturais recebidas” ou “um modo particular de interpretar e vivenciar as normas de gênero recebidas”. Cf. SCHMIDT, 2000, p. 40.

¹²⁰ Diretamente ligado com a sexualidade do corpo temos a identidade sexual. Com base em Nicholson, Carvalho conceitua “identidade sexual como uma individualidade masculina ou feminina profundamente diferenciada, enraizada num corpo profundamente diferenciado”. Cf. CARVALHO, 1998 apud BRUSCHINI; HOLANDA, 1998, p 388

¹²¹ Grossi diz: “tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura é considerado como papel de gênero. Esses papéis mudam de uma cultura para outra”. Cf. GROSSI, 2000, p.36

¹²² Essa energia emocional pode ser entendida como desejo. Se somos movidos pela “ótica do desejo”, então, temos a chance da ‘construção de vínculos profissionais e afetivos consistentes, orientados pelo reconhecimento das diferenças individuais, fora da perspectiva biológica... marcados portanto pela gama de possibilidades de obter prazer”. Cf. NOLASCO, 1995, p. 49

¹²³ BUTLER, 1987 apud BENHABIB; CORNELL, 1987, p. 142

¹²⁴ LAURETIS, 1994 apud HOLANDA, 1994, p 208

políticas”¹²⁵ ou [...] “é efeito de uma variedade de representações e práticas discursivas que produzem diferenças sexuais”.¹²⁶

Para Teresa de Lauretis, “o gênero é efetivamente uma instância primária de ideologia”.¹²⁷ Supondo que a ideologia tem a “função de constituir indivíduos concretos em sujeitos”,¹²⁸ então, podemos afirmar explicitamente que, o gênero só é possível nas relações entre as pessoas. Sem relação não existe gênero.

As contribuições do gênero feminino, podem ser resumidas em: as iniciativas de encontrar alternativas para novas experimentações das relações de gênero; o esforço para compreender o que realmente passa nos sentidos implícitos das relações de gênero, num imenso cuidado para ir além da aparência que parece caos e natural; esforço de conceituar teoricamente, em que consisti relações de gênero com as exigências e complexidades que a perpassam e a configuram; e, o esforço de demonstrar que as relações de gênero possuem centralidade própria dentro das relações sociais, inclusive as científicas.

As contribuições do gênero masculino, é possível resumí-las em: a disposição de muitos homens e/ou grupos de homens de conhecer e superar as relações de gênero insensibilizadas e brutalizadas pelo sistema patriarcal; o alvorecer da consciência de que a formação da masculinidade é perpassada pela fragilidade emocional nas diversas fases e/ou dimensões da vida; a disposição de grupos crescentes de homens, de buscar os seus atributos inerentes à ‘sua’ configuração masculina, que os tornam necessitados de entendimentos e tratamentos peculiares.

Sintetiza-se o aporte teórico com Miriam Pilar Grossi: “Gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual”.¹²⁹

¹²⁵ LAURETIS, 1994, loc. cit.

¹²⁶ LAURETIS, 1994, apud HOLANDA, 1994, p. 214

¹²⁷ Ibid., p. 216. Ilustrativo dessa ideologia sexual é a contribuição de Nolasco, em relação à ideologia na esfera sexual masculina, quando afirma: “a ideologia do mundo do trabalho se reproduz também na esfera sexual. As valorizações dos números de conquistas, da liberdade de ação, do espírito de aventura e de dominação estarão presentes como referências para a identificação masculina”. Cf. NOLASCO, 1995, p. 72

¹²⁸ LAURETIS, 1994 apud HOLANDA, 1994, p. 212

¹²⁹ GROSSI, 2000, p. 35

Se as relações de gênero ocorrem em situações historicamente determinadas, então, é necessário compreender alguns dos elementos básicos da trajetória forjada e trilhada pelas lideranças do CNL, pois é dentro dessa trajetória que se procederá a averiguação do perfil da vivência de gênero no CNL. É o que se fará a seguir.

Capítulo 2

O CNL na História

Retalhos de nossa história,
bonitas vitórias que meu povo tem.
(Zé Vicente)

Nesse capítulo procura-se entender o diverso contexto de formação do CNL por meio de alguns fatos que o compõem, bem como aqueles fatos que diretamente possibilitaram a fundação do CNL. Além disso rememora-se alguns marcos de sua trajetória histórica desde a fundação, em novembro de 1975, até a mudança de estatuto, em maio de 1997.

2.1 Amplo Contexto Eclesial

O amplo contexto eclesial no qual insere-se o processo de fundação do CNL pode ser sintetizado nos seguintes tópicos: consciência de situações reais de sofrimento por lideranças importantes do laicato; preocupação do episcopado em relação ao laicato na Igreja e no mundo; abertura crescente da Igreja para o social, sobretudo na década de 1950; laicato são assumidos como companheiros na missão evangelizadora, de acordo com o Plano de Emergência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que vigorou de setembro de 1962 até a implantação do Plano Pastoral de Conjunto em janeiro de 1966; leigos e leigas ocupam lugar teológico próprio desde o Concílio Ecumênico Vaticano II; redefinição interna da Cúria Romana em que se distingue o Conselho Pontifício para os Leigos das organizações própria dos leigos.

No Brasil, o Plano de Pastoral de Conjunto (PPC), reforça a presença viva do laicato na vida da Igreja; a Conferência de Medellín traz para o laicato da América Latina orientações que o impulsiona para uma participação co-responsável em várias atividades pastorais da Igreja; apesar da crise vivida pelo laicato com a dissolução da Ação Católica, permaneceu uma límpida consciência em parte do laicato e do episcopado de que era preciso redimensioná-lo, sob pena de um desastre para os leigos e as leigas e para a igreja em Geral no Brasil.

Na assembléia da CNBB de 1969 é gritante a inquietação de parte do Episcopado Brasileiro em relação ao laicato; a CNBB realiza, após a assembléia de 1969, trabalhos inéditos de comunicação e visibilização com e do laicato na Igreja.¹³⁰

Ao analisar a presença da Igreja Católica nos idos da década de 1970, a historiadora Nadine Habert oferecem-nos a seguinte reflexão:

Teve particular destaque neste processo [*atuação popular nas fábricas e bairros*] a atuação dos setores da Igreja Católica brasileira mais comprometidos com as causas populares, atuação que expressava um endosso às novas orientações definidas pela II Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano),[sic] realizada em 1968 na cidade de Medellín, Colômbia.¹³¹

E Habert continua sua análise:

Com o maior fechamento político do regime militar em 1968, começou a prevalecer na CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) o setor mais atuante da Igreja, que adotou posições de duras críticas ao governo militar, colocando-se na defesa dos direitos humanos e denunciando a situação de injustiça social em que via o povo brasileiro.¹³²

2.2 Violenta situação política no Brasil

Ao analisar esse contexto político institucional no período do governo Médici (10/1969 a 3/1974) Habert entende que:

Médici governava por decretos-leis, apoiando-se quase que exclusivamente no CSN (Conselho de Segurança Nacional), cercado e protegido pelas muralhas do AI-5, da Lei de Segurança Nacional, da censura e do pesado aparato repressivo.¹³³

Desde a XI Assembléia Nacional da CNBB em 1970, foram impulsionados os trabalhos que levariam, paulatinamente, à constituição do CNL em novembro de 1975. Dentre os 124 desaparecidos políticos efetuados pela ditadura militar e identificados pelo grupo Tortura Nunca Mais, 121 ocorreram nesse período.¹³⁴ Esse

¹³⁰ Esses elementos históricos mais detalhados, encontram-se em C. Sobrinho, p. 14 a 43. Cf. COSTA SOBRIHO, 2001.

¹³¹ HABERT, Nadine. A década de 70: apogeu e crise da ditadura military brasileira. São Paulo: Ática, 1992, p. 36.

¹³² Ibid., p. 37.

¹³³ Ibid., p. 25.

triste dado revela que esses seis anos foram anos bravos de repressão e violência fatal a todos aqueles e a toas aquelas que se manifestassem criticamente dentro da sociedade.

Considerando que o aparelho violento do Estado estava montado e em plena atuação; as cassações de mandatos eleitorais; o fechamento dos agrupamentos de esquerda; a desativação das lideranças sindicais e populares; o asilo político forçado como opção para preservar a vida; a atuação clandestina de grupos divergentes à ditadura militar; a prévia censura à imprensa etc; os 124 desaparecimentos físicos. Todos esses assombrosos fatos da ditadura militar no Brasil, sugerem que as lideranças do CNL lidavam com num contexto histórico tremendamente delicado no momento político institucional brasileiro.

Portanto, pensar na criação de um organismo laico com toda a inspiração e orientação que surge do Concílio Vaticano II e de Medellín foi algo extremamente perigoso porque todo gesto, pensamento, palavra, telefonema, reunião, carta, comunicação etc, tinha de ser cuidadosamente planejado antes de realizado. Cotidianamente, as lideranças eram desafiadas a serem criativas.

2.3 Sinais democráticos ressurgem no Brasil

Ao procurar entender a presença e ação dos grupos feministas e de homens no mundo contemporâneo, Nolasco é categórico: “O fortalecimento das democracias no mundo funciona como pano de fundo para a consolidação das conquistas femininas e para os homens repensarem sua forma de inserção social”.¹³⁵

No caso específico do Brasil, Habert ilumina nossa busca de compreensão da sociedade brasileira com a presente afirmação:

Em suma, o processo chamado de “abertura lenta, gradual e segura”, abarcou um período que iniciou no governo Geisel (1974-79) e continuou no de Figueiredo (1979-85). No seu conjunto, englobando a estratégia e a atuação dos militares e da burguesia, representou uma transição do regime militar para uma dominação mais aberta, de conteúdo conservador, na qual a classe dominante manteve a sua hegemonia e cujo desdobramento viria a ser a chamada ‘Nova República’ em 1985.¹³⁶

¹³⁴ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil nunca mais: um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 291-293.

¹³⁵ NOLASCO, 1995, p. 26.

Ao tentar entender o contexto de surgimento do ‘novo feminismo’ na sociedade brasileira, Toscano e Goldenberg, informam-nos que:

As resistências que, nos meios de esquerda e na Igreja, existiam com relação aos movimentos feministas começam a ser vencidas a partir dos anos 70 e, mas particularmente, com o Ano Internacional da Mulher, em 1975, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU). A essa altura, já era bem visível o interesse que desertava junto ao público em geral, mas particularmente junto às mulheres de classe média, universitárias e profissionais liberais,, os temas e as discussões específicas sobre a condição da mulher.¹³⁷

Esses sinais históricos indicando mudanças na sociedade são importantes porque, tanto no processo de fundação quanto nos inícios do CNL, as lideranças movimentam nesse contexto social em busca de novas relações sociais nestas circunstâncias adversas.

2.4 Pertença social distinta e complexa para homens e mulheres

No caso ‘específico dos homens’, a situação em que os mesmos estão envolvidos parece ser formado por contextos próprios de complexidades. Veja o que Nolasco afirma ao analisar o ‘novo homem’ que está em processo de gestação:

Seria conveniente situar o processo hoje vivido pelos homens para além do que se passa entre eles e as mulheres, mas não necessariamente a partir da relação entre ambos. A relação do homem com o trabalho é complexa, como também o é com seus amigos e filhos.¹³⁸

No caso ‘específico das mulheres’ também possuem características históricos-sociais que tem marcado as complexidades sociais que as envolvem. Esse é o entendimento de Schmidt: “convém lembrar que as relações de desigualdades entre homens e mulheres persistem, em dolorosas e concretas situações históricas.”¹³⁹

¹³⁶ HABERT, 1992, p. 45

¹³⁷ TOSCANO; GOLDENBERG, 1992, p. 34

¹³⁸ NOLASCO, 1995, p. 173

¹³⁹ SCHMIDT, 2000, p. 41

Realmente o contexto social que homens e mulheres se inserem, é profundamente complexo e desafiador. Isso é o que se entende ao compreender o pensamento de Carvalho:

“Manifestações da desigualdade (...) são o fato de que o nível salarial, de formação, de prestígio e/ou de poder para as atividades femininas é inferior ao que se outorga às atividades masculinas, independentemente de serem desenvolvidas por mulheres ou homens”.¹⁴⁰

2.5 Acontecimentos Eclesiais que Possibilitam a Fundação do CNL

Entremos agora nos acontecimentos eclesiais que direta e positivamente favoreceram a fundação do CNL. São acontecimentos que revelam uma parcela representativa de Igreja, em movimentação no sentido de um novo organismo laico na Igreja Católica no Brasil.

2.5.1 Episcopado quer a organização do organismo nacional de leigos e leigas

O Episcopado Brasileiro, na XI Assembléia Geral da CNBB, ocorrida de 16 a 27 de maio de 1970, em Brasília, que teve como tema central, os leigos ou o laicato. Contou com a presença de vinte e seis leigos e leigas de todas os regionais da CNBB,¹⁴¹ toma uma decisão histórica, qual seja: “De 173 bispos que votaram, 147 votaram sim, 23, sim com reservas, e 3, não, para que “o SNALE comece já a preparar o funcionamento de um futuro organismo nacional de leigos.”¹⁴²

Dessa decisão em maio de 1970 até o I Encontro Nacional dos Movimentos Leigos em novembro de 1972, outros acontecimentos favorecem a fundação do CNL . Um deles foi a repercussão positiva do laicato presente na assembléia de 1970, pois

Pela primeira vez na história da Igreja, no Brasil, um grupo de leigos das mais variadas regiões do Brasil, vindo representar os Regionais ou para participar de painéis, tomaram a palavra em plenário, numa Assembléia de Bispos no Brasil, para apresentar os seus pontos de vista, as suas aspirações, a respeito da participação do leigo na vida da Igreja no Brasil. Eles tomaram parte, também, nos grupos de estudos regionais.¹⁴³

¹⁴⁰ CARVALHO, 1998 apud HOLANDA; BRUSCHINI, 1998, p. 402

¹⁴¹ CNBB. *Comunicado Mensal*, 1970, n. 214-215, p. 30-31.

¹⁴² CNBB. *Leigos na XI Assembléia*, Rio de Janeiro: Baptista de Souza & Cia., 1970, p. 124.

¹⁴³ CNBB. *Boletim Semanal*, 1970, n. 13.

Outro é que o Plano de Atividades da CNBB aprovado em agosto de 1971 inclui o laicato, sinalizando para uma futura organização nacional de leigos e leigas: a ‘missão própria dos leigos’ e a ‘necessidade de entrosarem globalmente’. As justificativas são claras e fortes: “necessidade de atualização [...] comunicação mais estreita e contínua [...] e unidade fundamental”.¹⁴⁴

Finalmente, outro acontecimento é a consciência de que em relação ao laicato ocorreu um ‘claro saldo positivo’, bem como que existe ‘nítidas lacunas’, como por exemplo, os projetos relacionados com o “problema dos Leigos”.¹⁴⁵

2.5.2 I Encontro Nacional dos Movimentos Leigos

Foi com a articulação e sob a coordenação de D. Valfredo Tepe e Pe. Hilário Mazzarollo que ocorreu o I Encontro Nacional dos Movimentos Leigos, no Rio de Janeiro, em 11 e 12 de novembro de 1972, que contou com a presença de dezoito movimentos participando, num total de cinquenta e uma pessoas.

Que objetivos pretendiam atingir nesse encontro que direcionassem as lideranças dos movimentos leigos para a futura criação do CNL?

Contato e relacionamento dos diferentes movimentos de leigos; exposição e apreciação dos objetivos e projetos da CNBB para o próximo biênio; estudo do exercício da co-responsabilidade e dos órgãos para exercê-lo; relacionamento dos Movimentos com a Igreja em nível local, regional e nacional.¹⁴⁶

As lideranças presentes viram que para se alcançar a co-responsabilidade dos leigos

não pode vir de um projeto [...] não se recebe nem se dá, mas sim de um crescimento da fé e no compromisso em relação à sua comunidade e no aprofundamento de sua vocação [...] se consegue pelo exercício progressivo, constante e perseverante.¹⁴⁷

As lideranças sabiam que tal co-responsabilidade tem sua base no batismo, compreendem que ela “será exercida...pelos mais conscientizados na sua

¹⁴⁴ CNBB. *Comunicado Mensal*, 1971, n. 228, p.21-22.

¹⁴⁵ CNBB. *Comunicado Mensal*, 1972, n. 238, p. 17-18.

¹⁴⁶ CNBB. *Boletim Semanal*, 1972, n. 46.

fé”.¹⁴⁸ Condição fundamental dessa co-responsabilidade é ‘abertura (...) para dialogar de verdade’ ou ‘conversão para o diálogo’.

Esse diálogo supõe:

o amadurecer em comum as decisões a serem tomadas; encararem os leigos como sujeitos e não objetos de pastoral; um certo conhecimento mútuo; que se procure compreender o trabalho de cada movimento dentro de seu carisma específico; um contínuo questionamento em nível de pessoas e [...] de movimentos”; e que o diálogo é uma necessidade do “comprometer todo o povo de Deus na realização dos planos de Sua Igreja.”¹⁴⁹

Como fruto desse diálogo comprometedor é possível alcançar o:

crescimento na descoberta dos valores do outro; ajudará a cada um ser mais fiel à originalidade de sua vocação; atingir as classes e poderá tornar-se inter-ambiental; evitará o espírito de competição e as imposições desestimuladoras”; bem como “será garantia de unidade entre hierarquia e laicato.”¹⁵⁰

Nas conclusões das lideranças leigas presentes, a co-responsabilidade que exige diálogo na Igreja é a base do: “Caminhar para um órgão efetivo de diálogo de caráter nacional, que poderia fazer um trabalho conjunto com o órgão nacional dos bispos, a CNBB”.¹⁵¹

Portanto, só com o contato dialogal dos movimentos entre si e desses com a hierarquia é que se poderá chegar a um órgão nacional do laicato.

É nesse espírito que entendemos um dos outros resultados atingidos nesse primeiro encontro. Tais resultados assim foram comunicados com toda a Igreja:

Sentiu-se de modo geral um crescimento no sentido da co-responsabilidade, e a necessidade de um maior inter-relacionamento dos Movimentos para exercê-la eficientemente. O clima de seriedade e entusiasmo foi notável, assim como o espírito de

¹⁴⁷ CNBB. *Boletim Participação*, 1973, n. 4, p. 3.

¹⁴⁸ CNBB. *Boletim Participação*, 1973, n. 4, p. 4.

¹⁴⁹ CNBB, 1973, loc. cit.

¹⁵⁰ CNBB, 1973, loc. cit.

¹⁵¹ CNBB, 1973, loc. cit.

fraternidade marcante entre as linhas de apostolado divergentes: sentiu-se a possibilidade do Pluralismo desde que se parta do princípio da Unidade.¹⁵²

Antes do II Encontro Nacional dos Movimentos Leigos, outro acontecimento eclesial que contribuiu para a fundação do CNL foi que o II Plano de Atividades para 1973 incentiva a criação do CNL.¹⁵³ Nele temos:

A Igreja não se acha deveras consolidada [...] se aí não existe um laicato de verdadeira expressão [...] Por sua vez, a revisão do anterior Plano Bienal demonstrou duas realidades: de um lado, numerosas falhas, retrações e perplexidades no apostolado dos leigos e na sua localização na Igreja; de outro lado, um significativo surgimento de variados movimentos e iniciativas cheias de esperança. Urge assim discernir os melhores caminhos para os movimentos antigos e modernos, bem como para os leigos, tão numerosos, que não pertencem aos nossos movimentos.¹⁵⁴

2.5.3 II Encontro Nacional dos Movimentos Leigos Discute o CNL

A idéia de criação do CNL mesmo não tendo efetivado-se em novembro de 1972, no I Encontro Nacional dos Movimentos Leigos, não quer dizer que foi abandonada. Durante o II Encontro Nacional dos Movimentos Leigos - ocorrido nos dias 25 e 26 de agosto de 1973, no Rio de Janeiro, dos 27 convidados, teve a presença de 19 movimentos e de 46 participantes - a idéia de criação foi retomada.

É com o objetivo de proceder a 'uma integração maior entre os diversos movimentos de apostolado leigo', que as lideranças leigas dos movimentos presentes se encontram. Tal encontro foi tão marcante que recebeu divulgação, destacando o que ficou decidido:

Diversas sugestões foram dadas para procurar uma participação maior dos leigos nos órgãos de Igreja, sobretudo o encaminhamento do projeto sobre um conselho Nacional de Leigos. Para isto foram sugeridos nomes para formar um grupo de trabalho, que assessorando o Setor Leigos da Linha 1, começasse a encaminhar o projeto.¹⁵⁵

¹⁵² CNBB. *Boletim Semanal*, 1972, n. 46.

¹⁵³ CNBB. *Comunicado Mensal*, 1972, n. 242, p. 23.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 18.

¹⁵⁵ CNBB. *Boletim Semanal*, 1973, n. 35.

Neste II Encontro, “os debates foram mais no sentido de apressar ou não a sua (CNL) criação, e não ao que ele será exatamente”.¹⁵⁶ Duas alternativas são apresentadas:

começar logo, assim mesmo; a este conselho inicial, mesmo não perfeitamente representativo do laicato, caberá encontrar caminhos para abrir-se e representar os outros leigos que vão se organizando aos poucos, através de conselhos paroquiais e diocesanos; ou então, aguardar para que assembleias vão se formando, e possam finalmente organizar-se em nível nacional. Porém como só existe, segundo nosso conhecimento, uma experiência de assembleia regional de leigos, a do Leste II, só a muito longo prazo, isto será realizável.¹⁵⁷

Apesar dessa divergência entre começar logo ou aguardar uma idéia clareou e se firmou entre as lideranças: “este órgão será só de leigos, que, exercendo sua autonomia, formarão um órgão de serviços, de consultas, etc., com uma certa analogia com a CNBB em relação aos bispos”.¹⁵⁸

Finalmente, após muitos debates, havia duas alternativas:

a criação de um grupo de trabalho (GT), composto de pessoas representativas dos meios de ação apostólica, que assessora o setor leigo da CEP; um núcleo inicial do Conselho Nacional de Leigos (CNL), que já procuraria figurar o futuro Conselho com membros eleitos pelos participantes do Encontro.¹⁵⁹

Para conciliar as duas alternativas, que no plenário estavam se radicalizando por marcarem linhas diferentes, foi apresentada uma sugestão, que foi de pronto aceita pelos presentes:

o plenário indicaria livremente uma lista de pessoas, entre as quais o assessor de leigos teria a liberdade de escolher um pequeno grupo que teria a finalidade de assessorá-lo, e ao mesmo tempo ir procurando aprofundar a idéia da formação do CNL, sobretudo [porque, destaque nosso] [...] no próprio plano bienal existe o projeto previsto para o

¹⁵⁶ CNBB. *Boletim Participação*, 1973, n.6, p. 6.

¹⁵⁷ CNBB, 1973, loc. cit.

¹⁵⁸ CNBB, 1972, loc. cit.

¹⁵⁹ CNBB, 1972, loc. cit.

próximo ano (1974), de criar subsídios para a criação sem data prevista, deste Conselho.¹⁶⁰

Fruto dessa decisão e orientação, neste II Encontro Nacional dos Movimentos Leigos, foi a formação do Grupo de Trabalho constituído por sete membros leigos e leigas – quatro homens e três mulheres mais o assessor do Setor Leigo da CNBB.¹⁶¹ A função desse Grupo de Trabalho era assessorar o Setor Leigos, ir aprofundando a idéia de formação do CNL e criar subsídios. Além de necessário esse passo era fundamental, pois define-se a equipe responsável para encaminhar algumas das decisões amadurecidas coletivamente.

Antes do III Encontro Nacional dos Movimentos Leigos que decide criar o CNL, o II Plano de Atividades para 1974 reafirma criação do CNL;¹⁶² o Grupo de Trabalho do Setor Leigo faz três reuniões para discutir e encaminhar a constituição do CNL;¹⁶³ um Seminário Nacional ocorrido no Rio de Janeiro de 24 a 28 de maio de 1974, questiona a função do CNL: qual seria a função de um Conselho Nacional de Leigos? Sua existência teria sentido? Seria possível?.¹⁶⁴

Em base as discussões efetuadas no I Encontro Latino-Americano sobre Teologia e Pastoral dos Ministérios, entre os dias 16 a 24 de agosto de 1974, no Equador, é possível entender que as organizações laicas tem valor teológico reconhecido pela Igreja:

As organizações dirigidas por leigos [...] compõem de membros com características similares [...] Reúnem-se em torno de objetivos [...] comuns [...] também específicos de seus integrantes. Estas organizações, por mais que tenham ou devam ter o espírito comunitário, não devem ser chamadas comunidades eclesiais e sim movimentos, grupos ou associações. Podem ter um assessor ordenado, sem perder com isto seu caráter laical.¹⁶⁵

¹⁶⁰ CNBB, 1972, loc. cit.

¹⁶¹ CNBB. *Boletim Participação*, 1974, n. 8, p. 21.

¹⁶² CNBB. *Comunicado Mensal*, 1973, n. 225.

¹⁶³ CNBB. *Boletim Participação*, 1974, n. 8, p. 23.

¹⁶⁴ CNBB. *Boletim Participação*, 1974, n.9, p. 40.

¹⁶⁵ CNBB. *Boletim Participação*, 1974, n. 11, p. 30-33.

2.5.4 III Encontro Nacional dos Movimentos Leigos Decide Criar CNL

Outro acontecimento que contribuiu para a criação do CNL foi o III Encontro Nacional dos Movimentos Leigos, que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, de 20 a 22 de setembro de 1974.

Contou com a participação de vinte movimentos e organizações de leigos cristãos, que se encontravam em torno dos seguintes objetivos: “Exposição e estudo dos objetivos dos Movimentos e estudo para a formação de um Conselho Nacional de Leigos”¹⁶⁶ ou “propor a formação de um conselho Nacional de Leigos, idéia surgida após inúmeros encontros”.¹⁶⁷

Os participantes desse III Encontro estudaram um Instrumento de Trabalho, elaborado pelo Grupo de Trabalho do Setor Leigo. Tal instrumento recebeu o nome de Projeto para a formação do Conselho Nacional dos Leigos. Esse projeto é constituído de três páginas, assim distribuídas: “motivação; método de implantação; estrutura básica; função dos secretariados nacionais; comissão executiva nacional do CNL; atribuição dos Conselhos; e atribuição das comissões executivas”.¹⁶⁸

No que concerne ao método de implantação, o grupo de trabalho apresentou: “a estrutura proposta só poderá ser implantada [...] partindo, de início, pela cúpula para depois ir estendendo o sistema num fluxo descendente até atingir as bases”.¹⁶⁹ Esse método de implantação de ‘cima para baixo’, como veremos a seguir, foi alterado.

Nesse III Encontro “decidiu-se pela criação do dito Conselho”¹⁷⁰ ou “viu favoravelmente a idéia”¹⁷¹ do Conselho Nacional de Leigos surgida após numerosos encontros, bem como foram indicados “os integrantes da referida comissão executiva nacional, sendo um do Movimento Familiar Cristão, um da Renovação Cristã, um do Serviço Pastoral Estudantil Secundarista e um da Ação Católica Operária”.¹⁷²

¹⁶⁶ CNBB. *Comunicado Mensal*, 1974, n. 264, p. 828.

¹⁶⁷ CNBB. *Boletim Semanal*, 1974, n. 43.

¹⁶⁸ CNBB. Setor Leigo – CNL. Projeto para a formação do Conselho Nacional dos Leigos, s/d, mimeografado.

¹⁶⁹ *Ibid.*, p. 1.

¹⁷⁰ CNBB. *Comunicado Mensal*, 1974, n. 264, p. 828-829.

¹⁷¹ CNBB. 1974, loc. cit.

¹⁷² CNL. Relatório interno de trabalho com data posterior a Assembléia de 15 e 16 de nov. de 1975.

Definidas as primeiras tarefas da primeira Comissão Executiva Nacional Provisória, ela

foi encarregada de apresentar o projeto definitivo para a aprovação da CNBB e encaminhar a implantação de um sistema de representatividade a partir das paróquias, dioceses e regionais, formando conselhos nesses diversos níveis, que escolheram os de nível superior.¹⁷³

Além do Conselho Nacional, ressalta-se que aqui já aparece o projeto de formação do Conselho nos níveis paroquial, diocesano e regional, sendo esses níveis os responsáveis por escolherem os representantes das instâncias maiores. Aqui revela-se a opção de um método de ‘baixo para cima’, portanto, diferente do método de ‘cima para baixo’.

Qual é a função do Conselho aprovada neste III Encontro Nacional dos Movimentos Leigos? “Terá uma função formativa e informativa”[...] e [...]“prestará co-responsavelmente sua colaboração aos ministros ordenados da Comunidade Eclesial, que constitui sua hierarquia”.¹⁷⁴

O que o Conselho se propôs como objetivo? Pergunta aparentemente simples de responder, entretanto as lideranças que estavam discutindo e formulando os objetivos da futura organização eram provenientes de diferentes ambientes sócio-culturais, bem como portadores de várias experiências sócio-eclesiais.

Nessa situação real, a formulação dos objetivos se tornou uma tarefa difícil e delicada de definir. Apesar disso, as lideranças presentes neste III Encontro Nacional dos Movimentos Leigos, acolhendo as sugestões do grupo de trabalho, chegaram, provisoriamente, aos seguintes objetivos: ser elemento de integração e de representação, promover e recolher dados, estudos e sugestões, e sugerir métodos de ação apostólica.¹⁷⁵

No intervalo desse III Encontro Nacional dos Movimentos Leigos, ocorrido em setembro de 1974, até a fundação do CNL em novembro de 1975, outros acontecimentos eclesiais favorecerem a sua fundação. Um deles foi o fato que a Comissão Nacional de Pastoral(CNP) [da CNBB], reunida nos dias 26 e 27 de outubro de 1974, reconhece o CNL. Por meio dos “estudos para a formação do

¹⁷³ CNBB. *Comunicado Mensal*, 1974, n. 264, p. 830.

¹⁷⁴ CNBB. *Comunicado Mensal*, 1974, n. 264, p. 830.

Conselho Nacional de Leigos”,¹⁷⁶ percebe-se a ação do leigo na Igreja. Constatou-se: “Sente-se a necessidade de um Órgão de Serviços, de Informação e de articulação, específico dos e para os leigos. Está sendo constituído o Conselho Nacional de Leigos”.¹⁷⁷

Outro importante acontecimento foi que as Diretrizes Nacionais da Igreja do Brasil, para 1975-1978, acolhem o CNL em construção. Vejamos: “Incentivar e Apoiar a Organização do já Decidido Conselho Nacional de Leigos, mantendo um relacionamento constante; eventualmente, o assessor de leigos poderá ser seu assistente”.¹⁷⁸

Mais um acontecimento operacional foi a elaboração do Primeiro Projeto de Estruturação do CNL para que, além de ser enviado aos movimentos pudesse ser apreciado pelo episcopado do Brasil: “Face ao acima exposto a Comissão Executiva Nacional provisória, submete à apreciação dos Srs. Bispos da CEP o projeto para criação e instalação do Conselho Nacional de Leigos”.¹⁷⁹

Tal projeto apresentado na reunião mensal da presidência e da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), nos dias 27 e 28 de fevereiro de 1975, recebeu um parecer. De acordo com a carta enviada ao Hélio Amorim, datada em 03 de abril de 1975, pelo Pe. Hilário Mazzarollo, assessor do Setor Leigos, o episcopado foi favorável:

Os bispos da CEP, quanto ao projeto apresentado dizem o seguinte: Nada temos a objetar contra a criação do CNL. Sugerimos no entanto que desde o início, se defina a responsabilidade mais claramente e a estrutura deste organismo. Esta deve ser simplificada ao máximo.¹⁸⁰

Finalmente, temos que era preciso garantir uma representação diversificada na assembléia de novembro de 1975. Essa questão foi encaminhada assim:

¹⁷⁵ CNBB, 1974, loc. cit.

¹⁷⁶ Ibid., p. 926.

¹⁷⁷ Ibid., p. 928.

¹⁷⁸ CNBB. Diretrizes gerais da ação pastoral da igreja no Brasil 1975-1978. São Paulo: Paulinas Multimídia, CNBB, 2000, [CD-ROM].

¹⁷⁹ CNL. Relatório interno, s/d, mimeografado, p. 1.

¹⁸⁰ CNBB. Carta de Pe. Hilário Mazzarollo ao Hélio Amorim em 3/4/1975.

Esclarecemos que a representação de cada Movimento ou Associação se fará por uma pessoa, que poderá se fazer acompanhar de apenas mais uma, em vista das limitações de hospedagem e acomodações. Para o cálculo do rateio das despesas, para deliberações e votação, somente será considerado um representante por movimento.¹⁸¹

2.5.5 Percepção da Dispersão, Diversificação e Massificação Laical

Outro fato que moveu as lideranças laicas em prol da fundação do CNL foi a percepção de que prevalecia uma real dispersão entre as inúmeras lideranças e organizações dos leigos e das leigas.

Em um dado momento da elaboração de um relatório da assembléia de novembro de 1975, encontramos a expressão que o CNL deveria “evitar a dispersão de esforços”[...] ou [...] “diversifica-se a identidade dos diversos movimentos”.¹⁸² De outro jeito é dito que existe de fato uma “grande massa de leigos não ligados a Movimentos”.¹⁸³ Finalmente, é reconhecido que cada movimento “tende a acentuar de modo especial um ou mais.. aspectos (a evangelização, a reforma cristã do mundo e a ação caritativa)”.¹⁸⁴

2.5.6 Setor Leigo da CNBB Exerce Liderança

No interior do contexto de perseguição e morte próprio da ditadura militar, é fácil entender o papel imprescindível de liderança exercido pelo Setor Leigo da CNBB nestes anos de criação do CNL. Esse Setor convoca, provoca, financia, desafia, coordena, aglutina e organiza. Liderança exercida em aproximação e sintonia constante com os cristãos leigos e cristãs leigas, evidentemente. Nas palavras dos participantes, encontramos dois testemunhos que confirmam essa liderança exercida pelo Setor Leigo:

A idéia, já surgida há diversos anos, foi amadurecendo nos diversos encontros de Movimentos, promovidos pela CNBB, que via com simpatia esta tentativa de organização¹⁸⁵ [ou] não querendo impor estruturas, a CNBB, através de seu departamento de ‘LEIGOS’, convoca os Movimentos para que indicassem pessoas

¹⁸¹ CNL. Carta enviada aos movimentos de leigos, assinada pelo Pe. Hilário Mazarollo e Hélio Amorim, em nome da Comissão Executiva Nacional Provisória do CNL. Rio de Janeiro, 22/10/1975.

¹⁸² CNBB. *Boletim Participação*, 1975, n. 15, 31/12/1975.

¹⁸³ MCC. Carta de 9/12/1975, p. 2.

¹⁸⁴ CNBB. *Boletim Participação*, 1975, n. 15, p. 3.

¹⁸⁵ CNL. Conselho Nacional de Leigos, s/s, documento dos arquivos do CNL, p. 1.

capacitadas a realizar a tarefa. Para coordenar os trabalhos financiou as despesas e indicou o sacerdote responsável pelo departamento para dirigir as primeiras reuniões.¹⁸⁶

Finalmente um outro participante confirma o papel de liderança exercido pelo Setor Leigos, ou seja, “A CNBB através do Setor Leigos...esta estruturando o CNL...com sede aqui no Rio de Janeiro”.¹⁸⁷

2.5.7 CNL é Constituído *ad experimentum* por Seis Meses

Novembro de 1975. Mês e ano de importância ímpar para a caminhada laica no Brasil, pois ocorreu a Assembléia Nacional dos Movimentos Leigos que fundou o CNL, nos dias 15 e 16, na Casa Nossa Senhora da Paz, no Rio de Janeiro.

Um detalhe importante que localizamos é que a coordenação dessa assembléia de novembro de 1975 foi coordenada pelos delegados presentes (ou seja, a Comissão Executiva Provisória, escolhida no III Encontro Nacional dos Movimentos Leigos em agosto de 1974). Este detalhe de responsabilidade pela coordenação está registrado assim: “a CNBB (entenda Setor Leigo) se desvinculava da coordenação e orientação dos trabalhos, delegando as pessoas ali presentes a responsabilidade de agirem por si mesmas”.¹⁸⁸

Como os membros participantes dessa Assembléia Nacional entenderam os objetivos do Conselho Nacional de Leigos - CNL? Assim foi entendido:

O Conselho quer ser um corpo vivo e ágil – como a Igreja é – para realizar a missão que Cristo transferiu ao seu povo. Evangelizar e servir à sociedade humana, comprometer-se com a justiça, desenvolver o amor fraterno entre os homens,¹⁸⁹ [...] lugar de encontro entre os movimentos leigos, órgão de serviço à Igreja.¹⁹⁰

Ainda foi entendido como objetivos do organismo em gestação:

O Conselho surge, justamente, com esse objetivo: integrar, entrosar, estabelecer intercâmbio entre as entidades que o criaram,¹⁹¹ [...] o CNL pretende... evitar dispersão

¹⁸⁶ MCC. Relatório de 17/11/1975, p.1.

¹⁸⁷ SSVP. Carta de 14/7/1976.

¹⁸⁸ MCC. Carta de 9/12/1975, p. 1.

¹⁸⁹ CNBB. *Boletim Participação*, 1975, n. 15, p.3.

¹⁹⁰ CNBB, 1975, loc. cit.

¹⁹¹ CNBB, 1975, loc. cit.

de esforços, descobrir a complementaridade e formas de entre-ajuda, dos movimentos entre si e deste com a hierarquia da Igreja, com quem estão em comunhão.¹⁹²

Como foi explicado e justificado o porque da criação do Conselho Nacional de Leigos, num momento histórico em que lideranças sócio-eclesiais mais esclarecidas sabiam que a ditadura militar não permitia grupos sociais organizados? Que razões faziam as lideranças criar tal organismo laico? Tinha sentido propugnar um novo organismo dentro da Igreja Católica? Teria credibilidade dentro da Igreja tal organismo? A resposta a essas perguntas, ainda que não expostas como as colocamos, era crucial. Eis como explicaram e justificaram:

Conscientes de que deve-se organizar para poder frutuosamente participar [...] decidi instalar o Conselho Nacional de Leigos [...] para Coordenar e divulgar atividades; provocar reflexões e realizações em comunhão constante, em diálogo permanente e profundo com a parcela deste povo que exerce o ministério de governo eclesial; apresentar trabalhos e responder à convocações da mesma hierarquia e procurar atender às necessidades de uma sociedade, inspirando-se no Evangelho. Tornar eficiente e histórico o serviço que os cristãos leigos podem prestar à sociedade humana com a qual vivem, e na qual querem ser semente. Isto justificará sua existência.¹⁹³

Nas palavras de um dos participantes que escreveu seu relatório um dia após a assembléia (17/11), o CNL deveria ser “um órgão que congregasse leigos, capazes de opinar em assuntos pertinentes à sua área específica de apostolado, isto é, em assuntos temporais”.¹⁹⁴

Outro participante dessa assembléia de novembro de 1975 justifica a necessidade do CNL, dizendo que é um “organismo destinado a dar uma orientação firme para a atuação pastoral dos leigos como pessoas”.¹⁹⁵

Nessa mesma direção um outro protagonista assim se refere: “O CNL tem por finalidade ser um órgão ativo do laicato na Igreja, isto é, através de experiências de movimentos e leigos engajados, provocando entre eles um relacionamento mais constante e trocas de experiências”.¹⁹⁶

¹⁹² CNBB, 1975, loc. cit.

¹⁹³ CNL. Documento dos arquivos do CNL, contendo uma síntese da Assembléia de 11/1975, p.2.

¹⁹⁴ MCC. 17/11/1975, Relatório escrito no “calor” da assembléia de 15 e 16/11/1975 e assinado por Dr. Luiz Leite Neto.

¹⁹⁵ MCC. Carta de 9/12/1975, nota 206, p. 1.

¹⁹⁶ CNL. Carta de 29/6/1976, p. 1. Tal carta foi enviada ao movimento Reverso Encontro de Jovens.

Assim foi divulgada junto à Igreja justificando a existência do CNL: “para coordenar e divulgar atividades, provocar diálogo, apresentar trabalhos e tornar eficiente o serviço que os leigos podem e devem prestar à sociedade, inspirando-se no Evangelho”.¹⁹⁷

Ainda nessa Assembléia Nacional foram aprovados os “Estatutos ad experimentum a vigorar a partir da data da Assembléia por seis meses”.¹⁹⁸ Além de escolher a Comissão Executiva Nacional integrada por quatro membros mais o Pe. Hilário Mazzarollo, que tem “as funções de cumprir as deliberações do Conselho”,¹⁹⁹ inclusive com definição do presidente e do vice-presidente, tal assembléia decidiu pela constituição do Conselho Deliberativo Nacional e dos oito Secretariados Nacionais.

Qual é o raio ou âmbito de atuação do Conselho? Para responder a essa questão os participantes em assembléia fizeram “*um estudo sobre o apostolado dos leigos*”.²⁰⁰ Definido o raio de ação, assim foi noticiado para toda a Igreja tal âmbito de ação:

Sua atuação foi definida e localizada em três níveis: interno, para evangelização e santificação dos homens; externo, para reforma cristã da ordem temporal, mais especificamente dos leigos; e global, numa ação assistencial e promocional que atenda às necessidades básicas e imediatas da sociedade,²⁰¹

ou “Sua atuação se desdobra em três campos: na Evangelização, na reforma cristã do mundo e na ação caritativa”.²⁰²

Como, em assembléia, foi entendida e explicada a necessidade de um estatuto para o Conselho Nacional dos Leigos? Dizem os presentes que: “O Conselho é aberto à participação de todos. E se a organização é indispensável, se estatutos são necessários para o funcionamento, o indispensável é a vida que corre, que se desenvolve nas bases”.²⁰³

Fixa-se um prazo de seis meses em que seria realizada uma nova assembléia para fazer a: “revisão e a autorização de efetivação do competente

¹⁹⁷ CNBB. *Boletim Semanal*, 1975, n. 47.

¹⁹⁸ CNL. Ata de Constituição do CNL, de 15 e 16/11/1975, p.5.

¹⁹⁹ CNBB. *Boletim Participação*, 1975, n.15, p. 3.

²⁰⁰ CNL. Conselho Nacional de Leigos, s/d, p. 1.

²⁰¹ CNBB. *Boletim Semanal*, 1975, n. 47.

²⁰² CNBB. *Boletim Participação*, 1975, n. 15, p. 3.

²⁰³ CNL. Conselho Nacional de Leigos, s/d, p. 2.

registro, regendo-se, desde já, o CNL, pelos Estatutos ora aprovados independentemente daquele registro”,²⁰⁴ sendo que os vinte e quatro Movimentos de Leigos participantes declararam “empossados todos os membros eleitos para os diversos cargos e órgãos que constituem o CNL”.²⁰⁵

Como sinal visível de afetiva e efetiva comunhão eclesial, D. Aloísio Lorscheider, à época presidente da CNBB e do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), compareceu ao final da assembléia “e se dirigiu aos participantes, incentivando-os a assumirem o seu papel de leigos, de Igreja em comunhão com a hierarquia”.²⁰⁶

Essa assembléia foi encerrada segundo o relatório:

Em clima de franca cordialidade e fraternidade (...) com a celebração da Missa de Ação de Graças, pelo bom êxito da Assembléia, e, juntos, em oração, os integrantes do CNL pediram a Deus que, com Sua luz, ilumine os novos caminhos que se abrem aos movimentos de leigos do Brasil, tornando mais fecundo o seu trabalho de Evangelização.²⁰⁷

2.5.8 É Aprovado o Estatuto Definitivo do CNL

Decorridos os seis meses do período *ad experimentum*, então temos a assembléia que ocorreu “nos dias 17 e 18 de julho de 1976, na Casa da Legião de Maria, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro – RJ”.²⁰⁸

Tal assembléia foi convocada e coordenada pela “Comissão Executiva eleita na Assembléia anterior e por deliberação da mesma”.²⁰⁹ Ao todo participaram trinta movimentos, sendo que oito não compareceram ao evento, embora estivessem participando do processo.

O que estava para ser decidido nessa assembléia de julho de 1976? Para os presentes não estava em discussão a criação ou constituição do CNL. Estava para ser aprovado o registro ou não dos estatutos e a confirmação dos dirigentes do CNL. Quanto à primeira, a decisão ficou assim: 15 movimentos votaram pelo registro dos estatutos, 6 pelo não registro e 4 votaram em branco.²¹⁰ Portanto, o registro do

²⁰⁴ CNL. Ata de Constituição do CNL de 15 e 16/11/1975, p. 5.

²⁰⁵ CNL. Ata de Constituição do CNL de 15 e 16/11/1975, p. 7.

²⁰⁶ CNL, 1975, loc. cit.

²⁰⁷ CNL, 1975, loc. cit.

²⁰⁸ CNL.. Ata de 1976.

²⁰⁹ CNL, 1976, loc. cit.

²¹⁰ CNL, 1976, loc. cit.

estatuto foi aprovado incorporando nele algumas mudanças deliberadas em assembléia.

Quanto à segunda decisão, ficou confirmada a direção do CNL, assim composta: para a Comissão Executiva: Hélio Mendes de Amorim - Presidente, Pedro Gonçalves – Vice-presidente, Maria Eunice Campanha e José Henrique Grossi e o Pe. Hilário Mazzarollo; e para o Conselho Deliberativo: além dos membros da Comissão Executiva, o Conselho Deliberativo é integrado por João Leal, Léa Cortez Diniz Rocha Lima, Carlos Monteiro e João de Oliveira Bernades.²¹¹ Finalmente, a assembléia formou a comissão encarregada de fazer a “redação final do Estatuto”,²¹² incluindo as mudanças feitas pela assembléia.

2.6 Expectativas para com o CNL

Vejamos algumas expectativas das organizações que o criaram o CNL. Elas são importantes porque informam-nos alguns dos desejos e sonhos – ou seja, o que se esperava da nova organização - que permearam aqueles e aquelas que se envolveram diretamente na configuração gestacional do CNL.

Cada grupo respondeu as seis perguntas previamente enviadas pela Comissão Executiva, em atuação desde novembro de 1975. Aqui considera-se apenas a sexta: O que esperam do Conselho Nacional de Leigos?²¹³

Encontramos um apelo que preocupava e incomodava o laicato dos movimentos. Parece ser a necessidade mais candente ou a razão que mais induziu a formação do CNL. A necessidade de aproximação, troca de experiências, ponto de encontro ou ponto/elo de ligação, entrosamento ou intercâmbio ou comunicação ou de instrumento para integração.

Sem contradizer a anterior, numa outra aproximação inclui-se a necessidade que os movimentos tinham com relação ao CNL: colaboração ou intercolaboração, incentivo ou apoio ou ajuda mútua.²¹⁴

Nessa linha de pensamentos é fácil entender o porque a aprovação no estatuto, como fins do CNL, o tópico: “propiciar a articulação, o intercâmbio de

²¹¹ CNL. Ata de 1976.

²¹² CNL, 1976, loc. cit.

²¹³ CNL. Relatório de respostas do questionário preenchido pelos movimentos na assembléia de 1976, s/d, p. 1. Ao todo o relatório são treze páginas.

²¹⁴ CNL, s/d, loc. cit. Para chegar a esta aproximação elaboramos a partir do relatório da nota 213, uma síntese em que: encontramos as expectativas; agrupando-as por afinidades; quantifiquei as que mais apareceram. Só a partir dessa construção é que buscamos estas aproximações.

experiências e o relacionamento construtivo”²¹⁵ ou este objetivo “estabelecer condições que facilitem e incentivem o entrosamento dos movimentos entre si”.²¹⁶

2.7 Trajetória histórica do CNL

Aqui fez-se a opção por incluir apenas as principais ‘realizações’ que marcaram a trajetória histórica do CNL desde sua fundação até maio de 1997. Portanto, não traço em detalhes todos os acontecimentos históricos que esse organismo realizou.

Para facilitar o entendimento da trajetória histórica, a mesma foi dividida em dois períodos. Um é o da fase inicial que vai da Assembléia de criação em novembro de 1975 a março de 1981, tempo de avaliação profunda da caminhada e redimensionamento inovador do futuro. O outro vai de março de 1981 até maio de 1997, tempo de mudança estatutária.

A fase inicial é caracterizada pela busca insistente e criativa de implantar um organismo novo, pouco conhecido e que tenta ser aceito na Igreja. Tal implantação se dá num país em que a ditadura militar ainda tinha muita força: crítica aberta implicava prisão, bem como numa Igreja que buscava se desvincular do clericalismo se abrindo à força renovadora das comunidades de base e animada pelo crescimento da teologia da libertação.

Outro detalhe importante é que todo o trabalho era feito pelos que tinham a responsabilidade primeira do CNL. Todo o trabalho era voluntário, feito por aqueles e aquelas que tinham seus compromissos profissionais e familiares. O CNL funcionava então dentro da sede CNBB que ficava no Rio de Janeiro.

2.7.1 Fase Inicial do CNL

Nessa fase foram realizadas quatro assembléias nacionais: novembro de 1975, julho 1976, julho 1978 e março de 1981.²¹⁷ Nos registros encontramos que, ao todo, participaram 103 lideranças, sendo 73 homens e 30 mulheres.²¹⁸ Portanto, uma média de 25 pessoas por assembléia.²¹⁹

²¹⁵ CNBB. *Boletim Participação*, 1975, n. 15, Art. 3º e Estatutos Ad Experimentum.

²¹⁶ *Ibid.*, Art. 3º, letra e.

²¹⁷ CNL. Atas de 1976, 1978 e 1981.

²¹⁸ Anexo 1. Homens e Mulheres que participaram nas assembléias nacionais do CNL.

²¹⁹ Anexo 1.

Nessa fase inicial, sob a presidência de Hélio Amorim, as assembléias são realizações importantes. É por meio delas que as lideranças se encontram, se animam e se esclarecem ao discutir e decidir os passos e as atividades do organismo.

Na fase inicial, pelos menos vinte e quatro cartas foram enviadas aos diversos membros do CNL seja para informar, orientar, convocar e para dar resposta a problemas e perguntas ou para esclarecimento. Por outro lado, constata-se que o CNL recebeu pelo menos cento e vinte seis cartas, o que mostra uma intensa atividade de trabalhos.

Publicou-se na revista *Participação* nº 1, nos inícios de 1977, a síntese do documento da CNBB: Comunicação Pastoral ao Povo de Deus, bem como a carta de apoio do CNL à CNBB. Isso implicou explicações na Polícia Federal.²²⁰

Participação do CNL no processo de preparação da Igreja do Brasil à Conferência de Puebla, tendo como representante do laicato Hélio Amorim que, esteve Buenos Aires, em março de 1978, para isso. Também, participou da Conferência de Puebla, conforme carta indicando-o.²²¹

Por outro lado, em junho de 1978, Pe. Raimundo Soares, assessor do Setor Leigos, em 9/6/1978, envia carta às dioceses e arquidioceses, solicitando nomes de leigos e leigas para o CNL. Nesta carta relata que o CNL está desejoso de iniciar um amplo trabalho em vista da organização do laicato engajado na pastoral em todas as dioceses do Brasil. Na carta pergunta se existem Conselhos Regionais de Leigos já formados ou em formação. Veio a resposta de 149 Dioceses/Arquidioceses, indicando 147 nomes e endereços de leigos e leigas.²²²

Em maio de 1979 na Reunião dos Subsecretários Regionais da CNBB ficou ‘acertado’ como sugestão: “O CNL seja representativo do laicato perante a CNBB e os representantes sirvam de ponte entre a CNBB e o CNL”.²²³

Reafirmação do desejo de abertura do CNL a novos membros. Veja-se:

Prezados companheiros, O CNL - Conselho Nacional de Leigos está se reorganizando e para isso precisamos nos encontrar para trocar idéias – como será esta nova caminhada.

²²⁰ Essa “explicação em nome do CNL”, foi feita pelo Pe. Raimundo Soares junto à Polícia Federal. Nessa “explicação”, segundo me falou Hélio Amorim, dia 22/10/2000, em sua residência, o Pe. Raimundo foi a caráter, ou seja, de batina pois a batina tinha uma linguagem simbólica necessária em tempos difíceis.

²²¹ Carta de José Freire Falcão de 25/2/1978.

²²² Essa constatação é fruto de levantamento efetuado em todas as cartas recebidas.

Para esta nova fase esperamos contar, além dos movimentos, com os regionais da CNBB e com as comissões nacionais de pastoral. Esta carta é um convite para a Assembléia Geral do CNL.²²⁴

Junto a esta articulação o CNL mantém participação nas Assembléias Nacionais da CNBB: 15^a em 1977; 16^a em 1978; 17^a em 1979; 18^a em 1980,²²⁵ bem como na reunião anual da Comissão Nacional de Pastoral em outubro de 1979.²²⁶

2.7.2 Novos Caminhos são Trilhados

Entre 1982 e 1997 o CNL preparou e realizou onze assembléias nacionais: 1982, 1984, 1986, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1994, 1995 e 1997. Nessas assembléias, conseguiu atingir 910 lideranças, sendo 471 homens e 439 mulheres.²²⁷

No conjunto das onze assembléias, temos uma média de 82 lideranças por assembléia. Portanto, em relação à fase inicial que teve 25 lideranças por assembléia, temos um crescimento médio de 228% em participação na assembléia nacional.²²⁸ Esse crescimento médio mostra uma abertura maior do CNL.

Marco importante desse período foi a incorporação de novos movimentos ao CNL: Comunidade de Vida Cristã(desde 1983); Encontro do Diálogo; Equipes Docentes(10/1984); Equipes Jovens de Nossa Senhora(6/1995); Instituição Tereziana; Movimento de Adolescentes e Crianças; Movimento Fé e Luz(6/1995); Obra Kolping do Brasil,²²⁹ bem como as pastorais: Comissão Brasileira Justiça e Paz; Conselho Indigenista Missionário; Comissão Pastoral da Terra; Comissão Pastoral Operária; Pastoral da Juventude do Meio Popular; Pastoral da Juventude do Brasil; Pastoral da Juventude Rural; Pastoral dos Pescadores; Pastoral Universitária.²³⁰

²²³ CNBB. Relatório de 30/5/1979, p.3.

²²⁴ CNL. Carta de 10/2/1981.

²²⁵ Encontramos registros que o CNL participou de todas essas Assembléias Nacionais da CNBB.

²²⁶ CNBB. *Comunicado Mensal*, 1979, n. 313.

²²⁷ Anexo 1. Homens e Mulheres que participaram nas assembléias nacionais do CNL.

²²⁸ Anexo 1.

²²⁹ CNL. *Muitos carismas: uma única missão*. Subsídio dia do leigo. São Paulo: Paulus, 2000.

²³⁰ CNL, 2000, loc. cit.

Foram organizados três Encontros Nacionais de Leigos e Leigas: 1987, 1993 e 1996. Ao todo conta-se a presença aproximada de 1400 lideranças do país inteiro.²³¹

Em torno da preparação do Sínodo Mundial dos Leigos, o CNL desencadeia seu processo de organização em regionais. Com isso, aos poucos vão surgindo e consolidando-se os Conselhos Regionais de Leigos-CRL, [hoje CNL/Regional..., destaque nosso]. Até 1994, havia doze regionais com CRL, alguns já com estatuto aprovado. Outros quatro Conselhos Regionais de Leigos e Leigas (CRLs) possuem Equipe de Articulação.²³²

Os CRLs, por sua vez, motivam os leigos das dioceses a criarem os Conselhos Diocesanos de Leigos-CDL. Até junho de 1997 existiam, aproximadamente, oitenta Conselhos Diocesanos.

A Presença constante do CNL nas reuniões da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) em todas as Assembléias Nacionais da CNBB, revelam-se como exemplos da visível comunhão eclesial do organismo.

Nesse período, os leigos que participam das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), aos poucos, vão se inserindo nos Conselhos Nacionais de Leigos e Leigas/Regional...(CNL/Regional) e Conselhos Diocesanos de Leigos e Leigas (CDLs). Assim o CNL, realmente, amplia sua representação e expressão nacional a partir das bases garantindo a presença desses leigos nos diversos níveis de organização do organismo.

Ao longo de sete anos de caminhada do período e atendendo à solicitação de mudanças, no ano de 1988, em sua VII Assembléia Geral, o CNL faz uma revisão do primeiro Estatuto, após vários encaminhamentos e consultas às bases. Com isso, buscou-se aperfeiçoar a estrutura inicial, respondendo às mudanças ocorridas em treze anos, desde sua constituição em novembro de 1975.²³³

A formação dos leigos sempre foi um grande desafio para o CNL. Na sua VIII Assembléia Geral, criou-se a Comissão de Formação do CNL, a fim de articular experiências existentes nas dioceses e nos regionais e pensar o processo de

²³¹ CNL. Relatórios do I: 1987; II:1993; e, III: 1996: Encontro Nacional de Leigo.

²³² CNL, 2000, p. 9

²³³ COSTA SOBRINHO, José Batista da. História do conselho nacional de leigos (as) no Brasil. Goiânia: Editora Redentorista, 2001, p. 122

formação no CNL. Entre tantos, esse trabalho deu resultados à caminhada como este: “a formação no CNL deve estar a serviço da articulação e organização dos leigos. De 1992 a 1995, 11 encontros inter-regionais de formação acontecem, com uma metodologia participativa a partir da prática de cada regional.”²³⁴

Na sua X Assembléia Geral, em 1991, o CNL decide comemorar o Dia do Leigo, na Festa de Cristo Rei, em novembro, com o intuito de recuperar a memória e a importância da Ação Católica e do próprio CNL. A comemoração do Dia do Leigo incentiva grupos, CDLs e CRLs (hoje CNL/Regionais) a refletirem a identidade e a missão dos leigos. Outro dado importante é que o subsídio dessa comemoração, desde 1991, a cada ano é preparado por um grupo diferente, revelando uma faceta do processo participativo entre as lideranças do CNL.²³⁵

Nos anos 1991, 1993 e 1995, o CNL participa, com mais de cem delegados em cada uma das Assembléias Nacionais dos Organismos do Povo de Deus. Além disso, a Comissão Executiva do CNL participa da coordenação, organização e da realização dessas Assembléias, que são um grande avanço na vida da Igreja do Brasil.²³⁶

Finalmente, de 29 de maio a 1º de junho realizam-se, em São Paulo, simultaneamente, a XVI Assembléia Geral Ordinária e a Assembléia Geral Extraordinária, convocada para deliberar sobre a reforma do Estatuto, culminando um processo de discussões e debates a partir das bases, iniciado em 1996 na cidade de Goiânia.

O resultado do esforço conjunto para o aperfeiçoamento de sua estrutura de organização, assegurou que o CNL passasse a denominar-se Conselho Nacional de Leigos e Leigas Católicos do Brasil, bem como introduziu o Colegiado de Representantes, a Presidência, o Colegiado Fiscal e o Colegiado Consultivo, além de ter definido o regime financeiro do CNL.²³⁷

2.8 Sintetizando

O CNL insere-se pois num complexo movimento histórico de renovação eclesial. Por outro lado, sua história é problematizada pela história da sociedade em

²³⁴ CNL, 2000, p. 9

²³⁵ Essa é a constatação que chegamos ao pesquisar os responsáveis pela elaboração do referido subsídio.

²³⁶ CNL, 2000, 10-11

²³⁷ COSTA SOBRINHO, 2001, p. 125

busca de experiências humanas mais simétricas. Sintetizamos essa história nos pontos:

- . ele foi constituído num contexto político marcado tanto pelos anos duros da ditadura militar quanto pela sua abertura inicial, enfim são os sinais de avanço do processo democrático em construção no Brasil;
- . o CNL foi constituído na Igreja católica recém saída do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, acontecimentos eclesiais que, potencializam e promovem a presença participativa do laicato na Igreja;
- . a história inicial do CNL é concomitante com a priorização das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil e da atuação de Pastorais Sociais, bem ao avanço da reflexão da Teologia da Libertação em fins da década de 1970 e início da de 1980;
- . o período de abertura e crescimento do CNL é concomitante com o avanço da democracia do Brasil no decorrer da década de 1980;
- . em toda a década de 1980, o CNL se abre às Pastorais Sociais, às Comunidades Eclesiais de Base e se descentraliza, regionalmente, através dos Conselhos Regionais de Leigos e Leigas;
- . na década de 1990 o CNL se descentraliza ainda mais com a sua organização nos Conselhos Diocesanos de Leigos e Leigas;
- . na década de 1990 o CNL clarifica, agudiza e fermenta a esperança da presença participativa laica na Igreja por meio da celebração do Dia do Leigo e da Leiga;
- . na década de 1990 o CNL aprofunda a consciência de gênero de que entre as lideranças do CNL devem ser firmados os aspectos em comuns e os que asseguram a diferenças.

Capítulo 3

Perfil da vivência

Gente irradiando a beleza da arte divina.
(Frei Domingos)

Neste capítulo efetua-se a identificação do perfil da vivência das relações de gênero no CNL, abordando algumas variáveis que, ao longo do período, contribuirão distintamente, para formar um quadro destas vivências.

O fato de identificar o perfil a partir de diversas variáveis, implica que nenhuma foi tomada isolada e independente uma da outra e nem que uma variável reduza ou se confunda com a outra. Mas o perfil só aparece como resultado da distinta associação das variáveis entre si, mantendo cada variável, uma contribuição própria na sua formação.

A palavra variável (originada do latim tardio *variabile*) possui ampla polissemia de significados, como ensina o Dicionário Aurélio. Entretanto, trabalha-se com o entendimento que implica assumir “diferentes aspectos” ou como a matemática indica “variável [...] é um conjunto de números [dizemos, elementos vividos] complexos” ou “à qual se atribui papel preponderante no mapeamento de dois conjuntos”,²³⁸ digo mapeamento do perfil. Então, variável implica vários aspectos ou elementos, que associados, podem adquirir papel preponderante, em nosso caso, adquire papel no mapeamento das relações de gênero.

Rastrear estas relações, por meio das variáveis, implica verificar a sua qualidade. Qualidade é uma palavra que vem do latim *qualitate* e que na língua portuguesa é um substantivo feminino, que significa: “Propriedade, atributo ou condição das coisas ou das pessoas capaz de distinguí-las das outras e de lhes determinar a natureza”.²³⁹

Estudando a qualidade para além das confusões e armadilhas vindas de contextos e idéias neoliberais, Pedro Demo traz faceta teórica a respeito da qualidade no interior das relações humanas em sociedade. Para ele qualidade: “aponta para a marca central das coisas e dos seres, aquilo que não se

²³⁸ FERREIRA, 1999.

²³⁹ Ibid.

consome no tempo, que fica para sempre, que decide o que algo é definitivamente”.²⁴⁰

Qualidade implica “Apanhar aqueles fenômenos que representaria conquistas históricas consideradas desejáveis ou que expressam realização humana relevante”.²⁴¹

Finalmente qualidade “sinaliza o horizonte da intensidade para além da extensão. Significa outra dimensão fundamental de fenômenos qualitativos que é sua profundidade e plenitude”.²⁴²

Encontrar o perfil implica verificar atributos vividos ou marcas centrais nas relações ou realizações humanas relevantes ou horizontes vividos com intensidades entre algumas lideranças do CNL. Isso supõe encontrar os ingredientes precisos e diferenciados em diversas relações de gênero que foram empreendidas. Essa identificação da qualidade possibilitará identificar se as relações de gênero empreendidas são sinais positivos e/ou negativos indicadores das possibilidades de novas relações de gênero, em bases predominantemente não patriarcais.

A pesquisa revelou uma infinidade de sinais,²⁴³ historicamente registrados, que evidenciam a ocorrência das relações de gênero vividas. É necessário fazer opção. Nesse sentido, tem-se o cuidado de não adotar procedimentos inconscientes, orientados apenas por uma certa variação de ocorrências das qualidades em detrimento de outras. Além disso, devemos ter o cuidado de não dispersarmos na análise pelo fato de ter deparado-me com uma infinidade de sinais.

As fontes pesquisadas estão grávidas e/ou densas da vivência de gênero. Quem as dotaram de gênero? Os homens e as mulheres que protagonizaram tal vivência. Portanto, as fontes são ‘testemunhas’ de que ocorreram relações entre aqueles e aquelas que as fecundaram com significados de gênero.

²⁴⁰ DEMO, Pedro. Qualidade: definição preliminar, 1998 apud Revistas Fragmentos de Cultura, Goiânia: Editora UCG, v. 8. n.3, maio./jun. 1998, p. 684.

²⁴¹ Ibid., 1998, p. 684-685.

²⁴² Ibid., 1998, p. 686.

²⁴³ Nossas atitudes diante desses sinais foram de escuta, acolhimento e entendimento. Estamos surpresos, espantado e maravilhado de como a vida, revela inúmeros sinais de que a mesma se faz repleta das inter-relações de gênero.

3.1 CNL se compôs de lideranças

Mulher e homem criando, na igualdade a partilhar!
(Ir. Agostinho V. de Melo)

Uma primeira identificação do perfil das relações de gênero vivida corresponde à variável composição do CNL, ou seja, quem são e como são entendidos aqueles e aquelas que podem ser seus membros. Essa é a porta de entrada no interior das relações vividas. É por dentro das mesmas que é possível transitar.

De acordo com o primeiro estatuto ficou definido que o CNL será composto: por “entidades de leigos”²⁴⁴ ou por “suas filiadas”²⁴⁵ ou pelas “entidades que congregam leigos”²⁴⁶ ou pelas “entidades filiadas”²⁴⁷ ou pelos “associados”.²⁴⁸ Curioso é que entre as cinco formas de nomear os membros do CNL, as quatro primeiras adquiriram ‘forma’ feminina e apenas a última adquiriu a ‘forma’ masculina.

De acordo com o Dicionário Aurélio, a palavra *entidade* vem do latim *entitate*, adquirindo na língua portuguesa do Brasil a forma de um substantivo feminino, que significa o “que tem existência distinta e independente”.²⁴⁹ Pode significar “sociedade ou associação juridicamente constituída para um determinado fim”.²⁵⁰ Finalmente, significa uma “sociedade ou grupo que dirige as atividades de uma classe”.²⁵¹ Esses três significados fazem parte do dia a dia do CNL, pois o mesmo tem existência distinta e ‘independente’, é uma sociedade juridicamente constituída e registrada e que é dirigida por um grupo de pessoas que são os seus dirigentes.

Já de acordo com o segundo estatuto podem ser membros do CNL os “*organismos de leigos católicos*”²⁵² ou “leigos católicos”²⁵³ com experiência de

²⁴⁴ CNL. Estatutos Ad Experimentum, Art. 1º, p. 7 apud CNBB. *Boletim Participação*. nº 15, 31/12/1975

²⁴⁵ Ibid., Art. 3º, p. 8.

²⁴⁶ Ibid., Art. 5º, p. 8.

²⁴⁷ Ibid., § 3º, Art. 10º, p. 9.

²⁴⁸ Ibid., letra d, Art. 13º, p. 10 e letra c, Art. 14º, p. 10.

²⁴⁹ FERREIRA, 1999.

²⁵⁰ Ibid.

²⁵¹ Ibid.

²⁵² CNL. Estatuto aprovado na Assembléia Geral de 8 a 11 de dezembro de 1988, Artigos 1 e 4.

²⁵³ Ibid., parágrafo Único, Artigo 7, p. 2.

articulação em desenvolvimento ou “membros associados”²⁵⁴. Curioso que organismos, leigos e membros são todos substantivos masculinos.²⁵⁵

O Dicionário Aurélio ensina que a palavra organismo procede da língua francesa pelo termo *organisme* e que na língua portuguesa é um substantivo masculino que, entre vários sentidos, retêm-se: “qualquer ser organizado” [...] qualquer sistema ou estrutura organizada [...] entidade que exerce funções de caráter social, político, administrativo”.²⁵⁶ É possível acrescentar o de caráter eclesial. Esses três sentidos estão incorporados ao CNL, pois o mesmo é um ser organizado, tem estruturas e funções próprias, no caso funções eminentemente eclesiais.

Já o terceiro estatuto e que está em vigência, delimita os que são os membros do CNL, assim: “organizações de leigos e leigas católicos”²⁵⁷ ou “organizações filiadas”²⁵⁸ e “leigos e leigas católicos”²⁵⁹, nesse caso, são os que atuam nos mundos específicos²⁶⁰ e que não pertencem a uma das organizações filiadas. Curioso é que, nesse estatuto, a palavra organizações aparece nove vezes como indicando os membros do CNL.

A palavra organização originada da palavra *organizar*²⁶¹ (que por sua vez vem da palavra francesa *organizer*, para em português virar verbo transitivo direto e significar constituir, estabelecer, ordenar) e de *ção* (que vem de *ão*²⁶² com origem no latim *iōne*, para em português se tornar um sufixo nominal e significar ‘ação’ ou ‘resultado da ação’).

A palavra organização em português é um substantivo feminino, da qual entre tantos significados, retêm-se “ato ou efeito de organizar [...] modo pelo qual se organiza um sistema [...] associação ou instituição com objetivos definidos”.²⁶³ Finalmente, esses três significados compõem o fato sócio-eclesial ‘organização’ que

²⁵⁴ CNL. Estatuto aprovado na Assembléia Geral de 8 a 11 de dez. de 1988, Artigo 24 e 25, p. 5.

²⁵⁵ FERREIRA, 1999.

²⁵⁶ Ibid.

²⁵⁷ CNL. Estatuto aprovado em 31 maio de 1997, Art. 1 e 5.

²⁵⁸ Ibid., Artigos 6, 7, 10 letra d, 11, 12, 14 letra c, 17 letra b, 19, letra e.

²⁵⁹ Ibid., Artigo 23, p. 13.

²⁶⁰ O estatuto do CNL em vigência cita como exemplos de mundos ou campos específicos: da educação, da saúde, da ação social, da cultura, das artes, da ciência e tecnologia, da economia, da terra, do meio ambiente, dos meios de comunicação, dos sindicatos, das associações civis, da política partidária, dos movimentos sociais. Cf. Ibid., Artigo 23.

²⁶¹ FERREIRA, 1999.

²⁶² Ibid.

²⁶³ Ibid.

é o CNL, pois o mesmo possui vários atos de organizar, modos próprios pelos quais se organiza, bem como objetivos previamente definidos, delimitados e avaliados.

Então, os termos entidades, organismos e organizações assumiram funções normativas, pois eles delimitaram e delimitam os que podem ser os membros do CNL.

Isso coaduna-se com o entendimento de Gênero oferecido por Butler: gênero é “modo contemporâneo de organizar normas passadas e futuras”.²⁶⁴ Além disso, as lideranças do CNL, ao definir seus membros pelos termos analisados, tais lideranças estavam, elaborando socialmente normas para serem usadas entre pessoas sexuadas. Essa prática expressa sintonia com De Barbieri quando entende Gênero como “sistemas de gênero [...] que as sociedades elaboram”.²⁶⁵

Ocorre que aqueles e aquelas que são membros do CNL delimitados pelos termos entidades, organismos e organizações, não o são enquanto pessoas físicas individuais.

Sabemos que as pessoas existem em suas singularidades inconfundíveis (nome, sexo, profissão, estado civil, condição profissional, inserção eclesial, etc) e que é dessa forma que elas se apresentam, comparecem e participam do CNL. Entretanto participam enquanto pessoas que são lideranças articuladas e representativas de grupos organizados.

Portanto, as pessoas não representam a si próprias, são lideranças pertencentes e representantes dos movimentos e grupos de Igreja aos quais estão vinculadas. Isto confirma que as lideranças do CNL se movimentam dentro de um ‘micro sistema de gênero’ socialmente elaborado, inserido dentro do macro sistema de gênero que é a sociedade.

Sabe-se que não é o fato lingüístico do termo liderança ser um substantivo feminino²⁶⁶ originado do substantivo masculino liderar,²⁶⁷ que torna a condição de gênero compatível e/ou inseparável da condição de liderança. Entretanto, ressalta-se o vínculo de origem da palavra liderança com a palavra liderar, não para explicitar relação de dominação e dependência de gênero entre os que lideram e os

²⁶⁴ BUTLER, 1987 apud BENHABIB; CORNELL, 1987, p. 142

²⁶⁵ DE BARBIERI, 1992 apud GOMÁRIZ, 1992, p. 84

²⁶⁶ FERREIRA, 1999.

liderados, mas para entender, que também lingüisticamente, o exercício da liderança é sempre liderança de algumas pessoas em relação a outras pessoas.

De acordo com o levantamento que foi feito, no período aqui delimitado e considerando a participação nas assembleias nacionais do CNL, constata-se que 53% das lideranças que participaram foram homens e 47% foram mulheres.²⁶⁸ Estatisticamente, esse dado, revela uma participação bem próxima da paridade entre as lideranças que se fizeram presentes nas dezesseis assembleias pesquisadas.

Por outro lado, no anexo terceiro tem-se a confirmação singular de algumas lideranças que participaram de assembleias do CNL, ao longo do período pesquisado.²⁶⁹

No anexo sete enumera-se as lideranças que são mencionadas nessa pesquisa, como exemplificando vivências de gênero.²⁷⁰

Hélio Amorim, em entrevista confirma a busca de convivência inclusiva de gênero, entre os homens e as mulheres do CNL. Para ele:

Desde os passos preliminares que precederam, portanto, a criação do CNL, a participação homem e mulher foi sempre paritária, se não foi paritária foi por questão de circunstâncias, talvez em certos momentos tivesse predominância de mulheres, em outros momentos predominância de homens, mas simplesmente por questão de pessoas mais disponíveis naquele momento ou não. Nunca por ser homem ou por ser mulher, porque a participação era absolutamente igualitária.²⁷¹

Mesmo não tendo restrição de participação no CNL pelo fato de ser homem ou mulher, entretanto o primeiro estatuto nomeou como sendo os membros do CNL as “entidades de leigos”,²⁷² e o segundo estatuto os “organismos de

²⁶⁷ Ibid.

²⁶⁸ Anexo 1. Homens e Mulheres que participaram nas assembleias nacionais do CNL.

²⁶⁹ Anexo 3. Lista de apenas alguns participantes das Assembleias Nacionais do CNL. Por ser mais de mil não enumero todos aqui. Lembramos que as fontes em que baseamos para fazer esse anexo, tem o endereço da liderança, estado civil, condição profissional e movimento ou grupo eclesial do qual participava à época que respondeu.

²⁷⁰ Anexo 7. Tabela e nomes das lideranças referidas nessa pesquisa.

²⁷¹ Depoimento de Hélio Amorim, primeiro presidente do CNL, de nov. de 1975 até mar. de 1981. Depoimento gravado dia 22/10/2000, em sua residência no Rio de Janeiro.

²⁷² CNL. Estatutos Ad Experimentum, p. 4.

leigos”.²⁷³ Que entidades? Que organismos? Entidades de leigos ou organismos de leigos. Em ambas as palavras, ao incluir o substantivo leigo após a preposição de, não só houve uma restrição aos bispos, aos presbíteros, aos diáconos e aos religiosos e religiosas, mas delimitou que a entidade e o organismo são de leigos.

Esse fato não indica uma discriminação de gênero no sentido que só os homens leigos são membros do CNL, enquanto as mulheres leigas não podem ser. O que aconteceu foi o ‘entendimento’ de que com a palavra leigo garantia a presença dos homens leigos e das mulheres leigas. Esse é o sentido de fundo que orienta e operacionaliza as relações vividas.

Por que essa certeza? O CNL, fundado em 1975, portanto foi criado após o Concílio Vaticano II que terminou em 1964. Esse concílio reconsiderou o leigo na Igreja. Quando o concílio se refere a leigo refere-se a homens e mulheres e não só a homens. Eis as precisas e límpidas palavras do Concílio: “Mas aos leigos, homens e mulheres”.²⁷⁴ Um documento do CNL confirma que esse entendimento perpassava, ou seja, “O leigo – homem e mulher - em condições de igualdade”.²⁷⁵

No entanto, do ponto de vista lingüístico é possível perguntar, se realmente o vocábulo leigo dá conta de todo o empenho e do significado de gênero que homens e mulheres comportam? Nem tanto. Nominalmente, leigo indica claramente a presença de homens sem supor, explicitamente, a presença de mulheres, visto que leigo é um termo que de acordo com a língua portuguesa assume a forma de um substantivo masculino.²⁷⁶

A palavra ‘leigo’ – independente da intenção ou vontade dos que o assumem – carrega sentidos, que em si mesmos, são restritos à presença dos homens. Mesmo tendo o termo leigo essa limitação nominal, não impossibilitou que homens e mulheres constituíssem e que fossem membros do CNL, pois o sentido de fundo orientador e operador – homem e mulher - foi mais forte que o sentido nominal.

No desenrolar da trajetória histórica aconteceu que, pelo fato de pertencerem ao CNL homens e mulheres, caminhou-se para que no estatuto de 1997, fosse claramente incluído que são membros do CNL as “organizações de

²⁷³ CNL, Estatuto aprovado na Assembléia Geral de 8 a 11 de dez. de 1988, Artigos 1 e 4.

²⁷⁴ COMPÊNDIO DO VATICANO II: Constituições, decretos, declarações. 25. ed, Petrópolis, Vozes, 1996, p. 76.

²⁷⁵ CNL. *Informativo CNL*, n. 10, 8/1986, p. 10.

²⁷⁶ FERREIRA. 1999.

leigos e leigas”.²⁷⁷ Por que essa inclusão da palavra leiga, sendo que a experiência historicamente vivida não se restringiu à participação do homem?

Na assembléia extraordinária de 31 de maio de 1997, foi discutido e aprovado que:

com a palavra leiga fazendo parte da denominação do Organismo e de quem são seus membros, claramente ficava explicitado – não só intencionado - que o CNL é formado por mulheres e homens e não só homens; com a inclusão da palavra leiga se fazia coro a um movimento eclesial crescente na igreja que indicava a presença numerosa e ativa das mulheres, inclusive no CNL; na liturgia, estava acontecendo ampla revisão da linguagem que considerava as relações de gênero (irmão e irmã, filho e filha etc).²⁷⁸

Ainda o depoente esclarece “com a palavra leiga indicava que - também na linguagem interna ao CNL - existe um esforço por dizer, à igreja e à sociedade, que o mesmo é composto por homens e mulheres, pois assim se expressa com mais fidelidade aqueles e aquelas que o compõem”.²⁷⁹

O resultado dessa votação pela inclusão obteve dos votantes, 77 a favor, 6 contra e 3 abstenções.²⁸⁰ Essa inclusão está em sintonia com a proporção de 53% de homens e 47% de mulheres nas dezesseis assembléias nacionais pesquisadas. Ver fotos quatorze e quinze.

A opção do nome como ‘Conselho (...) de Leigos e Leigas’ e a explicação de que o mesmo é formado por ‘leigos e leigas’, sintoniza-se com o entendimento de Teresa de Lauretis, quando entende “Gênero como representação e auto-representação”,²⁸¹ pois as lideranças definiram explicitamente significados lingüísticos que dessem conta da diversidade vivida de gênero que as constituía no cotidiano, já que o CNL, também, é o resultado “das praticas da vida cotidiana”²⁸² das lideranças do CNL homens e mulheres e não apenas homens ou só mulheres.

Essa nomeação ainda expressa um dos aspectos da compreensão de Gênero de Scott, ou seja, “Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais

²⁷⁷ CNL. Estatuto de 31/5/1997.

²⁷⁸ Conforme depoimento de Wolmir Amado, participante que apresentou, explicou e justificou a emenda em Assembléia Geral, que aprovou tal inclusão.

²⁷⁹ Ibid.

²⁸⁰ CNL. Ata da Assembléia Extraordinária de 31 de maio de 1997, p.2.

²⁸¹ LAURETIS, 1994 apud HOLANDA, 1994, p. 208.

²⁸² LAURETIS, 1994, loc. cit.

baseadas nas diferenças entre os sexos”.²⁸³ A pressão vinda do cotidiano, sexualmente diferenciado, foi tão forte que as lideranças do CNL tiveram que reconhecer tal diferença inclusive no nome que os definia e na composição que os incluía.

Esse processo pode ser analisado à luz do segundo núcleo da definição de gênero fornecida por Scott, qual seja, “gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”.²⁸⁴ No caso, constituir o CNL com homens e mulheres da Igreja, foi uma forma que as lideranças encontraram para reorganizar as relações de poder. Assim sendo, o CNL se torna um ‘campo primário’ de efetivação do poder, por meio das relações de gênero.

3.2 Reconhecimento da diversidade

Deus chama a gente pra um momento novo
De caminhar junto com seu povo.
(Grupo SSPROART/Ernesto B. Cardoso)

O CNL compôs-se de homens e mulheres que são lideranças laicas dos diversos movimentos e grupos. Identificar nominalmente esses grupos ajuda a entender melhor o CNL em sua composição, pois, como afirmamos, as lideranças são lideranças que estão ligadas aos diversos grupos. Portanto, exige reconhecer a real diversidade entre as lideranças, também em termos nominais.

Essa diversidade é notável pela variável da composição nominal de cada um dos movimentos e pastorais filiados ao CNL. Organizações fundadoras: Animação dos Cristãos no Meio Rural [ex Ação Católica Rural-ACR, destaque nosso]; Confederação Nacional das Ligas Católicas; Encontro de Casais com Cristo; Juventude Franciscana; Juventude Operária Católica; Legião de Maria; Movimento de Cursilhos de Crisandade do Brasil; Movimento dos Trabalhadores Cristãos [ex Ação Católica Operária-ACO, destaque nosso]; Movimento Familiar Cristão; Movimento dos Focolares; Ordem Franciscana Secular; Renovação Cristã do Brasil.²⁸⁵ Integra essa diversidade os movimentos e pastorais listados na página noventa e dois.²⁸⁶ Ver fotos um, dois e três.

²⁸³ SCOTT, 1995, p. 85.

²⁸⁴ *Ibid.*, p. 88.

²⁸⁵ CNBB. *Boletim Participação*, n. 15, p. 4-5.

²⁸⁶ CNL. *Muitos carismas: uma única missão*. Subsídio dia do leigo. São Paulo: Paulus, 2000.

Dessa variedade dos nomes que denominam cada organização é possível inferir que o CNL, é perpassado por uma diversidade vivenciada, pois seu modo de articulação não exigiu a renúncia aos nomes próprios de cada grupo. Esse é um dado fundamental que mostra uma variável das relações de gênero empreendidas, que promove e respeita a variedades das lideranças, visto que é condição para participar do CNL ser liderança de um movimento ou grupo, bem como cada liderança identifica-se uma a outra como sendo do grupo tal. Isto não é simplesmente uma questão nominal, mas verdadeiramente um processo de acolhimento e reconhecimento de sua complexa diversidade constitutiva.

O reconhecimento da diversidade nominal dos diversos grupos que formam o CNL está de acordo com um dos elementos que definem gênero oferecido por Scott, quando diz que “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”,²⁸⁷ pois quando as lideranças do CNL aceitam fazer parte de sua ‘associação’ estão, reconhecendo os ‘significados de poder’ que elas representam. Quer dizer, as lideranças se afirmam umas nas outras. O poder de uma se afirma no poder da outra ou em relações de poder reciprocamente significadas.

A diversidade nominal constituindo o CNL desde suas origens baseia-se no fato de ser integrado por diferentes grupos que são protagonizados por diversas lideranças. O que induz a entender que essa experiência vivida, também, conforma-se com a compreensão de Gênero desde Connel ao afirmar que: “Gênero é visto como uma forma de estruturação das práticas sociais em geral, sendo sua ordenação necessariamente vinculada a outras estruturas sociais”.²⁸⁸

Podemos interpretar que os diferentes grupos integrantes do CNL, assumem o papel de ser ‘outras estruturas sociais’ vinculadas ao CNL. Este por sua vez assumiu ‘uma forma de estruturação da prática social’ em escala ampliada entre as lideranças que o conformam.

²⁸⁷ SCOTT, 1995, p 85.

²⁸⁸ GARCIA, 1998 apud ARILHA; RIDENTI; MEDRADO, 1998, p. 44.

3.3 Processo participativo

Seja bem-vindo olé lê,
Seja bem-vindo olá lá
Paz e bem pra você
Que veio participar.
(Autoria Desconhecida)

Outra dimensão do perfil das relações de gênero vivida é perceptível na variável metodológica, entendida como o modo com que o CNL desenvolve o processo de discussões e decisões. Essa participação tem origem antes mesmo da fundação, no fato de que a criação do CNL foi precedida de três encontros nacionais de movimentos, ocorridos em novembro de 1972 com presença de dezoito movimentos,²⁸⁹ em agosto de 1973 com presença de dezenove movimentos²⁹⁰ e em setembro de 1974 com presença de vinte e um movimentos.²⁹¹

A própria decisão sobre a criação do CNL foi uma decisão ocorrida entre os participantes do III Encontro Nacional dos Movimentos de Leigos, em setembro de 1974, em que “decidiu-se pela criação do dito Conselho”,²⁹² ou seja, de um modo participativo, as lideranças leigas tinham tomado a decisão de que iriam criar o CNL.

Tomada a decisão de criar o CNL, foi preciso mais de um ano de discussões, elaborações e articulações para que se efetivasse a fundação do CNL, o que se deu em novembro de 1975. Esse fato assim ficou registrado: “Em Assembléia Geral, da qual participaram 21 Movimentos de Leigos [...] foi constituído e instalado [...] o Conselho Nacional de Leigos”.²⁹³

Para não ficar dúvidas seis meses após a fundação, em julho de 1976, ocorreu outra assembléia que efetuou a seguinte decisão: “Com a representação de 30 Movimentos de Leigos, foi aprovado, em assembléia geral [...] o Estatuto definitivo do CNL”,²⁹⁴ em que “cada ‘Movimento’ procurou definir seus objetivos e campo de atuação”.²⁹⁵

Outra mostra do processo participativo encontra-se no fato do CNL ter realizado, na assembléia de julho de 1976, uma pesquisa que contou com a

²⁸⁹ COSTA SOBRINHO, 2001, p. 45-47.

²⁹⁰ *Ibid.*, p. 51-52.

²⁹¹ *Ibid.*, p.59-62.

²⁹² CNBB. *Comunicado Mensal*, 1974, n. 264, p. 828-829.

²⁹³ CNBB. *Boletim Semanal*, v. 6, n. 47, 21/11/1975.

²⁹⁴ CNBB. *Boletim Semanal*, v. 7. n. 33, 13/8/1976.

²⁹⁵ CNBB. *Boletim Semanal*, v. 7. n. 33, 13/8/1976.

participação de vinte e três grupos.²⁹⁶ Outro sinal de participação nos é dado por Ary de Christan: “quero aproveitar a oportunidade para reiterar as sugestões feitas”²⁹⁷ ou “sentiu-se que todos [...] podem beneficiar-se das experiências de cada um”.²⁹⁸

Mais sinais do processo participativo vivido entre as lideranças do CNL: um diz que “respostas de leigos preparam assembléias”,²⁹⁹ o outro diz ter sido realizado um levantamento “entre os diversos grupos que o integram”;³⁰⁰ em conclusão a um estudo feito entre os diversos grupos que integram o CNL, temos: “aqui estão colocados em comum nossa vivência, nossa visão, nossos problemas de leigos engajados à luz da fé e segundo os ensinamentos do Vaticano II”.³⁰¹ Ver fotos um, nove, dez e dezoito.

Um sinal do processo participativo percebemos na elaboração do subsídio do Dia do Leigo (a), ou seja, desde 1991 o CNL celebra na Festa de Cristo Rei, “o Dia do Leigo e da Leiga”, em novembro. Pois bem, para essa celebração, a cada ano, é elaborado um subsídio que é usado em todo o Brasil, simultaneamente por mais de 15 mil lideranças.

Pesquisando os responsáveis pela elaboração do referido subsídio, constata-se que, a cada subsídio elaborado, mesmo estando geográfica e cotidianamente distantes, é um grupo distinto que o faz: 1993, grupo do Regional Centro Oeste-Goiás; 1994, grupo do Nordeste 1-Ceará; 1995, grupo do Sul 3-Rio Grande do sul; 1996, grupo do Sul 1-São Paulo; e, 1997, grupo do Leste II-Rio de Janeiro.³⁰²

Mais um sinal do processo participativo vivido, também, se revela em atitudes aparentemente insignificantes, ou seja, o mesmo pode ser visto quando estavam orando no início dos trabalhos da assembléia de junho de 1995. Assim ficou relatado para a história “Na oração, cinco velas (representando as cinco grandes regiões) e a Bíblia foram passados de mão em mão. Depois houve a leitura do livro de Daniel”.³⁰³

²⁹⁶ CNL. Relatório de Respostas do questionário preenchido pelos movimentos na assembléia de 1976, s/d, p. 1.

²⁹⁷ CNCMB. Carta de 29/6/1977, assinada por Ary de Christan.

²⁹⁸ CNBB. *Boletim Semanal*, v. 7, n. 33, 13/8/1976.

²⁹⁹ CNL. *Informativo CNL*, 1983, s/d, p. 3-5. Ao todo 206 leigos participaram respondendo.

³⁰⁰ CNL. *Informativo CNL*, 1985, n. 9, 9/1985, p. 7.

³⁰¹ CNL. *Informativo CNL*, 1986, n. 10, 8/1986, p. 10.

³⁰² CNL. Subsídios Festa de Cristo Rei – Dia do Leigo. Anos 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997.

³⁰³ CNL. Ata de 15-18/6/1995, p. 1.

Esse processo participativo entre homens e mulheres, de acordo com Hélio Amorim, uma de nossas testemunhas referindo-se a essa participação, é categórico ao afirmar que “as mulheres e os homens tiveram sempre participações equivalentes”.³⁰⁴

Finalizando esse rol de experiências do processo participativo, inclui-se um que foi desencadeado em junho de 1996 e concluído em maio 1997 e que teve a participação efetiva em três momentos: o primeiro numa decisão de assembléia que decidiu pela reformulação estatutária; o segundo foi que os diversos grupos integrantes deveriam enviar sugestões para o novo estatuto; e, por último, foi o fato do próprio estatuto ter sido alterado numa assembléia altamente representativa e participativa. Aqui registra-se apenas a finalização dessa experiência de participação, em um de seus aspectos básicos, ou seja, dos votantes, 78 votaram a favor, 6 contra e 3 se abstiveram para que na denominação do CNL, se incluísse “leigos e leigas”.³⁰⁵

Esse processo participativo vivido ao longo de sua trajetória, pode ser ‘encaixado’ em inúmeros aspectos da teoria de gênero. Quando Butler fala que gênero tem a característica de ser “um projeto incessante, um ato diário de reconstrução e interpretação [...] uma atividade originante que acontece sem cessar”.³⁰⁶ A participação no CNL adquiriu a qualidade de ser um projeto incessante ou que acontece sem cessar. É um jeito das lideranças se reconhecerem de igual para igual.

Por meio desse processo participativo, as lideranças (re)construíram o CNL em seus próprios corpos, visto que o exercício da liderança se faz em corpos concretos e singulares, que são os homens e as mulheres.

Então nos encontramos com Teresa de Lauretis, quando ensina que Gênero é “o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais”,[...] por meio do desdobramento de “complexas [...] ou diferentes tecnologias políticas”.³⁰⁷

O efeito produzido nos corpos das lideranças do CNL é que cada corpo se coloca perante o outro de maneira participativa. É uma maneira dos corpos se integrarem. Com isto, podemos dizer que as lideranças do CNL criaram para si

³⁰⁴ Depoimento de Hélio Amorim, 2000.

³⁰⁵ CNL. Ata da Assembléia Extraordinária de 31 de maio de 1997.

³⁰⁶ BUTLER, 1987, apud BENHABIB; CORNELL, 1987, p. 142

uma tecnologia política participativa, pois cada corpo singularmente concreto, em termos de participação, é plenamente reconhecido no que ele traz para a caminhada do CNL.

3.4 Lugar de encontro

Estamos aqui, Senhor, viemos de todo lugar.
Trazendo o pouco que somos, pra nossa fé partilhar.
(Valdomiro Oliveira e Flávio Irala)

Um sinal da presença de gênero é possível verificar na variável que indica o que se pretende com o CNL, ou seja, pretende-se que o mesmo seja “um lugar de encontro para todos os leigos”³⁰⁸ ou “lugar de encontro aberto a todos os grupos de leigos”³⁰⁹.

Desempenhar esse papel de ser ‘lugar de encontro’ além de necessário é altamente significativo. Por que? Eis a situação no qual essas lideranças estão inseridas: geográfica e cotidianamente estão distantes umas das outras; ficavam meses sem encontrar-se; nominalmente pertencem a grupos diversos; pelo lado das atividades que realizam, o fazem diferentemente visto que pertencem a diferentes grupos.

É nessa situação real-existencial, que o CNL desempenha o papel de ser ‘lugar de encontro’ entre as lideranças, porque realmente elas se encontram fisicamente no face a face.

Ao encontrarem-se elas o fazem para partilhar as diversas experiências que trazem. Os encontros propiciam dinâmicas de interação onde dois a dois ou em grupos compartilha-se o que se está realizando em seu grupo, na cidade e/ou campo; e, se ‘encontram’ no fato de decidirem juntos os passos a serem tomados na caminhada.

Exemplos do CNL como ‘lugar de encontro’ entre as lideranças leigas são abundantes. Ao relatar a assembléia ocorrida em julho de 1976, registraram que “reuniram-se em Assembléia Geral na Casa da Legião de Maria, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro”.³¹⁰

³⁰⁷ LAURETIS, 1994, apud HOLANDA, 1994, p. 208

³⁰⁸ CNBB. *Boletim Semanal*, v. 6, n. 47, 21/11/1975.

³⁰⁹ CNBB. *Boletim Semanal*, v.7, n. 33, 13/8/1976.

³¹⁰ CNL. Ata de 1976.

Ao elaborarem experiências de formação para as lideranças leigas entende-se que durante o ‘curso de formação’ as lideranças leigas devam aproveitar o(s) curso(s) para fazer “os contatos entre membros de diferentes movimentos”.³¹¹ Ver fotos quatro, dezesseis e dezenove.

Ao avaliarem positivamente um encontro ocorrido em março de 1988, assim se manifestam “a sintonia na fé e na caminhada apesar das diferenças de carismas” [...] a integração, a convivência e a troca de idéias que permitiram a cada movimento ou pastoral saber o que os outros objetivam”.³¹²

Ao iniciar os trabalhos de uma assembléia geral ocorrida em outubro de 1990, assim relatam o fato do CNL ser ‘lugar de encontro’: “Deu-se início a nova assembléia [...] com a acolhida feita aos participantes pelo coordenador Celso Matias de Castro Neto”.³¹³ Já na assembléia de 1995, assim se encontravam “Iniciamos às 14:00 hs com a palavra da presidenta Cecília Bernadete Franco, dando boas vindas e acolhendo a todos.”³¹⁴

Constituído o CNL pelos exercícios das lideranças, o mesmo virou espaço de encontro. Ao se encontrar umas com as outras, tais lideranças estavam situando-se diante da norma – CNL feito de homem e mulher - que elas mesmas criaram.

Com isto nos encontramos mais uma vez com Butler, ou seja, Gênero como “um estilo ativo de viver nosso corpo no mundo”.³¹⁵ Quer dizer, as lideranças estabeleceram para elas que o CNL devia propiciar um meio de seus corpos singulares e concretos encontrarem-se no CNL. Isso exige que as lideranças se tornem ativas: preparam roupas e objetos pessoais, viajam, se vêem e se cumprimentam, conversam, riem, emocionam, relembram, choram, cantam, gritam etc.

Como vimos, Butler também ensina que Gênero é “um modo de nos situarmos através dessas normas”.³¹⁶ Também aqui podemos interpretar que as lideranças estabeleceram para elas um modo próprio de situar-se diante da ‘norma CNL’, ou seja, encontrando-se. O encontro é fundamental. Mediante o encontro dos corpos singulares e concretos que formam o CNL, ele tem razão de existir.

³¹¹ CNL. *Informativo CNL*, 1983, s/d, p. 17.

³¹² CNL. *Informativo CNL*, 1988, n. 13, 11/1988, p. 26.

³¹³ CNL. Ata de 11/10/1990, p.1.

³¹⁴ CNL. Ata de 15-18/6/1995, p. 1.

³¹⁵ BUTLER, 1987, apud BENHABIB; CORNELL, 1987, p. 142

3.5 Espaço de diálogo

Vem e solta o pensamento
Com seu jeito de criar.
(Ir. Agostinho V. de Melo)

Essa variável contribui para a constituição do perfil da vivência de gênero no CNL. As lideranças entendem que o CNL deve “provocar o diálogo”³¹⁷ ou “incentivar o espírito de diálogo dos leigos entre si e com a hierarquia”.³¹⁸ Realmente era preciso uma organização laica que possibilitasse o diálogo entre as lideranças.

Já vimos que as diversas lideranças que integram o CNL são oriundas de diferentes grupos, vindos de distantes lugares, o que implica que trazem experiências variadas de presença cristã em seus corpos. Quando se encontram num ‘espaço comum’ são convidados e convidadas a dialogarem.

Parece que o ‘primeiro’ e significativo diálogo que fizeram foi discutir se fundavam ou não o CNL. Efetivamente, esse diálogo em torno da fundação, como já afirmamos, durou três anos, desde a realização do I Encontro Nacional de Movimentos Eclesiais, em novembro de 1972³¹⁹ até novembro de 1975,³²⁰ quando se concluiu a fundação em assembléia.³²¹

Um exemplo desse espaço de diálogo em torno da criação do CNL, encontramos no registro histórico vivido:

o amadurecer em comum as decisões a serem tomadas; encararem os leigos como sujeitos e não objetos de pastoral; um certo conhecimento mútuo; que se procure compreender o trabalho de cada movimento dentro de seu carisma específico; um contínuo questionamento em nível de pessoas e(...) de movimentos”; e que o diálogo é uma necessidade do “comprometer todo o povo de Deus na realização dos planos de Sua Igreja.”³²²

São centenas de correspondências que testemunham o CNL como ‘espaço de diálogo’ entre as lideranças. Ainda na fase inicial de difícil implantação do

³¹⁶ BUTLER, 1987, apud BENHABIB; CORNELL, 1987, p. 142

³¹⁷ CNBB. *Boletim Semanal*, 1976, v. 6, n. 33, 13/8/1976.

³¹⁸ *Ibid.*

³¹⁹ COSTA SOBRINHO, 2001, p. 45

³²⁰ *Ibid.*, p. 77-84

³²¹ *Ibid.*, p. 88-91

³²² CNBB. *Boletim Participação*, 1973, n. 4, 31/3/1973, p. 4.

organismo, uma manifestação desse diálogo aparece na forma de convite: “O CNL convidará insistentemente todos os movimentos e associações de leigos (...) para se integrarem no CNL (...) como (...) integrantes efetivos co-responsáveis por sua caminhada, através da participação em suas Assembléias”.³²³

Expressando um diálogo mais pessoal com os dirigentes do CNL, Maria Lúcia da Silva assim se manifesta: “Agradeço e desejo continuar recebendo o Boletim Informativo CNL, pois está sendo muito útil para mim e também para as pessoas do meu círculo de amizades”.³²⁴

A pesquisa possibilitou encontrar outro pequeno exemplo dessa experiência do CNL se tornar espaço de diálogo entre as lideranças. Em março de 1984 aconteceu um encontro de coordenadores de movimentos que integram o CNL. Tal encontro teve lugar no Rio de Janeiro e contou com a presença de vinte e um participantes, sendo um bispo, quatro padres, cinco leigas e onze leigos, representando dez movimentos. Ao todo são sete páginas relatando a experiência de diálogo. Veja o que eles dizem do CNL como espaço de diálogo:

Como um dos pontos altos do Encontro, os Movimentos presentes tiveram ocasião de apresentar suas formas de organização, espiritualidade e engajamento. O Informativo CNL resume a seguir alguns dos depoimentos dos participantes surgidos nos grupos.³²⁵

Na linha de um diálogo ‘impessoal’, centenas de lideranças realizam diálogos por meio do Bilhete, temos o testemunho de uma das organizações que são filiadas ao CNL. Num dos Bilhetes enfaticamente lê-se que “a ACO dá testemunho concreto de uma das maneiras de viver o diálogo na Igreja”³²⁶ ao levar a cabo uma reflexão proposta pelo Sínodo de 1987.

Outra dimensão do CNL como espaço de diálogo se manifesta no costume adotado entre as lideranças de realizar grupos de diálogo, pois em grupo é possível que ‘todos’ façam o uso da palavra.

É costume no encaminhamento dos trabalhos em grupo, que a coordenação faça duas recomendações: que se escolha um coordenador/a e um secretário/a, bem como que se garanta a fala para todo mundo evitando que um

³²³ CNL. Ata da Assembléia Geral de 15-16/7/1978, p. 1.

³²⁴ Carta de Maria Lúcia da Silva, p. 2 apud CNL. *Informativo CNL*. 1984, n. 4, p. 2.

³²⁵ CNL. *Informativo CNL*, 1984, n. 4, p. 5.

³²⁶ CNL. *Bilhete*, n. 6, 8/1988, p. 1.

membro do grupo fale o tempo todo. Vejamos alguns exemplos nesse sentido do diálogo em grupo.

Um dos assuntos da assembléia de 1988 foi efetuar a mudança de estatuto. Na assembléia geral de dezembro de 1988: “Nos dias nove e dez os participantes da Assembléia Geral debateram em grupos e, depois, em plenário a proposta do Estatuto do CNL apresentada pela Comissão de Redação”.³²⁷

Por outro lado, o relatório da Assembléia Geral de 1992 em Belo Horizonte, assim se refere aos trabalhos do dia 5/12/1992:

Também neste dia, conforme pauta, houve um trabalho de grupos aleatórios para levantar questões, inquietações e dificuldades quanto à estrutura do CNL, visando colher subsídios para a próxima reforma estatutária. No plenário foram apresentadas três sínteses que recolhiam as conclusões dos 10 grupos.³²⁸

Na Assembléia Nacional de 1995, realizada em São Paulo, verificamos que “a Assembléia foi dividida em 8 grupos para tirar as dúvidas”.³²⁹

No III Encontro Nacional de Leigos e Leigas (ENL), em Goiânia, realizado em junho de 1996 e que teve a presença aproximada de quinhentas lideranças, verificamos a efetivação do diálogo por meio de um dos dezesseis grupos desse encontro. Um se formou/reuniu para dialogar em torno das relações de gênero.³³⁰ Ver foto dezessete. Recomendo ainda as fotos sete, oito e onze.

As lideranças do CNL, por meio do diálogo, viveram uma dimensão de crucial importância das relações gênero. Essa variável sintoniza-se com Teresa de Lauretis, quando entende “Gênero como representação e como auto-representação é produto [...] das práticas da vida cotidiana”.³³¹ Quer dizer que, entre as lideranças do CNL, o diálogo na prática da vida cotidiana, possibilita a criação de um novo perfil de gênero em suas subjetividades, representações e auto-representações.

Com isto, em suas subjetividades povoam e circulam representações e auto-representações as mais variadas: amadurecimento de decisões; conhecimento mútuo; compreensão melhor de cada grupo; necessidade de contínuo

³²⁷ CNL. Ata da VIII Assembléia Geral do CNL, ocorrida em São Paulo, de 8-11/12/1988, p. 3.

³²⁸ CNL. Relatório da XI Assembléia Geral do CNL, Belo Horizonte, de 3-6/12/1992, p. 4.

³²⁹ CNL. Relatório da XIV Assembléia Geral do CNL, São Paulo, de 15-18/6/1995, p. 2.

³³⁰ Jornal Primeira Hora. Ano 1. nº 0, p. 4, temos a confirmação de que o grupo da foto 17 tratou das relações de gênero. O nome dos demais grupos podem ser conferidos na nota 16.

³³¹ LAURETIS, 1994, apud HOLANDA, 1994, p. 208

questionamento; espírito e desejo de participação; amizades vividas; depoimentos escutados; debates em grupos; e esclarecimento de dúvidas.

Essa experiência do diálogo das lideranças do CNL, remete a outro aspecto da teoria de gênero que nos é dado por Connell. Este diz que “Relações de Gênero definem-se como relações entre pessoas e grupos”.³³² Arremata Connell dizendo que “Masculinidade e feminilidade são configurações da prática de gênero”.³³³ A experiência do diálogo efetivamente ocorreu entre lideranças (pessoas de diferentes grupos) do CNL, que representam os grupos a que pertencem. Então, esse diálogo vivido, se torna uma maneira das lideranças viverem sua masculinidade e feminilidade, pois não dá para retirar do exercício de liderança seus traços masculinos e femininos. Portanto, masculino e feminino se integram por meio do diálogo vivenciado. O diálogo é necessidade tanto da masculinidade quanto da feminilidade.

Intrigante essa experiência do diálogo vivido pelas lideranças do CNL se a encaixarmos noutro entendimento de gênero oferecido por Connell. Ao discutir as ‘estruturas de gênero’ apresenta alguns modelos (hegemonia, subordinação, cumplicidade e marginalização) de ordenação dessas estruturas. Connell acrescenta que as relações de gênero se dão no interior das “posições [...] práticas e relações [...] que ocupam [...] na sociedade”.³³⁴

Sabidamente Connell assegura que essas ‘posições, práticas e relações’ “não se configuram em tipos fixos de caracterização, mas configurações de práticas construídas em situações particulares e mutáveis”.³³⁵ Essa experiência do diálogo não ocorreu em toda a sociedade, mas numa ‘micro sociedade’ que é o CNL. Foi nessa ‘micro sociedade’ que ‘posições, práticas e relações’ de diálogo ocorreram. Pode-se admitir, então, que o diálogo de gênero, porque dado entre masculino e feminino, se configurou numa situação particular e mutável.

Em outro momento de sua explicação de Gênero, Connell entende que as “Relações de poder (subordinação feminina e dominação masculina) constituem a principal linha divisória de poder na ordenação dos gêneros nas sociedades ocidentais”.³³⁶

³³² GARCIA, 1998 apud ARILHA; RIDENTI; MEDRADO, 1998, p. 45

³³³ GARCIA, 1998, loc. cit.

³³⁴ GARCIA, 1998 apud ARILHA; RIDENTI; MEDRADO, 1998, p.46

³³⁵ Ibid., 1998, p. 47

³³⁶ Ibid., 1998, p. 44

Essa experiência de diálogo vivenciada pelo CNL, indica que as ‘relações de poder’ em que ocorre o processo de subordinação feminina pela dominação masculina e que constitui a linha divisória na ordenação dos gêneros nas sociedades ocidentais’, tal relação de poder foi rompida pela ‘micro sociedade’ que é o CNL. Então, efetivar o diálogo é uma maneira de romper com a dominação masculina, geralmente caracterizada pelo monólogo.

3.6 Corpo vivo

Mulher é corpo.
(M. do Carmo Ekman e Adilson B. Schil)

Interessante como entre as lideranças foi fecundo e amplo o diálogo em torno do CNL. Fruto desse diálogo é mais uma variável que colabora para identificar o perfil de gênero. As lideranças afirmam que o CNL “quer ser um corpo [...] vivo para coordenar e divulgar atividades [...] apresentar trabalhos e tornar eficiente o serviço que os leigos podem e devem prestar à sociedade, inspirando-se no Evangelho”.³³⁷

Essa experiência das lideranças do CNL se tornarem um corpo vivo é algo de extraordinário numa vivência de gênero, pois supõe que tais lideranças se vejam como corpos que estão cotidiana e efetivamente vivos porque atuantes, apesar de distantes e diferentes uns dos outros.

Por outro lado, essa expressão corpo vivo manifesta um desejo ardente de que o CNL, melhor suas lideranças, tenham comportamentos básicos semelhantes, independente de onde e com quem estejam. Para isso é necessário que os membros do CNL tenham vozes afinadas. Uma expressão dessa afinação aparece no próprio fato de constituir o CNL, pois com isto as lideranças passam a possuir uma referência própria do laicato, que até então não só inexistia, mas com que dispunha de múltiplas referências, através dos movimentos e grupos desarticulados entre si.

Eis como aparece nas palavras de Carlos Maria Monteiro, essa idéia de corpo vivo, pois, para ele, o CNL antes de tudo precisa ser um: “organismo destinado a dar uma orientação firme para a atuação pastoral dos leigos como

³³⁷ CNBB. *Boletim Semanal*, 1975, v. 6, n. 47, 21/11/1975.

peças”³³⁸ ou para José Henrique Grossi “ser um órgão ativo do Laicato na Igreja, isto é, através de experiências de movimentos e leigos engajados, provocando entre eles um relacionamento mais constante e trocas de experiências”.³³⁹

Percebemos que para o CNL se tornar um corpo vivo uma condição foi combinada entre as lideranças, ou seja, é preciso que elas tenham “colaboração mútua”.³⁴⁰ Uma expressão dessa colaboração aparece na decisão, assim relatada:

Estabelecer que a manutenção do CNL estará a cargo das entidades participantes da Assembléia, e que o integram, fixando-se a quota de contribuição média mensal, por entidade, em Cr\$ 200,00 (DUZENTOS CRUZEIROS), comprometendo-se as entidades que dispõem de maiores recursos em contribuir generosamente com quotas maiores que permitam equilibrar a impossibilidade de outras em atender àquela taxa média aprovada.³⁴¹

Vários documentos posteriores confirmam o desenvolvimento dessa prática de colaboração mútua. Aqui trago esse: “Nossa contribuição mensal será de CR\$ 200,00. Anexo cheque nominal nº 7677406 contra o Banco Francês e italiano, no valor de CR\$ 400,00 referente às mensalidades de janeiro a fevereiro deste ano”.³⁴²

Por outro lado, num gesto pequeno mas significativo desse perfil de gênero que está se tentando indicar, vem na expressão “Passando os olhos (...) já notei que há coisa boa”.³⁴³ Esse se refere ao primeiro boletim do CNL. O ‘passar os olhos’ para verificar a caminhada e realizações foi algo que se tornou exigência e que evidencia-se através das centenas de cartas enviadas e recebidas, informativos e boletins do CNL.

Mais uma expressão do CNL como corpo vivo localiza-se na expressão “a pesquisa promovida pelo CNL para servir de subsídio (...) sobre a atuação do leigo”.³⁴⁴ Ao realizar e divulgar a pesquisa, o CNL se expressa como corpo vivo agindo em conjunto, pois não são ações nem expressões isoladas. Ver fotos cinco, seis, dez e quatorze.

³³⁸ MCC. Carta de 9/12/1975, p. 1.

³³⁹ CNL. Carta de 29/6/1976, p. 1. Tal carta foi enviada ao movimento Reverso Encontro de Jovens.

³⁴⁰ CNBB. *Boletim Semanal*, 1976, v. 7, n. 33, 13/8/1976.

³⁴¹ Ata de Constituição do CNL, p. 7 apud CNBB. *Boletim Participação*, n. 15, 31/12/1975.

³⁴² SMF. Carta de 15/2/1976, ao CNL e assinada por Ekkehard Schneider.

³⁴³ LCJMJ. Carta de 8/4/1976, assinada por Pe. Mário F. Gonçalves.

³⁴⁴ CNL. *Informativo CNL*, 1983, s/d, p. 6.

Finaliza-se a busca de demonstração do CNL agindo como um corpo vivo, com uma informação estatística levantada da fundação até maio de 1997. Ela se refere a iniciativas, paulatinamente, experimentadas pelas lideranças e que consiste em expressar, por meio de palavras escritas, apoio e/ou solidariedade ou posicionamentos ou mensagens, sobre as mais diversas situações. É o CNL aprendendo e agindo como um corpo vivo orgânico. Foi possível encontrar, pelo menos, setenta e duas iniciativas de apoio e/ou solidariedade ou posicionamentos ou mensagens.³⁴⁵

Quando as lideranças do CNL o compuseram para ser um corpo vivo em ação, as mesmas estavam criando uma forte concepção de organização para elas. Esse dado pode ser interpretado à luz do que Teresa de Lauretis, num sentido intrigante, quando ela relaciona gênero com ideologia.

Em base ao entendimento de que a ideologia tem “a função de constituir indivíduos concretos em sujeitos”,³⁴⁶ é possível entender que o CNL se tornou para as lideranças que o integram, “efetivamente uma instância primária de ideologia”.³⁴⁷ Explica-se: através do ‘corpo vivo’ que tenta ser o CNL, as lideranças são indivíduos concretos constituídos em sujeitos das práticas que desenvolvem por meio dele. Com isto, o CNL, enquanto ‘corpo vivo’, se torna para as lideranças ‘uma instância primária de ideologia’. Por que? Porque as práticas que as lideranças veiculam, através do Conselho, adquirem a qualidade de atitudes e idéias singulares coletivamente ideologizadas.

3.7 Convivência alegre

Todo mundo a se alegrar
Com o que eu vou criar!
(Reginaldo Veloso)

É possível encontrar no estado de espírito e de emoção daquelas lideranças que se relacionam no CNL, outra variável que contribui para formar o perfil da vivência das relações de gênero. De várias maneiras aparece esse perfil vivido na alegria.

³⁴⁵ Anexo 4. Iniciativas de Apoio, Solidariedade, Posicionamento e Mensagens no CNL

³⁴⁶ LAURETIS, 1994, apud HOLADA, 1994, p. 216

³⁴⁷ LAURETIS, 1994, loc. cit.

Logo nos inícios do CNL essa dimensão de uma convivência alegre já surge com todo o vigor, pois “nos recorda a alegria do nosso encontro”³⁴⁸ ou “alegramo-nos com o próximo encontro”³⁴⁹ ou “aguardamos com muita alegria informações”³⁵⁰ ou “muito nos alegramos que vocês estão se desencumbido com eficiência”.³⁵¹

Essa convivência alegre não é algo fortuito, muito menos uma manifestação vazia e passageira de significados. Esses ‘piques’ de alegria sendo extravasados, entre as lideranças do CNL, as tornam revigoradas para os desafios que diariamente enfrentam. Os motivos para tal alegria são abundantes e por isso mesmo são, também, diversificados.

Veja como as lideranças do CNL presentes na I Assembléia Nacional dos Organismos do Povo de Deus³⁵², realizada em São Paulo, de 01 a 04 de junho de 1991, acolheram o Objetivo Geral da Igreja Católica no Brasil. Dizemos acolheu porque nessa I Assembléia, teve a presença majoritária de leigos e leigas. Eles e elas se manifestaram dizendo que “é com alegria que assumimos [...] o Objetivo Geral”.³⁵³

Outra manifestação da alegria vivida vem pelas palavras da coordenadora do CNL, Cecília Bernadete Franco, na sua mensagem de Natal de 1993 a todos os leigos e leigas que recebem o Bilhete. O título é: Acredite: podemos mudar. Aqui transcreve-se apenas um trecho do final. Citando Lucas 2,10, Cecília diz a alegria – no caso é o nascimento do Senhor Jesus - que ela assume e partilha, com grande júbilo: “Não tenham medo! Eu anuncio para você a Boa Notícia, que será uma grande alegria para todo o povo: hoje, na cidade de Davi, nasceu para vocês um Salvador, que é o Messias, o Senhor”.³⁵⁴

Recorre-se a um testemunho singular vivido coletivamente entre as lideranças. Isso se deu de 2 a 5 de junho de 1994, em Arrozal, Rio de Janeiro, durante a XIII Assembléia Geral, da qual tivemos a alegria de participar. Assim ficou escrito como palavra dos participantes: “Saímos do Arrozal contentes e felizes, pois

³⁴⁸ CNL. Carta de 8/12/1975, assinada por Hélio Amorim.

³⁴⁹ APC. Carta de 2/6/1976, assinada por Hilária Carolina Etges.

³⁵⁰ FBB. Carta de 14/01/1976, assinada por Rosita Sampaio Bahicema.

³⁵¹ SSVP. Carta de 14/7/1976, assinada por Lea Cortez D. Rocha Lima.

³⁵² Essa é a assembléia mais representativa de todo o Povo de Deus católico no Brasil, pois reúne leigos e eligas, presbíteros, religiosos e religiosas, diáconos, bispos e os leigos dos institutos seculares. Em abril de 2001 já aconteceu a V. Segundo depoimento de Hélio Amorim, a idéia de uma Assembléia do Povo de Deus teve origem na assembléia de constituição do CNL em novembro de 1975, quando o mesmo apresentou a sugestão ao presidente da CNBB.

³⁵³ CNL. *Bilhete*, 1991, n. 22, 6-7/1991, p. 2.

³⁵⁴ CNL. *Bilhete*, 1993, n. 29, 12/1993, p. 1.

realmente conseguimos fazer um passo adiante na longa caminhada da organização e articulação do laicato brasileiro”.³⁵⁵

O leigo Aparecido de Moraes de Santa Bárbara D’Oeste, que tem [melhor, tinha pois o Bilhete deixou de circular] o hábito de receber o ‘Bilhete’ ao se manifestar em carta, deixa vaziar a vivência da alegria no cotidiano da trajetória do CNL. Diz ele que “gosta muito de receber o Bilhete e fica contente com as notícias dos leigos do Brasil todo”.³⁵⁶ Ver fotos sete, quatorze, quinze e vinte.

Essa dimensão do perfil constituído pela alegria, pode ser interpretada à luz de um dos quatro elementos que formam o primeiro núcleo da definição de gênero fornecida por Scott. Para ela, gênero “é composto por uma identidade subjetiva”.³⁵⁷ No caso, conviver alegremente é um dos traços da identidade subjetiva das relações de gênero entre as lideranças do CNL.

Quais são as razões dessa alegria entre as lideranças? Diversas: o fato de terem encontrado-se e de saberem que novamente irão encontrar-se brevemente; o aguardo de informações ou notícias que serão enviadas; a percepção que os dirigentes escolhidos estão se desempenhando com eficiência as responsabilidades assumidas; o fato de assumir o objetivo geral; de lembrar o nascimento do Salvador, no Natal; e, o fato de terem feito um passo adiante na caminhada.

Aqui estamos diante de uma intrincada rede que vem pela experiência da alegria. Isso sugere que a alegria tem força extraordinária que ela desperta se acionada. As ‘razões’ da alegria: o fato de terem encontrado no encontro anteriormente em eventos do CNL e de saberem que novamente vão encontrar-se, essas duas razões associadas à alegria, podem ser entendidas como “símbolos culturais disponíveis que evocam representações simbólicas”.³⁵⁸ Assim sendo, o encontro alegre vira uma representação simbólica na subjetividade das lideranças.

Já as razões vindas do fato de perceber que os dirigentes escolhidos estão desempenhando com eficiência a responsabilidade assumida e do fato das lideranças terem feito um passo adiante na caminhada, podem ser interpretadas, de

³⁵⁵ CNL. *Bilhete*, 1994, n. 31, 7/1994, p. 1.

³⁵⁶ CNL. *Bilhete*, 1994, n. 33, 12/1994, p. 4.

³⁵⁷ SCOTT, 1995, p. 86-87.

³⁵⁸ SCOTT, 1995, loc. cit.

acordo com Scott, como “uma concepção de política e de referência às instituições sociais”.³⁵⁹

Desempenhar com responsabilidade a função assumida, expressa uma concepção de política, qual seja, que a política, por meio dos que a assumem, deve ser desempenhada com eficiência. Por sua vez, fazer um passo adiante na caminhada, manifesta uma dimensão da concepção de política na qual as lideranças devem progredir na caminhada. No entanto, desempenhar a função com eficiência e fazer um passo adiante na caminhada, se dão numa instituição e organização social concreta, que é o CNL. Assim sendo, relações de gênero não são estranhas às instituições e organizações sociais.

Finaliza-se com a razão da alegria nomeada no fato do ‘Natal lembrar o nascimento do Salvador’. Novamente Scott ajuda a interpretar essa razão associada à alegria das lideranças do CNL. Scott, como vimos, admite que gênero é composto “por símbolos culturais disponíveis que evocam representações simbólicas”.³⁶⁰ O Natal é uma representação simbólica atualizada, assentada num símbolo cultural cristão, que é o fato do nascimento de Jesus Salvador. Então, para as lideranças cristãs do CNL, viver o Natal é evocar ou avivar o sentido profundo de ‘seu’ símbolo cultural, Jesus como Salvador.

3.8 Tratamento fraterno

É a paz da verdade, da pura irmandade do amor.
(Zé Vicente)

Deslindar o perfil das relações de gênero não é fácil, pois ele pode ser deslindado na forma do tratamento que as lideranças dispensam umas com as outras.

Ao se comunicar por meio de uma carta, com a coordenação nacional do CNL, José Mendes Lira assim manifestou a ela que “Receba a expressão de nossa fraterna admiração e aceite um cordial abraço do irmão em Cristo”³⁶¹ ou “deixo o meu abraço fraterno”.³⁶² Esse jeito de comunicar era necessário cultivar, pois

³⁵⁹ SCOTT, 1995, loc. cit.

³⁶⁰ SCOTT, 1995, p. 86-87

³⁶¹ SSVP. Carta de 12/12/1975, assinada por José Mendes Lira.

³⁶² LCJMJ. Carta de 8/4/1976, p. 3, assinada por Pe. Mário F. Gonçalves.

mantinha entre as lideranças a estima de umas pelas outras, mesmo que distantes. Ver fotos nove e dezoito.

Referindo-se aos resultados alcançados num seminário de formação, no período de 03 a 09 de agosto de 1992, no Rio de Janeiro, que teve a participação de lideranças de treze regionais do CNL, os participantes são claros na explicitação de que entre elas ocorreu um legítimo e autêntico tratamento fraterno, durante os seis dias do curso: “Durante todo o curso, o clima vivido foi de amizade e respeito mútuo, [...] momentos de lazer e descontração que levaram a um grande companheirismo e harmonia entre os participantes”.³⁶³

Por meio do informativo ‘Bilhete’, Wolmir Amado, comunica alguns dos resultados do Encontro Regional de Formação do CRL- Centro Oeste, ocorrido em setembro de 1995, a todos os leigos e leigas do Brasil, o fato do encontro ter sido assessorado por Ceci Maria C. B. Mariani e Wanda Conti, ambas da Comissão de Formação do CNL. Diz ele o “nosso profundo agradecimento pelo serviço de assessoria, bem como pela amizade e testemunho”.³⁶⁴

Coerente com essa variável do perfil da vivência das relações de gênero no que diz respeito ao tratamento fraterno, é o relato de uma experiência vivida na assembléia geral, acontecida no mês de junho de 1995, em São Paulo. Eis o relato sucinto, mas denso: “A Assembléia foi marcada por um clima (...) de confraternização e de amizade”.³⁶⁵

Encerrando essa variável, trazemos um testemunho de tratamento fraterno entre as lideranças do CNL, pelas palavras de despedidas de uma mulher que participou do CNL entre 1989 a 1995. Sua palavra é de uma precisão inconfundível de que no CNL o tratamento fraterno é recorrente. Eis as palavras da inesquecível Marieta Haels, “é no CNL que encontramos amigos e amigas para a vida! [...]”.³⁶⁶

A ocorrência desse tratamento fraterno entre as lideranças do CNL nos remetem à uma questão fundamental trazida à tona pela teoria de gênero, ou seja, como equacionar as reais diferenças, socialmente construídas. Mesmo proclamando e buscando a igualdade como ideal, é impossível não se dar conta de que existem reais diferenças entre os humanos. Scott entende que: “Gênero é a organização

³⁶³ CNL. *Bilhete*, 1992, n. 27, 10/1992, p. 2.

³⁶⁴ CNL. *Bilhete*, 1995, n. 35, 5/1995, p. 1.

³⁶⁵ CNL. *Bilhete*, 1995, n. 36, 8/1995, p. 1.

social da diferença sexual [...] que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais”³⁶⁷.

As lideranças do CNL são homens e mulheres. Elas organizam não uma ‘macro organização social’, mas a ‘micro organização social’ sem acabar com as diferenças sexuais existentes entre as lideranças. Como se dá a delicada equação dessa diferença? Como vimos, de acordo com Scott, gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. É pelo tratamento fraterno que as lideranças buscam equacionar as diferenças. Os sinais que revelam o equacionamento das diferenças são claros e precisos: fraterna admiração; cordial ou fraterno abraço; respeito mútuo; momentos de descontração; companheirismo e harmonia; profundo agradecimento; clima de confraternização; amigos e amigas para a vida.

Com esses sinais é possível entender que o equacionamento das diferenças sexuais entre as lideranças não quer dizer destruí-las, mas que o equacionamento das diferenças se dá na exata medida que desabroche o tratamento fraterno, condição para que cada liderança continue mantendo a diferença que a constitui. Então, o tratamento fraterno é o “saber que estabelece significados para as diferenças corporais”,³⁶⁸ só que é um saber que se operacionaliza por meio de inúmeros significados, ou seja, os sinais acima mencionados.

3.9 Desejos em alta

Acordado é o melhor jeito
de sonhar.
(Zé Vicente)

A elucidação do perfil da vivência das relações de gênero, pode ser analisada pelo aspecto do desejo. O sentido de desejo adotado é o que está colado ao cotidiano. O próprio Dicionário Aurélio compreende que desejo implica “*vontade, anseio e aspiração*”.³⁶⁹ É a partir dessas implicações que vamos indicar a possível ocorrência dessa variável vivida no CNL, identificando alguns exemplos que expressam objeto de desejo entre as lideranças do Conselho.

³⁶⁶ CNL. *Bilhete*, 1995, n. 37, 12/1995, p. 1.

³⁶⁷ CARVALHO, 1998 apud BRUSCHINI; HOLANDA, 1998, p. 401

³⁶⁸ CARVALHO, 1998, loc. cit.

³⁶⁹ FERREIRA, 1999.

Possui grande variedade o conjunto que desponta como objeto de desejo das lideranças. Sabemos que estamos no meio de uma ‘variável’ delicada que exige imenso cuidado no ‘apanhar’, sem estragar. O primeiro transborda na expressão “Desejaríamos realmente que o CNL fosse uma realidade”.³⁷⁰ O projeto do CNL não é algo fruto de reflexões apenas intelectuais. Ele é objeto de desejo, pois lideranças o querem.

Pequena mas significativa é a manifestação do objeto desejado dentro do CNL, qual seja, Manuel Sampaio ao escrever para os dirigentes, diz que seu desejo é ‘fazer uma observação’. Eis suas palavras: “no momento só desejo fazer uma observação”.³⁷¹ Quer dizer só faz observações quem deseja.

Outro aparecimento de que entre as lideranças os desejos afloram localizamos na expressão aparentemente insignificante. Só que ela é declaração profunda de um desejo vivido por Lea Cortez D. R. Lima que escreveu a carta. Assim a liderança se entrega “sentimo-nos participantes”.³⁷² Seu desejo é límpido: sou participante do CNL.

Em 1985, durante dois dias, ocorreu uma reunião entre treze lideranças do CNL. Várias questões foram discutidas, sendo uma a problemática da formação. Esse é um tema que percorre toda a trajetória do CNL. Tem importância constante. A respeito da formação entre as lideranças do CNL, nessa reunião, elas chegaram à conclusão que a formação é “*Uma das maiores necessidades sentidas pelos membros do CNL*”.³⁷³ Então, ‘sentir necessidade de formação’ é expressão de um desejo vivido, pois com a formação aperfeiçoam-se e potencializam-se as condições de participar.

Na trajetória histórica do CNL tornou-se comum, nas assembleias nacionais, a elaboração de mensagens aos leigos e leigas. Testemunhado que as lideranças nas assembleias deixam que seus desejos sejam partilhados com aqueles e aquelas que, por algum motivo, não puderam comparecer, as lideranças presentes na assembleia de 1995, com a carta mensagem “desejamos fazer chegar a todos as reflexões, pistas e propostas debatidas”.³⁷⁴ Essa é uma maneira

³⁷⁰ MCC. Carta de 14/7/1976, assinada por Carlos Maria Monteiro.

³⁷¹ SNAO. Carta de 29/3/1977, assinada por Manuel Sampaio.

³⁷² SSVP. Carta de 14/7/1976.

³⁷³ CNL. *Informativo CNL*. 1985, n. 8, 9/1985, p. 18.

³⁷⁴ CNL. *Bilhete*, 1995, Ano 9, n. 36, 8/1995, p. 2.

encontrada pela liderança para retribuir e partilhar aos não presentes, a presença delas na assembléia. Ver foto vinte e um.

É da V Assembléia Geral, ocorrida em outubro de 1984, que vem uma amostra do quanto os desejos entre as lideranças do CNL soam forte. Não vem pela palavra desejo, mas pela manifestação de um autêntico desejo encontrado porque foi buscado. A frase denota uma peculiaridade inconfundível da experiência vivida pelas lideranças do CNL durante a assembléia de 1984. Eis como ficou registrado: “Há que haver sensibilidade para captar a emergência da voz do leigo engajado”.³⁷⁵ Somente lideranças sensibilizadas conseguem captar tal peculiaridade de gênero. Estas estavam cheias de um sentimento, pois não “*perderam a ternura*”³⁷⁶ nos difíceis e complexos desafios do cotidiano.

Para interpretar a variável em pauta Connell apresenta outro modelo de ordenação das ‘estruturas de gênero’. Ele chama esse modelo de ordenação de Catexis, ou seja

é definido nos termos freudianos como energia emocional vinculada a um objeto com um gênero definido. As relações que se estabelecem entre o objeto desejante e o objeto desejado podem ser consensuais ou coercitivas, independentemente se o prazer obtido é igualmente dado e recebido.³⁷⁷

Na variável analisada, os desejos são manifestações da energia emocional que gera vontade, anseio e aspiração. Eis suas manifestações: desejaríamos; desejo; sentimo-nos; necessidades sentidas; desejamos; e, haver sensibilidade.

Entretanto o desejo tem vinculação com os objetos desejados. Nesse caso, quem tem desejos são lideranças singularmente existentes, só que é por meio do CNL que se expressa e se estabelece o vínculo dos que desejam com os objetos desejados.

Quais são os objetos desejados? A explicitação distinta dos objetos desejados facilita o entendimento. Aqui os mencionamos pela ordem anteriormente apresentada. São eles: que o CNL fosse uma realidade; fazer uma observação a

³⁷⁵ CNL. *Informativo CNL*, n. 6, 12/1984, p.1.

³⁷⁶ CNL. *Bilhete*, Ano 8, 1994, n. 33, 12/1994, p. 1.

³⁷⁷ GARCIA, 1998 apud ARILHA; RIDENTI; MEDRADO, 1998, p. 44

respeito de; sentir-se participante do CNL; formação; fazer chegar reflexões, pistas e propostas; e, captar a emergência da voz do leigo.

Connell afirma que “as relações que se estabelecem (...) podem ser consensuais ou coercitivas”.³⁷⁸ No caso em análise, as relações estabelecidas entre as lideranças que desejam e os objetos desejados indicam serem consensuais, pois nas mesmas não se encontrou sinais de coerção. Todas aparecem dentro de um insistente processo de indução dos interlocutores, fazendo uso da explicação ou argumentação.

É possível entender que os desejos em pauta, são todos legítimos, pois saíram das profundezas dos atores e atrizes desejantes. Manifesta inteireza, integridade e fecundidade daqueles e daquelas que estão desejando. Então, os desejos expressos pelas lideranças do e no CNL, são maneiras encontradas para estabelecer aspectos significativos da complexa vivência das relações de gênero.

3.10 Relacionamento esclarecido

Pode inda ser diferente
Se o olho da gente
Aberto enxergar.
(Zé Vicente)

Outro aspecto do perfil das relações de gênero no CNL, é possível encontrar na busca, por parte das lideranças, de elas estarem esclarecidas no que fazem ou irão fazer. Das pesquisas realizadas é impressionante como essa variável surgiu em todo o período. Ela vem sob os mais diversos nomes e formas.

Vem na frase “Propomos como tema de reflexão para esse dia de encontro, ‘O papel do leigo na Igreja hoje’”.³⁷⁹ Essa busca de entendimento do papel do leigo foi retomada na Assembléia Nacional de 1981.³⁸⁰ Estar esclarecido a respeito do papel do leigo é uma necessidade corrente que constata-se compondo a atuação das lideranças. Por que essa busca?

Três razões explicam essa necessidade. Uma é que as lideranças estão situadas na sociedade brasileira contemporânea tecida pela diversidade e pela complexidade no trato das questões sociais.

³⁷⁸ GARCIA, 1998 apud ARILHA; RIDENTI; MEDRADO, 1998, p. 44.

³⁷⁹ CNL. Carta de 1/2/1977, sem assinatura, mas da Comissão Executiva.

³⁸⁰ Subsídio de estudo ‘O Lugar do leigo na igreja à luz do Concílio Vaticano II e Puebla’. s/d.

Associada à primeira, temos que as lideranças são pertencentes à Igreja Católica que, por sua vez, é uma instituição, também, marcada pela multisignificação eclesial entre seus segmentos, visto não ser monolítica, pois a Igreja é pluralmente experimentada, constituída e operacionalizada, daí a necessidade de captar o papel do leigo nessa pluralidade.

Finalmente, as próprias lideranças que se articularam no CNL possuem idades diferentes, são de extratos sociais diversos, tem experiências profissionais distintas e, como vimos, ingressam no CNL pertencendo a diferentes grupos eclesiais.

Trazemos uma busca do relacionamento esclarecido entre as lideranças. É a reflexão feita pelo Cardeal Eduardo Pirônio, Presidente do Pontifício Conselho Para os Leigos, durante o I Encontro Nacional de Leigos/as, realizado em agosto de 1987, na cidade de Mariápolis, São Paulo. Tal encontro teve como tema geral: Leigo – Presença, Compromisso, Participação: Igreja e Mundo. Eduardo Pirônio refletiu sobre o sentido, os objetivos, a estrutura e os participantes do Sínodo especial para os/as leigos/as. Sua presença e palavra retratam, visualmente, o esforço de um relacionamento esclarecido entre as lideranças. Ver foto cinco. A esse respeito, assim ficou registrado: “Em várias oportunidades dirigiu [Eduardo Pirônio] suas palavras de incentivo e de animação apostólica. Ampliou o horizonte do nosso encontro, dando-lhe uma dimensão latino-americana”.³⁸¹

Concluimos essa variável, apresentando a iniciativa de fazer uma análise da realidade, como busca de relacionamento esclarecido. Apareceu com diversos nomes: pesquisas ou conhecimento da realidade ou análise de conjuntura. Da pesquisa realizada, constata-se que em trinta e seis atividades nacionais realizadas, as lideranças do CNL buscam entender o que e o porquê está acontecendo.³⁸² Essas iniciativas de esclarecimento se constituem em estudos, reflexões e debates preliminares, que precedem às tomadas de decisões nas atividades realizadas.

Vimos que as lideranças do CNL, buscam um relacionamento esclarecido, pois são lideranças corporeizadas, ou seja, existem e co-existem em corpos singulares e concretos. Essa busca do relacionamento esclarecido, pode ser interpretada a partir da contribuição de gênero desde o feminino que tenta ‘entender

³⁸¹ CNL. *Cadernos CNL*. s/d, v. 2, p. 73.

³⁸² Anexo 6. Atividades Nacionais realizadas pelo CNL que teve a busca de relacionamento esclarecido.

o que passa nos sentidos implícitos das relações de gênero, num imenso cuidado de ir além da aparência’.

Essa busca de relacionamento esclarecido, pode ser lido sob o olhar de Butler, pois para ela, gênero, também, “é [...] um estilo ativo de viver nosso corpo no mundo”.³⁸³ Assim as lideranças preferiram viver seus corpos no mundo: como corpos esclarecidos. Corpos que enxergam porque buscam esclarecimentos. Busca de um relacionamento esclarecido: eis um estilo das lideranças do CNL, viverem seus corpos no mundo.

Evocamos aqui outro aspecto do entendimento das relações de gênero para entender a ocorrência dessa complexa variável. Dessa vez retornamos a Teresa de Lauretis, pois ela fornece ganchos teóricos fecundos. Lauretis comunica que “Gênero como representação e como auto-representação, é produto [...] de discursos, epistemologia e práticas críticas institucionalizadas”.³⁸⁴

O fato das lideranças do CNL buscarem um relacionamento esclarecido indica que elas moviam-se em situações ou realidades que exigiam tal esclarecimento. De outro jeito, notavam que faziam parte de uma Igreja, de uma sociedade e de um tempo-espaco histórico próprio. Aperceberam que as representações e auto-representações que encontravam no dia a dia eram contraditórias e múltiplas. Nas pesquisas efetuadas são dezenas de busca de relacionamentos esclarecidos. Por ser abundante, selecionamos apenas duas manifestações dessa busca: qual é o papel das lideranças hoje e a compreensão do que e do porque certas ‘coisas’ acontece ou não na vida.

Interpretando essa busca de relacionamento esclarecido, à luz das palavras de Teresa Lauretis: as lideranças perceberam que na vida querida, sorvida e sofrida, ‘representação e auto-representação’ tinham e tem origem, explicação e justificação nos ‘discursos, nas epistemologias [conhecimentos] e nas práticas’ que estavam envolvidas. Então, as lideranças precisavam realmente de relacionamentos esclarecidos. Precisavam aprender para viver umas com as outras.

³⁸³ BUTLER, 1987 apud BENHABIB; CORNELL, 1987, p. 142.

³⁸⁴ LAURETIS, 1994 apud HOLANDA, 1994, p. 208

3.11 Fazendo acontecer

Liberdade, liberdade
És o desejo que nos faz viver.
(Grupo Magis)

A caminhada vivida pelas lideranças do CNL, no tempo delimitado, ‘propuseram’ a elas, a busca de respostas imediatas para situações densas e tensas que enfrentavam. Essas respostas, que aqui chamamos de fazendo acontecer, são variáveis que contribuem para moldar o perfil das relações de gênero vividas.

Para fins desse trabalho elaboramos um dado estatístico ilustrativo dessa variável, ou seja, são iniciativas das lideranças tentando fazer acontecer e que no total, soma setenta e duas vezes.³⁸⁵ Na elaboração desse dado, constata-se que essa variável é perpassada por uma diversidade vivenciada. Assim sendo, foi impossível o seu enquadramento numa única expressão lingüística. Então, as mesmas são classificadas em quatro iniciativas, aqui nomeadas por apoio, solidariedade, posicionamento e mensagens. As três primeiras iniciativas ocorreram vinte de duas vezes cada e a última seis.³⁸⁶

Outra situação com que se defronta é a riqueza dessas iniciativas. Poderiam ser objetos de um estudo próprio. No entanto, somos obrigados a me reservar no estudo de apenas algumas delas. Ainda assim, as iniciativas anunciam uma fabulosa contribuição ao entendimento dessa variável que ora é tratada.

Então, a fim de demonstrar a configuração dessa variável colocamos um exemplo de solidariedade vivida bem nos inícios do CNL. Em tempos de ditadura militar e de uma Igreja em processo de renovação à luz do Concílio Vaticano II, de Medellín e às vésperas de Puebla, D. Adriano Hipólito, sofre atentado. Diante desse atentado, a executiva do CNL “vem manifestar sua solidariedade irrestrita”³⁸⁷ a D. Adriano. *exemplo* Para os dirigentes do CNL, D. Adriano é “magnífico de cristão adulto”.³⁸⁸

Para perceber essa variável sob outro aspecto, identificamos uma dolorida vivência, que além de mostrar a difícil situação que as lideranças do CNL se

³⁸⁵ Anexo 4. Iniciativas de Apoio, Solidariedade, Posicionamento e Mensagens no CNL.

³⁸⁶ Anexo 5. Conteúdos das Iniciativas de Apoio, Solidariedade, Posicionamento e Mensagens no CNL.

³⁸⁷ CNL. Carta de 20/10/1976, assinada por Hélio Amorim, Pedro Gonçalves, José Henrique Grossi e Pe. Hilário Mazzarollo.

³⁸⁸ CNL. Carta de 20/10/1976, assinada por Hélio Amorim, Pedro Gonçalves, José Henrique Grossi e Pe. Hilário Mazzarollo.

movimentavam, mostra, também, o desafio do delicado e perigoso posicionamento em tempos de ditadura. Estamos falando da tortura a Edval Nunes da Silva, estudante de Recife. Eis a carta de Guilherme a Hélio Amorim, presidente do CNL:

Juiz de Fora, 17 de maio de 1978

Caro amigo Hélio

O motivo desta carta é de extrema urgência. Soubemos pelo JB de ontem (16 de maio, p. 17) que um estudante de Recife, de nome Edval Nunes tinha sido preso desde 6ª feira (12.5) e que estava incomunicável. Vai anexo o artigo. Hoje saiu nova nota: desta feita confirmando uma trágica suspeita nossa: O EDVAL ESTA SENDO TORTURADO (de quatro em quatro horas). Acontece que o Edval é um grande amigo nosso. Estivemos com ele em Lins em 77 e depois em outras oportunidades. É uma grande pessoa. Nossa ligação com ele é em nível de Pastoral Universitária [a nota traz a informação de que ele trabalha na Pastoral da Arquidiocese]. Estamos todos apavorados sem saber muito bem o que fazer.

O nosso pedido vem no seguinte sentido: você como presidente do CNL e amigo 'de cozinha' de D. Aloísio poderia mobilizar uma intercessão no caso. Tente alguma coisa em nome do CNL e peça encarecidamente ao D. Aloísio que assuma uma atitude em nome da CNBB. Afinal somos contra só a morte de Aldo Moro ou contra a violência (venha de onde vier)?

Estamos tendo contato com diversas autoridades eclesiásticas. Precisamos urgentemente romper o isolamento que permite que o Edval (Cajá) seja torturado sem que saibamos de nada.

Amigo, este é um apelo muito emocionado. Amamos o Edval e não queremos vê-lo nessa. Peço a você urgência no encaminhamento do caso. Antecipadamente agradecemos o favor. Um grande abraço à Selma e a todos daí.³⁸⁹

Hélio Amorim responde que já solicitou a D. Ivo e D. Aloísio:

encarecidamente, que multipliquem e reforcem as medidas já tomadas para defender o estudante EDVAL NUNES DA SILVA da tão conhecida 'violência inquisitória' que ainda persiste para a humilhação de nosso País. [...] conhecemos as suas virtudes de dedicação e fidelidade à Igreja.³⁹⁰

³⁸⁹ Tal carta encontra-se nos arquivos do CNL. É assinada pelo autor. Ela é um testemunho histórico do quanto a ditadura militar interferia nos trabalhos das lideranças do CNL.

³⁹⁰ Esse é um trecho da carta de Hélio Amorim/CNL que foi enviada a D. Aloísio Lorscheider e a D. Ivo Lorscheider.

No fim da década de 1970 e início da de 80, a região do ABC paulista vivia situações de ebulição sindical e trabalhista e pela posse da terra, que tinha a presença intensa de líderes da Igreja. Acusações de subversão eram comuns. Ameaças de prisões eram constantes. Nessa situação, o presidente do CNL, claramente se posiciona diante do Jornal O Globo, perante notícias contraditórias, apoiando bispos, padres e leigos. Eis como foi vivido esse posicionamento:

O CNL, vem manifestar seu decidido apoio à corajosa e oportuna presença de bispos, padres e leigos no centro desses movimentos populares de reivindicações, de condições mais humanas de trabalho, de salários menos injustos, de acesso à terra de trabalho e de outros direitos humanos habitualmente desrespeitados. Essa missão profética da Igreja é indeclinável e inalienável. Omitindo-se, ela tornaria cúmplice da iniquidade.³⁹¹

O processo de desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base, no Brasil, remonta à década de 1950.³⁹² Na década de 60, 70 e 80, as CEBs terão crescimento considerável, especialmente devido aos apoios vindos do Concílio Vaticano II encerrado em 1965, da Conferência de Medellín em 1968, da Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi sobre a Evangelização no Mundo Contemporâneo em dezembro de 1975 e de Puebla em 1978. Associado a isto, a partir de 1975, com os Intereclesiais, as CEBs ganham impulso e apoio orgânico da CNBB.³⁹³

Desde fins de 1970 e inícios de 1980, o CNL já processa abertura e acolhimento para com as lideranças das CEBs. É nessa situação que encontramos um apoio do CNL às CEBs, em um dos editoriais do Informativo CNL, de agosto de 1985. Depois de fazer uma explicação dos fundamentos e características das CEBs, finalizam o explícito e positivo apoio, assim: “A partilha da alegria, das dores, dos bens, do Evangelho é que vai explicitar essa consciência de ser Igreja. As CEBs tornam-se cada vez mais uma resposta original para nossa época tão complexa e conturbada”.³⁹⁴

Como decifrar o fato das relações de gênero que se vive serem perpassadas pela busca do ‘fazer acontecer’?. Estamos num aspecto difícil na vivência de gênero. Um pouco de cautela faz bem. É Connell que ilumina essa experiência: “Gênero é visto como uma forma de estruturação das práticas sociais em geral, sendo sua

³⁹¹ CNL. Carta de Hélio Amorim, Rio e Janeiro, 20/5/1980.

³⁹² BALDISSERA, Adelina. Cebes, poder, nova sociedade. São Paulo: Paulinas, 1987, p. 46-47.

³⁹³ TEIXEIRA, Faustino L. Os encontros intereclesiais de Cebes no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1996.

ordenação necessariamente vinculada a outras estruturas sociais. Interage com raça, classe, etnia, nacionalidade e posição na ordem mundial, entre outras”.³⁹⁵

Quando as lideranças do CNL, tentam fazer acontecer – seja demonstrando solidariedade ou apoiando a presença de bispos, padres e leigos nos movimentos populares ou declarando adesão do CNL ao trabalho das CEBs - demonstram que caminham no sentido de abrir ou reforçar as pistas que apontem para outras “formas de estruturação das práticas sociais em geral”.³⁹⁶ Práticas que admitem cristãos atuando diretamente em meios populares ou práticas de grupos eclesiais buscando respostas para a vida. Com isto, as lideranças do CNL estão vivendo relações de gênero coletivamente.

Quando as lideranças do CNL, arriscam fazer acontecer em tempos de perseguição – agindo do sentido de livrar o Edval da prisão e da tortura – mesmo que por intermédio de uma instituição episcopal como a CNBB, tais lideranças, de um lado, estão dizendo que a sua ‘vinculação’ com o aparelho Estado, é uma vinculação no sentido da defesa e proteção da dignidade humana.

De outro lado, estão dizendo que a ‘vinculação’ da ‘micro estrutura eclesial’ que é o CNL com a ‘macro estrutura eclesial’ que é a CNBB, é uma vinculação marcada pela exigência de que cristãos católicos - pertencentes a instituições católicas distintas, dentro do raio católico - devem se irmanar na defesa e promoção da dignidade e liberdade humanas. Aqui cabe muito bem o que diz Garcia, “para entender gênero é necessário irmos além de gênero”,³⁹⁷ ou seja, gênero perpassa visceralmente as instituições por meio de seus atores/as.

Quando o homem Guilherme T. B. escreve para o homem Hélio Amorim, pedindo ajuda para livrar o homem Edval Nunes da Silva da prisão e da tortura. E quando Hélio Amorim, presidente do CNL, escreve dizendo que já intercedeu junto aos homens Dom Aloísio e Dom Ivo, respectivamente, presidente e secretário geral da CNBB, em prol do homem Edval Nunes, o que temos nesse fato? Não é simplesmente membros do gênero masculino mostrando que podem agir em defesa da vida, mas é o ‘gênero masculino’ saindo do circuito e da lógica violenta e competitiva do patriarcado institucionalizada no aparato militar do Estado.

³⁹⁴ CNL. *Informativo CNL*, 1985, n. 7, 8/1985, p. 2.

³⁹⁵ GARCIA, 1998 apud ARILHA; RIDENTI; MEDRADO, 1998, p. 44

³⁹⁶ GARCIA, 1998, loc. cit.

³⁹⁷ GARCIA, 1998 apud ARILHA; RIDENTI; MEDRADO, 1998, p. 44

Essa vivência das relações de gênero entre Guilherme, Hélio Amorim, D. Aloísio e D. Ivo, em prol do Edval, pode ser lida como homens mostrando sinais de uma identidade masculina, “tecida a partir da sintonia com eles mesmos e abertas às necessidades do outro”.³⁹⁸ Os quatro homens mencionados estavam sintonizados entre si em prol da vida, só que aberto à necessidade de outro homem, o Edval que tinha a necessidade de ficar livre da prisão e da tortura.

Além disso, é possível entender, essa vivência da masculinidade entre os quatro homens antes citados, à luz da seguinte idéia “Examinar as relações entre as masculinidades a partir de uma análise dinâmica das posições que essas masculinidades ocupam na sociedade”.³⁹⁹ O gancho encontrado aqui é a possibilidade da ‘análise dinâmica das posições que essas masculinidades ocupam na sociedade’. Guilherme era membro da Pastoral Universitária em Juiz de Fora. Hélio Amorim era presidente do CNL. Dom Aloísio presidente da CNBB e Dom Ivo secretário. Todos ocupando ‘posições de poder’ dentro da sociedade, só que posições diferenciadas. No entanto, suas ‘posições de poder’ – aparentemente embotadas pelo patriarcado - não impediram que essas masculinidades se levantassem em defesa do homem Edval. Isso mostra que o exercício da masculinidade é um exercício dinâmico.

Essa variável pode ser analisada à luz de um outro aspecto. Guilherme T. B. argumenta que “este é um apelo muito emocionado. Amamos o Edval”.⁴⁰⁰ De um lado, Guilherme é um homem declarando que tem emoção, que está emocionado e que ama. O que temos aqui? Um homem fazendo uso de sua emoção e do seu amor para sensibilizar outro homem na defesa de outro homem. Esse fato indica que a emoção não é propriedade nem atributo exclusivo da mulher como tenta imputar a lógica do patriarcado. O fato parece distanciar-se da lógica patriarcal quando tenta dissolver nos homens a emoção ou nas palavras de Nolasco, “eles [os homens] são mantidos alheios aos afetos que os mobilizam e, portanto, embotam a sensibilidade que lhes é característica”.⁴⁰¹

O que ainda temos aqui? Um homem fazendo uso racional – pois Guilherme escreveu uma carta datilografada só para isso – de sua emoção em defesa do Edval. Em defesa da vida, o homem Guilherme, portador de viva

³⁹⁸ NOLASCO, 1995, p. 179.

³⁹⁹ GARCIA, 1998 apud ARILHA; RIDENTI; MEDRADO, 1998, p. 46

⁴⁰⁰ CNL. Carta de 17 de maio de 1978.

masculinidade, demonstrou estar em estado de integridade, pois combinou razão com emoção e emoção com razão ou de acordo com Nolasco, são homens fazendo “apelos de um mundo sensível e eticamente inteligente”.⁴⁰²

Portanto, é possível que a masculinidade dissipe da masculinidade patriarcalizada, a lógica que divide e separa o homem em razão e emoção, ou nas palavras de Nolasco “a relação entre os homens se funda (...) na busca das singularidades inerentes a cada um”.⁴⁰³

3.12 Mulher com presença própria

Chegando para questionar
Chegando prá mudar
Chegando prá encantar
Chegando pr’alegrar.
(Valdomiro/Marcos/Xico)

Como já constatamos no tópico ‘CNL se compôs de lideranças’, as mulheres conseguiram presenças quantitativas equilibradas à presença dos homens.⁴⁰⁴ Embora imprescindíveis, essas presenças não se restringem apenas a quantidades.

Outro detalhe dessa presença da mulher no CNL, é que elas faziam questão de ter presença própria só que obtendo a compreensão e o apoio dos homens. Portanto, é uma presença que soube seduzir e respeitar a presença dos homens. Vários são os sinais dessa presença própria.

Uma das presenças aparece nas avaliações de um Encontro de Formação ocorrido em 1983. Dos 28 participantes, dezesseis eram mulheres.⁴⁰⁵ Dos cinco temas tratados, três foram trabalhados por três mulheres.⁴⁰⁶ Nas avaliações desse encontro, a presença da mulher foi avaliada como boa e positiva. Eis as palavras “Bom o painel, com as duas leigas [...] foi positivo e inédito o fato de teólogas refletirem para leigos homens”.⁴⁰⁷

Encontramos outro sinal na responsabilidade pela organização da V Assembléia Geral do CNL, realizada em outubro de 1984, em que coube

⁴⁰¹ NOLASCO, 1995, p. 47.

⁴⁰² *Ibid.*, p. 64.

⁴⁰³ *Ibid.*, p. 58.

⁴⁰⁴ Anexo 1. Homens e Mulheres que participaram nas assembleias nacionais do CNL.

⁴⁰⁵ CNL. *Informativo CNL*. 1983, n. 2, 9/1983, p. 3.

⁴⁰⁶ *Ibid.*, 1983, p. 4-5, 7-8 e 9-10.

⁴⁰⁷ *Ibid.*, 1983, p. 12.

diretamente a três pessoas, sendo duas mulheres: Heloísa N. Muniz da Silva e Marina Lessa.⁴⁰⁸ Evidente que tal responsabilidade implica trabalho, só que esse tipo de trabalho, também, implica que elas partilharam diretamente das decisões dessa assembléia. Um sinal disso é que Marina Lessa foi eleita para a Comissão Executiva mais a Lúcia Thereza L. Carregal.⁴⁰⁹

Outra localização vem por meio da responsabilidade jornalística do Informativo CNL. Sabemos que essa responsabilidade exige não só conhecimentos técnicos mas, implica, também, discutir e decidir que ‘notícias’ incluir. Lúcia Thereza Lessa Carregal foi responsável do número 01 ao 10 do informativo. Ilustração é parte da informação. Por outro lado, as ilustrações do informativo, ficaram a cargo de mulheres: Maria Helena D. de Azevedo, ilustrou do 1 ao 10; Renata Carregal, o 11; e, Miriam Solak, o 12.⁴¹⁰

Vários sinais mostram a presença própria da mulher na caminhada do CNL. São mulheres ajudando a pensar o cotidiano do CNL, por meio de pequenos artigos publicados no Informativo CNL. Vejamos: “Leda Schmidt de Andrade: O desafio é superar as diferenças de mentalidade sem ferir a fraternidade [...] Marina Lessa: a menoridade com que os leigos até hoje foram tratados inibe sua participação adulta”⁴¹¹ ou “Maria José de Souza: Como cristã confio na Igreja mas acredito mais na força do Povo [...] Thereza de Azevedo Leite: A educação vista por uma leiga”.⁴¹² Já esta contribuição é de uma mulher noticiando uma experiência no Ceará: “Clara Maria França de Paula [...] informa sobre a formação de um grupo de leigos engajados, composto de representantes de todas as Dioceses do Regional Nordeste I, que estudam o papel do leigo”.⁴¹³

Reproduzimos aqui perguntas ‘femininas’ assumidas pelo CNL no que se refere à mulher na Igreja. A responsabilidade é do CNL, mas a elaboração é de uma leiga-mulher do CNL, marcando presença própria. Seu nome é Marina Lessa. Eis as perguntas incisivas:

Por que é tão rara a referência à mulher quando se alude a leigos, sabendo-se que a condição da mulher na Igreja é tão restrita ou mesmo bem mais restrita que na

⁴⁰⁸ CNL. *Informativo CNL*. 1984, n. 6, 12/1984, p. 5.

⁴⁰⁹ *Ibid.*, 1984, p. 19.

⁴¹⁰ CNL. *Informativos CNL*. 1983: 1?, 2, 3; 1984: 5,6; 1985: n. especial, 78, 9; 1986:10,11; 1987: 12.

⁴¹¹ CNL. *Informativo CNL*. 1983, n. 3, 12/1983, p. 12-14.

⁴¹² CNL. *Informativo CNL*. 1985, n. especial, 4/1985, p. 10-14.

⁴¹³ CNL. *Informativo CNL*. 1985, n. 7, 8/1985, p. 22.

sociedade civil, onde ela é discriminada? Por que nas diretrizes recentes para a ação pastoral (doc. 28 da CNBB), tão felizmente preocupada com a situação dos leigos, não há uma só alusão em separado à leiga-mulher? E, finalmente, por que sua numerosa presença nos templos e nas obras é tão contrastante com sua participação efetiva e decisória na Igreja?.⁴¹⁴

Nessa linha de consciência e sapiência da presença da mulher na Igreja, a leiga Tereza Gamba, de Porto Alegre, por meio do CNL, assim se manifesta:

Quanto à questão da leiga na Igreja posso dizer que [...]sendo a Igreja a grande defensora dos direitos humanos, dos direitos de participação democrática e fraterna, através de sua história, já deveria ter avançado neste sentido. Penso que a 'leiga na Igreja' é um assunto que deveria ser aprofundado pelo CNL, já que, felizmente, a questão está sendo levantada.⁴¹⁵

Outro sinal da presença própria da mulher na caminhada do CNL aparece no fato de várias delas formarem a direção do CNL. Vejamos: Tereza de Azevedo Leite e Doroti da Silva (CEBs) compuseram a Comissão Executiva do CNL por dois mandatos: 1986-1988⁴¹⁶ e 1988-1989.⁴¹⁷ Ver foto nove.

O mandato 1989-1992 teve a integração de três mulheres na Comissão Executiva: Cecília Bernadete Franco, Lucimar Correa Pereira e Maria Terezinha Ritzmann.⁴¹⁸ O mandato de 1992-1995 teve a presença de quatro mulheres; Cecília Bernadete Franco (coordenadora), Nilde C.M. Sandes (vice-coordenadora), Mônica B. Bambros e Marieta Haels.⁴¹⁹ Ver fotos doze e treze.

Na Assembléia de 1995, Cecília foi reeleita para mais um mandato de três anos:1995-1998, junto com mais duas mulheres: Tânia Maria C. Maia e Remédios Mira Fernandes.⁴²⁰ Essa eleição de três mulheres, evidencia a mulher com presença própria no CNL. Ver foto vinte.

Constatamos que nessa pesquisa, são 'citados' vinte homens que se manifestam num total de trinta e oito vezes e vinte e nove mulheres que se

⁴¹⁴ CNL. *Informativo CNL*. 1984, n. 5, 4/1984, p. 16.

⁴¹⁵ CNL. *Informativo CNL*. 1987, n.12, 4/1987, p. 13.

⁴¹⁶ *Ibid.*, 1987, p. 8-9.

⁴¹⁷ CNL. *Bilhete*. 1988, n. especial, p. 3.

⁴¹⁸ CNL. *Bilhete*. 1989, n. 16, 12/1989, p. 4.

⁴¹⁹ CNL. *Bilhete*. 1993, n. 28, 5/1993, p. 3.

⁴²⁰ CNL. *Bilhete*. 1995, n. 36, 8/1995, p. 2.

manifestam num total de cinqüenta e cinco vezes. Proporcionalmente, os homens respondem por quarenta por cento e as mulheres por sessenta por cento⁴²¹. É um dado que ilustra. Jamais pode ser tomado, por si só, como representativo *ipso facto* dessa variável.

No entanto, como ilustração é possível perceber que, no conjunto, esse dado reforça o aspecto que temos tentado mostrar, ou seja, que as lideranças mulheres no/do CNL conseguiram presença própria ao longo da trajetória história do CNL.

Mais do que uma concessão paternalista patriarcal dos homens que compõem o CNL, essa experiência cristalina de presença própria da mulher no CNL, no conjunto, pode ser interpretada como sinais de uma aliança tácita entre os homens e as mulheres do CNL, em prol de novas relações entre ambos. Nas palavras de Bourdieu, são expressões de “uma ação coletiva”,⁴²² dizemos micro ações coletivas ou nas inconfundíveis sugestões de Falconnet e Lafaucheur, essa experiência parece estar “criando uma nova sociabilidade, sabedores de que pouco adianta inverter ou mesmo igualar os papéis sexuais, sociais, familiares e profissionais”.⁴²³

No geral, é possível compreender essa experiência vivenciada como um esforço das mulheres não só de compor numericamente o CNL, mas como mulheres que estão indicando alternativas concretas,⁴²⁴ em que as mesmas estejam ocupando papéis e posições que apenas elas devam ocupar, com a implicação de estar exigindo das lideranças masculinas do CNL, a renúncia a papéis e posições de monopolizações, típicos do patriarcado.

Através de Marina Lessa, por meio do Informativo CNL, temos efetivamente uma mulher problematizando, através de precisas e incisivas perguntas as relações, papéis e posições dentro da Igreja como um todo. As perguntas problematizadoras podem ser entendidas nas palavras de Teresa de Lauretis quando busca entender o significado do sujeito do feminismo, ou seja, “é um sujeito cuja definição ou concepção se encontra em andamento [...] é uma construção

⁴²¹ Anexo 7. Tabela e nomes das lideranças referidas nessa pesquisa.

⁴²² BORIS, 2000 apud p. 24

⁴²³ BORIS, 2000, loc. cit.

⁴²⁴ Guardadas as diferenças e proporções tanto em termos de alcance quanto em termos de problemas tratados, essa indicação de alternativas concretas, pode ser comparada à realizada pelos grupos de mulheres citados na nota 108.

teórica”,⁴²⁵ dizemos construção teórica a partir e para além de situações concretas e imediatas vividas no cotidiano.

A pergunta de Marina Lessa, “Por que é tão rara a referência à mulher quando se alude a leigos, sabendo-se que a condição da mulher na Igreja é tão restrita ou mesmo bem mais restrita que na sociedade civil, onde ela é discriminada?”⁴²⁶ e a contundente manifestação de Tereza Gamba, ou seja, “Penso que a ‘leiga na Igreja’ é um assunto que deveria ser aprofundado pelo CNL, já que, felizmente, a questão está sendo levantada”,⁴²⁷ ambas presenças, podem ser entendidas como problematizando não só a Igreja em geral, mas o CNL em particular.

São presenças marcantes na interioridade do CNL, que agem como ‘ninhos criadores de novas experiências’. Teresa de Lauretis é nicho de luz para compreender o que se passa, pois são mulheres apontando que novas experiências implicam “um complexo de efeitos, hábitos, disposições, associações e percepções significantes que resultam da interação semiótica do eu com o mundo exterior (nas palavras de C.S.Peirce)”.⁴²⁸

Ao se dar conta da difícil e complexa relação que envolve homens e mulheres na Igreja, Leda Schmidt de Andrade é enfática “O desafio é superar as diferenças de mentalidade sem ferir a fraternidade”.⁴²⁹ Que diferenças são essas, que torna a relação um desafio? Existem mentalidades e práticas em que o homem leigo e a mulher leiga

é sugado, mas não formado. Permanece a preocupação com a sacralização mas não com a evangelização.[...] Se diverge, é habilmente afastado. [...] A dificuldade maior é superar o autoritarismo. [...] Já cristãos [bispos, padres e profissionais liberais] têm medo de participar destas lutas [pelos Direitos Humanos].⁴³⁰

Para Leda Schmidt, diante e/ou contra essas ‘práticas e mentalidades’ outras ‘práticas e mentalidades’ se relacionam, quais são elas? O homem leigo e a mulher leiga ser

⁴²⁵ LAURETIS, 1994 apud HOLANDA, 1994, p. 217

⁴²⁶ CNL. *Informativo CNL*. 1984, n. 5, 4/1984, p. 16.

⁴²⁷ CNL. *Informativo CNL*. 1987, n.12, 4/1987, p. 13.

⁴²⁸ LAURETIS, 1994 apud HOLANDA, 1994, p. 228

⁴²⁹ CNL. *Informativo CNL*. 1983, n. 3, 12/1983, p. 12-14.

⁴³⁰ *Ibid.*, 1983, p. 12.

tratado de forma adulta, com direito à participação. [...] No relacionamento leigos-hierarquia há necessidade de maior diálogo e maturidade de ambas as partes. [...] Penso que os campos de ação prioritário são a formação, a evangelização e a ação social. [...] As grandes opções da Igreja hoje [que devem ser assimiladas] são os pobres, a justiça, a família e a juventude”.⁴³¹

Então a relação, vivida como desafio, não é uniforme nem ‘pacífica’. Com base em Cornell e Thurschwell é possível entender que estas ‘mulheres do CNL’, estão tentando agir no sentido de “subverter os modos [dizemos, alguns modos] existentes de discurso e relações sociais”.⁴³²

Na avaliação do Encontro de Formação de 1983, ficou constatado que a presença das assessoras mulheres: “foi positiva e inédito o fato de teólogas refletirem para leigos homens”.⁴³³ Três assuntos foram abordados: Ana Maria Tepedino abordou “O leigo na Igreja”,⁴³⁴ Tereza Cavalcanti, tratou “A espiritualidade do leigo”;⁴³⁵ e, Maria Clara Bingemer, tematizou a “*Teologia do leigo*”.⁴³⁶

Os três temas, com enfoques diferentes mas entrelaçados, tematizam a relação que homens e mulheres estabelecem na Igreja. O fato dos temas terem sido abordado por três mulheres, combinado com o fato de ter recebido avaliação positiva, é significativo. Os que essas três mulheres fizeram, pelo trabalho formativo efetuado foi “na verdade a experiência do gênero, os efeitos de significados e as auto-representações produzidas no sujeito pelas práticas, discursos e instituições sócio-culturais dedicados à produção de homens e mulheres”.⁴³⁷

É possível interpretar essas iniciativas de formação realizada pelas três mulheres, supra mencionadas, como passos nos quais tais mulheres apresentam ou reforçam alternativas para nova experiência de gênero “que visa o futuro”⁴³⁸ e que “ampliam a participação leiga na Igreja”.⁴³⁹ Aqui parecem estar em movimento experiências tentando diminuir as “desigualdades [que persistem] entre homens e

⁴³¹ CNL, 1983, loc. cit.

⁴³² CORNELL; THURSHWELL, 1987 apud BENHABIB; CORNELL, 1987, p. 162

⁴³³ CNL.. *Informativo CNL*. 1983, n. 2, 9/1983, p. 12.

⁴³⁴ *Ibid.*, 1983, p. 4-5.

⁴³⁵ *Ibid.*, 1983, p. 7-8.

⁴³⁶ *Ibid.*, 1983, p. 9-10.

⁴³⁷ LAURETIS, 1994 apud HOLANDA, 1994, p. 229

⁴³⁸ CNL. *Informativo CNL*.. 1983, n. 2, 9/1983, p. 4.

⁴³⁹ *Ibid.*, 1983, p. 5.

mulheres”,⁴⁴⁰ no dizer de Toscano & Goldenberg ou nas palavras de Cornell & Thurshwell, são mulheres em busca do “sonho de uma relação não desfigurada com o outro que jaz na base da vida social”.⁴⁴¹

3.13 Sintetizando

De tudo que aqui foi analisado nesse capítulo, é possível sintetizar em alguns pontos. Primeiro, pelas variáveis analisadas, fica evidenciado que vivências humanas diferentes estão em andamento, ou seja, as relações de gênero que estão sendo empreendidas entre os membros do CNL tentam furar o bloqueio cultural posto pelas relações patriarcalizadas que supõem a explícita e/ou implícita subordinação de muitas mulheres e muitos homens em detrimento da explícita e/ou implícita dominação de poucos.

Outro, a partir das variáveis analisadas, é possível sintetizar que homens e mulheres possuíram e possuem papéis de gênero concomitantes e recorrentes na superação de relações patriarcalizadas. Papéis esses que são e que podem ser empenhados pessoal e comunitariamente, porque, “os indivíduos são pontos de intersecção”,⁴⁴² sobretudo papéis de gênero assumidos por indivíduos singulares. No entanto, o fato de ser ‘ponto de intersecção’ não implica que homens e mulheres possuam idênticos papéis de gênero.

Finalmente, pelas variáveis analisadas é admissível sintetizar que homens e mulheres efetivamente podem se irmanar em prol de novas experiências humanas entre ambos. Novas experiências em que o/a outro/a seja o parâmetro das mesmas. Outro/a que exige o/a diferente, o/a diverso, ou seja, os corpos dos homens e das mulheres no CNL, estão mais do que corpos fixos, sendo “lugar de interpretações culturais”.⁴⁴³ Com isso, seus corpos, se tornam “um nexos peculiar de cultura e escolha”.⁴⁴⁴ Cultura e escolha de novas experiências.

⁴⁴⁰ TOSCANO; GOLDENBERG, 1992, p. 41.

⁴⁴¹ CORNELL; THURSHWELL, 1987 apud Benhabib & Cornell, 1987, p. 160

⁴⁴² TOSCANO; GOLDENBERG, 1992, p. 33.

⁴⁴³ BUTLER, 1987 apud ENHABIB; CORNELL, 1987, p. 145

⁴⁴⁴ BUTLER, 1987, loc. cit.

Conclusão

O problema principal colocado foi a possibilidade da vivência de novas relações de gênero. Levantou-se a hipótese de que era possível porque foram encontrados abundantes sinais, visíveis e legíveis, dessa vivência entre as lideranças do CNL.

A busca da vivência das relações de gênero efetuada teve presente que o embasamento teórico possui duas dimensões relacionadas. Homens e mulheres, nas várias relações que empreendem, a partir, com e para além de seus corpos indivisíveis e inconfundíveis, são num só tempo e espaço, singulares e plurais ou diferentes e iguais, enfim, são e fazem-se tecidos por complexidades entrelaçadas.

A busca teve presente sua imersão em situações históricas pontilhadas por influências e confluências contraditórias internas e externas ao CNL: forças inovadoras sociais e eclesiais. Foi dentro da trajetória história própria ao CNL que se deu a vivência das relações de gênero.

Tais vivências desabrochavam tanto de maneira aberta e/ou incisiva quanto de maneira subentendida e/ou silenciosa. O fundamental foi que a vivência das relações de gênero nunca deixou de ser recorrente. Por isso mesmo, suas manifestações, se deram no que aqui é chamado de variáveis.

Era impossível jogar a complexa vivência num só jeito de denominar, daí a diversidade de denominações.

O jeito metodológico encontrado para resolver o problema, por meio da verificação da hipótese, em base aos nortes teóricos recortados e por dentro da trajetória histórica própria ao CNL, foi dar vazão e entendimento à diversidade das vivências das relações de gênero, aqui nomeados/as de: composição do CNL por lideranças; reconhecimento da diversidade; processo participativo; lugar de encontro; espaço de diálogo; corpo vivo; convivência alegre; tratamento fraterno; desejos em alta; relacionamento esclarecido; fazendo acontecer; e, mulher com presença própria. Com isto, se percebe, que estamos diante de dados culturais experimentados em que foi possível vivenciar novas relações de gênero na trajetória histórica do CNL.

Ao adentrar nas variáveis foi possível verificar que as mesmas se formam por elementos os mais diversificados que dão, por isso mesmo, significados diversos às relações de gênero. Nesse momento é importante dizer, explicitamente os elementos que conformam as variáveis. São eles:

. O CNL, como grupo social específico, socialmente elaborou normas para serem usadas entre pessoas sexuadas;

. As lideranças do CNL tiveram que reconhecer as diferenças de sexo inclusive no nome que as definia e as incluía;

. Constituir o CNL com homens e mulheres foi a forma que as lideranças encontraram para articular entre elas o poder até então totalmente desarticulado;

. As lideranças ao articular entre elas o poder, estão reconhecendo os 'significados de poder' que elas, mutuamente, representam especialmente na Igreja;

. Os diversos grupos que formam o CNL representam o papel de ser 'outras estruturas sociais vinculadas' ao CNL. Ao surgir-existir, o CNL dá vida a uma nova forma de estruturação da prática social;

. A participação no CNL adquiriu a qualidade de ser um projeto incessante, no qual as lideranças se reconhecem de igual para igual;

. No CNL, cada corpo singular e concreto, se coloca perante o outro de maneira participativa, condição para a integração dos corpos. Com isto os corpos criaram uma tecnologia política participativa;

. As lideranças estabeleceram para si, que a organização devia propiciar um meio ativo de seus corpos singulares e concretos se encontrarem. Esse meio é o CNL;

. Por meio do encontro entre as lideranças na norma CNL, fica estabelecido um modo próprio de se situar diante dessa norma;

. O diálogo na prática da vida cotidiana, possibilita que as lideranças criem em suas subjetividades, representações e auto-representações significativas;

. Viver o diálogo de gênero foi uma maneira encontrada pelas lideranças para viverem a masculinidade e feminilidade, condição para interagirem. Esse diálogo se configurou numa situação particular e mutável, que é o CNL;

. Efetivar o diálogo de gênero foi uma maneira de romper com a dominação masculina, geralmente caracterizada pelo monólogo;

. Através do corpo vivo que busca ser o CNL, as lideranças - indivíduos concretos – são constituídas em sujeitos das práticas que desenvolvem nessa organização laica;

. Por meio das práticas que as lideranças realizam no CNL corpo vivo, ele torna-se um 'locus social' de ideologia coletivamente internalizada nas lideranças;

. Conviver alegremente é um dos traços da identidade subjetiva das relações de gênero entre as lideranças do CNL, tornando a alegria uma representação simbólica viva em suas subjetividades;

. Viver o Natal é evocar, nas subjetividades das lideranças, o sentido profundo do símbolo cultural cristão que é Jesus como Salvador;

. No exercício da política, por meio dos que a assumem no CNL, tenta-se desempenhá-la com eficiência nos serviços entre as lideranças, contribuindo para que as lideranças progridam na caminhada que participam;

. Por meio do tratamento fraterno, as lideranças do CNL buscam equacionar as diferenças que desabrocham no cotidiano vivenciado, sem com isso eliminar as diferenças sexuais que as recortam;

. Entre as lideranças os desejos são manifestações da energia emocional que gera vontade, anseio e aspiração. Estabelecendo, a partir daí o vínculo dos sujeitos desejantes com os objetos desejados. Relação efetuada mais em base ao consenso do que da coerção;

. Nas relações de gênero, entre as lideranças singulares e concretas do CNL, o desejo vivido transforma-se, também, em uma maneira de estabelecer aspectos significativos nas relações;

. As lideranças perceberam que na vida querida, sorvida e sofrida, representação e auto-representação tinham e tem origem, explicação e justificação nos discursos, nos conhecimentos e nas práticas com as quais estavam envolvidos;

. Viver em e com corpos esclarecidos foi a maneira encontrada pelas lideranças, para que seus corpos pudessem viver um jeito ativo no mundo;

As lideranças masculinas:

. caminharam no sentido de abrir ou reforçar formas de estruturação das práticas sociais condizentes com iniciativas de cristãos atuantes em meios populares e em defesa da vida;

. mostraram que sua forma de vinculação tem relação com o sentido da defesa e da proteção da dignidade humana, bem como que se vinculam a outros segmentos eclesiais católicos desde que irmanados na defesa e promoção da dignidade e liberdades humanas;

. sinalizaram que o gênero masculino pode sair do circuito e da lógica violenta e competitiva do patriarcado, via de regra institucionalizada no aparato do estado;

- . visualizaram que podem sintonizar em prol da vida, desde que abertos à necessidade do outro que também pode ser masculino;

- . ao exercer posições de poder, experimentaram que o exercício da masculinidade é um exercício dinâmico;

- . apontaram que a emoção não é propriedade nem atributo exclusivo da mulher como tenta imputar a lógica do patriarcado, pois a combinação da emoção com razão, mostra assim homens sensíveis e eticamente inteligentes;

- . Ao conseguir presenças próprias, as lideranças femininas efetuaram uma aliança tácita coletiva entre os homens e mulheres do CNL;

- . Ao ocupar papéis e posições as lideranças femininas colaboraram na indicação de alternativas concretas a problemas colocados pelo cotidiano;

- . Ao buscar serem sujeitos, as lideranças femininas efetuaram uma construção teórica a partir e para além de situações concretas vividas no cotidiano;

- . Ao problematizar relações de gênero, as lideranças femininas mostraram que podem ser nichos criadores de novas experiências humanas;

- . Algumas lideranças femininas mostraram que podem subverter alguns modos existentes de discursos e relações sociais, rompendo-os por meio da efetivação do desafio fraterno;

- . Diversas lideranças femininas mostraram que podem antecipar verdadeiras ou novas experiências de gênero que tentam diminuir as reais desigualdades de gênero existentes.

Com a explícita retomada dos elementos que formam as diversas variáveis, compreendemos que o objetivo pretendido: alcançar o perfil da vivência das relações de gênero, foi conseguido, pois o perfil foi configurado pelos diversos elementos que integram as variáveis.

Que qualidades assumiram o perfil alcançado? Entendemos que adquiriu qualidades positivas. Por que? Porque a vivência das relações de gênero, entre as lideranças do CNL, mostrada nos elementos das variáveis, foi vivida em base à busca da igualdade porque se apercebiam e se queriam diferentes e em busca da interação porque se pretendiam autônomos.

A partir do leque das variáveis encontradas e analisadas, mais do que diferenças binárias (feminino e masculino rompidos e isolados) entre homens e mulheres, ambos vivenciaram-experimentaram já novas e autênticas relações de gênero num “contexto em que diferenças múltiplas, não restritas a diferenças

binárias, abundam”.⁴⁴⁵ Por isto mesmo, a vivência de gênero mesmo sendo complexa, mostrou ser possível na teia das relações humanas, pois as lideranças do CNL souberam dialogar com a diversidade de situações e exigências que o cotidiano coloca às mesmas. Esse é o primeiro objetivo específico alcançado.

Por meio das variáveis analisadas, foi possível inferir que o exercício do poder entre as lideranças do CNL passou longe de ser monopolizado por uma liderança iluminada e/ou poderosa. Por que? Porque o exercício do poder de influenciar e de decidir perpassava uma rede de lideranças, mesmo com a existência de lideranças aglutinadoras de idéias, decisões e ações, como é o caso das que são escolhidas em assembléias, mediante a eleição. Com isto foi aceitável entender que o controle do poder não esteve localizado ou atomizado, mas foi diversamente controlado porque circulava, em várias situações vividas, por uma rede de lideranças. Esse é o segundo objetivo específico alcançado.

Mesmo adquirindo dimensão positiva, as vivências-experiências analisadas, por meio das variáveis, não englobam todas as vivências-experiências possíveis das relações de gênero, pois outras dimensões coexistiram com as analisadas. Aqui recordamos de mais três: uma que diz respeito à dimensão da expressão corporal por gestos, sinais e movimentos; uma que diz respeito à dimensão da experiência com o sagrado por meio das lideranças que são dotadas de gênero; e, a que diz respeito à necessidade de entendimentos peculiares tanto para os homens quanto para as mulheres.

Em base a essa constatação, apontar-se-á alguns desafios para futuras vivências das relações de gênero entre as lideranças do CNL:

- . que as vivências de gênero, induzidas e canalizadas por meio das lideranças do CNL, se realizem por meio de abundantes gestos, sinais e movimentos corporais;

- . que as vivências de gênero, por meio das lideranças do CNL, dêem mais vazão à indivisível experiência de gênero que surge em meio à experiência com o sagrado, pois este se manifesta por meio de homens e mulheres singulares, plurais e irrepetíveis;

- . finalmente, que as vivências de gênero, entre as lideranças do CNL, sem romper as relações que os tem qualificado positivamente, abram espaços e/ou

⁴⁴⁵ BUTLER, 1987 apud BENHABIB; CORNELL, 1987, p. 149

oportunidades para que homens e mulheres, livremente, ampliem e aprofundem, distinta e autonomamente, as experiências singulares das vivências das relações de gênero.

Referencial Bibliográfico

DOCUMENTOS

ABRIL. Almanaque Abril 1999. São Paulo: Editora Abril, 2000.

CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 1995-1998. São Paulo: Paulinas, 1995.

_____. Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas. São Paulo: Paulinas, 1999.

_____. Diretrizes gerais da ação pastoral da igreja no Brasil: 1975-1978. In. CD-ROM, CNBB. Documentos da Igreja. São Paulo : Paulinas Multimídia, 2000.

_____. Leigos na XI Assembléia, Rio de Janeiro : Baptista de Souza & Cia., 1970.

CNL. Ata de Constituição do CNL. In CNBB. *Boletim Participação*. 1975, n. 15, 31/12/1975.

_____. Ata da Assembléia Geral de 1975, de uso interno, que começou a ser elaborada, porém sem terminar, s/d.

_____. Ata da Assembléia Geral, realizada no Rio de Janeiro, em 17 e 18 de julho de 1976, assinada pelo presidente Helio Amorim e pelo vice-presidente, Pedro Gonçalves.

_____. Ata da Assembléia Nacional CNL, no Rio de Janeiro, de 15 e 16 de julho de 1978.

_____. Ata da Assembléia Geral do CNL, no Rio de Janeiro, de 28 a 29 de março de 1981.

_____. Ata da VIII Assembléia Geral do CNL, ocorrida em São Paulo, de 8-11/12/1988.

_____. Ata de 11/10/1990.

_____. Ata de 15-18/6/1995.

_____. Ata da Assembléia Extraordinária de 31/5/1997.

_____. Cadernos CNL. Sínodo: da preparação ao acontecimento. São Paulo : Edições Loyola/CNL, s/d, v. 2.

_____. Conselho Nacional de Leigos, s/d, documento dos arquivos do CNL.

_____. Diretório CNL 2000. Goiânia, Editora UCG, 2000.

_____. Documento dos arquivos do CNL, contendo uma síntese da Assembléia de novembro de 1975.

_____. Estatutos Ad Experimentum, aprovados em 15-16/11/1975. In CNBB. *Boletim Participação* nº 15, 31/12/1975.

- _____. Estatuto Aprovado na Assembléia Geral de 8 a 11 de dezembro de 1988.
- _____. Estatuto Aprovado em 31/5/1997.
- _____. Histórico, Carta de Princípios, Estatuto, Regionais, Movimentos e Pastorais Filiados. São Paulo: Primyl Artes Gráficas Ltda, 1997.
- _____. Muitos carismas: uma única missão. Subsídio dia do leigo. São Paulo: Paulus, 2000.
- _____. Subsídio. Dia Nacional do Leigo 21 de novembro 1993. s/c., s/d.
- _____. Subsídio. Festa de Cristo Rei - Dia do Leigo 1994, São Paulo : Gráfica e Editora Peres, s/d.
- _____. Subsídio Festa de Cristo Rei – Dia do Leigo 1995, São Paulo : Nuestra América Editora e Vídeo, s/d.
- _____. Subsídio Festa de Cristo Rei – Dia do Leigo 1996, São Paulo : Gráfica e Editora Peres, s/d.
- _____. Subsídio Festa de Cristo Rei 1997. Jesus de Nazaré. Cidadão por excelência – os cristãos leigos a caminho do jubileu, São Paulo : Gráfica e Editora Peres, s/d.
- COMPÊNDIO Vaticano II. Constituições, Decretos e Declarações. 25^a ed., Petrópolis: Vozes, 1996.
- CD-ROM, SBPC. Anais/Resumos da 52^a Reunião Anual da SBPC-UNB, Brasília: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2000.
- SUBSÍDIO de estudo ‘O Lugar do leigo na igreja à luz do Concílio Vaticano II e de Puebla’, s/d, constante dos arquivos do CNL.

LIVROS

- AGUIAR, N. Perspectivas Feministas e o Conceito de Patriarcado na Sociologia Clássica e no Pensamento Sociopolítico Brasileiro. In *Gênero e Ciências Humanas: desafio às Ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record-Rosa dos Tempos, 1997.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais: um relato para a História*. Petrópolis : Vozes, 1986.
- BALDISSERA, A. *Cebs poder, nova sociedade*. São Paulo : Paulinas, 1987.
- BRIGHENTI, A. *Por Uma Evangelização Inculturada. Princípios Pedagógicos e Passos Metodológicos*. São Pualo : Paulinas, 1998.

- BUTLER, J. *Variações sobre Sexo e Gênero, Beauvoir, Wittig e Foucault*. In: BENHABIB, S., CORNELL, D. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.
- CARVALHO, M. P. de. Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico. In: BRUSCHINI, C., HOLANDA, H. B. de. *Horizontes Plurais, novos estudos de gênero no Brasil*, 1. ed., São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.
- COMBLIN, J. Tomo I. Antropologia Cristã. Série III: *A Libertação na História*. Petrópolis : Vozes, 1985.
- CORNELL, D., TRURSCHWELL, A. Feminismos, Negatividade, Intersubjetividade. In: BENHABIB, S., CORNELL, D. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.
- COSTA SOBRINHO, J. B. da. *História do Conselho Nacional de Leigos e Leigas no Brasil*. Goiânia : Editora Redentorista, 2001.
- FARGANIS, S. O Feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, A. M., BORDO, S. R. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.
- FROMM, E. *O Coração do Homem. Seu Gênio para o Bem e para o Mal*. 6. ed., Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1981.
- GARCIA, S. M. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In: ARILHA, M., RIDENTI, S.G. U., MEDRADO, B. (Org.). *Homens e Masculinidades – outras palavras*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.
- HABERT, N. *A década de 70. Apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo : Editora Ática, 1992.
- LARAIA, R. de B. *Cultura. Um Conceito Antropológico*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1997.
- LAURETIS, T. A Tecnologia do Gênero. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e impasses, o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- LÜCK, H. P. *Interdisciplinar, fundamentos teórico-metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MERINO, J. A. *Humanismo Franciscano – Franciscanismo e Mundo Atual*. Petrópolis : Vozes, 1999.
- MORIN, E. *O Problema Epistemológico da Complexidade*. Portugal : Publicações Europa-América, s/d, Col. Biblioteca Universitária.

_____. *Introdução ao pensamento complexo*. 2. ed., Lisboa: Instituto Piaget-Divisão Editorial, 1990.

_____. *A Cabeça Bem-Feita*. Repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2000.

NOLASCO, S. *O Mito da Masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

NYE, A. *Teoria Feminista e as Filosofias do Homem*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1988.

PAULO II, J. *Exortação Apostólica Christifideles Laici*. São Paulo: Paulinas, 1990.

QUINTANEIRO, T., BARBOSA, M. L. de O., OLIVEIRA, M. G. *Um Toque de Clássicos, Durkheim, Marx e Weber*. Reimpressão 1996, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

RUETHER. Rosemary R. *Sexismo e Religião*. Rio Grande do Sul : Editora Sinodal, 1993.

SCHMIDT, S. P. *Gênero e História no Romance Português, novos sujeitos na cena contemporânea*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

SOUZA, V. B. de A. Procura do “eu perdido”: necessidade de conhecer a si mesmo e suas implicações na produção do conhecimento em coletividade. In. SOUZA, Valdemarina Bidone de Azevedo (org.). *Participação e Interdisciplinaridade*. Porto Alegre, Edipucrs, 1996.

TEIXEIRA, F. L. C. *Os encontros intelecelsiais de Cebes no Brasil*. São Paulo : Paulinas, 1996.

TERRA, E., NICOLA, J. de. *Gramática, Literatura & Redação para o 2º grau*. São Paulo : Scipione, 1997.

TOSCANO, M., GOLDENBERG, M. *A Revolução das Mulheres*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

VERÃO. *Curso de. O povo canta sua história*. Goiânia: Editora Redentorista, 1995.

REVISTAS

AMADO, Wolmir. Cidadania, Construção e Compromisso do Cristão In. Fragmentos de Cultura – Revista do Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás-IFITEG, Goiânia, Editora UCG, v. 6, nº 20 (especial), outubro 1996.

BORIS, G. D. J. B. Do Mal-Estar Masculino na Contemporaneidade In. Estudos de Gênero – Cadernos de Área, n. 9, Editora da UCG, 2000.

DEMO, P. Qualidade: definição preliminar. In. *Revistas Fragmentos de Cultura*, Goiânia, Editora UCG, v. 8, n. 3, mai./jun.1998.

GOMÁRIZ, H. Los Estudios De Género y sus Fuentes Epistemológicas: periodización y perspectivas, *Isis Internacional: Santiago-Chile*. n. 17, 1991.

GONÇALVES , E. Pensando o Género como categoria de análise In. *Estudos de Género, Caderno de Área*, nº 7, Goiânia, Editora UCG, 1998.

GROSSI, M. P. Identidade de Género e Sexualidade. In. *Estudos de Género. Cadernos de Área* 9, Goiânia: Editora UCG, 2001.

RCC. *Revista RENOVACÃO*, Ano I, n. 1, Jan/Fev de 2000.

SCOTT, J. Género: uma categoria útil de análise histórica. In *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, jul/dez 1995, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DICIONÁRIOS

FERREIRA, A. B.H. *Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI*, 1999, CD-ROM.

RUSS. J. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo : Scipione, 1994.

RELATÓRIOS

CNBB. Relatório da reunião dos subsecretários regionais da CNBB. Brasília, 30/5/1979.

_____. Projeto para a formação do Conselho Nacional dos Leigos. Mimeografado, s/d.

CNL. Relatório interno, mimeografado, s/d.

_____. Relatório interno de trabalho, mimeografado, s/d, mas é com data posterior à Assembléia de 15-16/11/ 1975.

_____. Relatório de Respostas ao questionário preenchido pelos movimentos na assembléia de 1976, s/d, contendo treze páginas.

_____. Relatório do I Encontro Nacional de Leigos. Mariápolis, SP, de 5 a 7/8/1987.

_____. Relatório da XI Assembléia Geral do CNL, ocorrida em Belo Horizonte, de 3-6/12/1992.

_____. Relatório do II Encontro Nacional de Leigos. Lins, SP, de 10 a 13/6/1993.

_____. Relatório da XIV Assembléia Geral do CNL, ocorrida em São Paulo, de 15-18/6/1995.

_____. Relatório do III Encontro Nacional de Leigos. Goiânia, GO, de 6 a 9 de junho de 1996.

MCC. Relatório de 17/11/1975 sobre reunião do Conselho Nacional de Leigos, ocorrida no Rio de Janeiro, em 15 e 16/11/75 e assinado pelo Dr. Luiz Leite Neto.

BOLETINS

CNBB. *Boletim Participação*, n. 1, 28/11/ 1969.

_____. n. 4. 31/3/1973.

_____. n. 6, 30/9/1973.

_____. n. 8, 31/3/1974.

_____. n. 9, 30/6/1974.

_____. n.11, 31/12/1974.

_____. n. 15, 31/12/1975.

_____. *Boletim Semanal*, v. 1. n. 4, 27/3/1970.

_____. v. 1. n. 13, 29/5/1970.

_____. v. 2. n. 33, 10/9/1971.

_____. v. 3. n. 46, 17/11/1972.

_____. v. 4. n. 35, 31/8/1973.

_____. v. 5. n. 43, 25/10/1974.

_____. v. 6. n. 47, de 21/11/1975.

_____. v. 7. n. 33, 13/8/1976.

_____. Comunicado Mensal, n. 214 e 215, jul./ago. 1970.

_____. n. 225, jun. 1971.

_____. n. 228, set. 1971.

_____. n. 238, jul. 1972.

_____. n. 242, nov. 1972.

_____. n. 243, dez. 1972.

_____. n. 264, set. 1974.

_____. n. 313, out. 1979.

_____. *Jornal Primeira Hora*. Ano 1, n.0.

CNL. *Bilhete*, n.6, 8/1988.

_____. Número Especial, 12/1988.

_____. n. 16, 12/1989.

_____. n. 22, 6-7/1991.

- _____. n. 27, 10/1992.
- _____. n. 28, 5/1993.
- _____. n. 29, 12/1993.
- _____. n. 31, 7/1994.
- _____. n. 33, 12/1994.
- _____. n. 35, 5/1995.
- _____. n. 36, 8/1995.
- _____. n. 37, 12/1995.
- _____. *Informativo CNL*, 1983, n.1?, s/d.
- _____. n. 2, 9/1983.
- _____. n. 3, 12/1983.
- _____. n. 4, 4/1984.
- _____. n. 5, 4/1984.
- _____. n. 6, 12/1984.
- _____. Número Especial, 4/1985.
- _____. n. 7, 8/1985.
- _____. n. 8, 9/1985.
- _____. n. 9, 9/1985.
- _____. n. 10, 8/1986.
- _____. n.11, 9/1986.
- _____. n.12, 4/1987.
- _____. n.13, 11/1988.

PIMEP - Programa Interdisciplinar da Mulher. Estudos e Pesquisas, 1992, Goiânia.
 In Momento - Boletim da Universidade Católica de Goiás, Ano VI, n. 66, Goiânia,
 30/3/1999.

CARTAS

APC. Carta de 2/6/1976.

Carta de Maria Lúcia da Silva. Apud CNL. Informativo CNL. 1984, n. 4.

CNBB. Carta de D. José Freira Falcão, bispo do Setor Leigos, de 25/2/1978, indicando ao Celam Hélio Amorim para participar da reunião preparatória em março de 1978, como de fato ocorreu.

_____. Carta de Pe. Hilário Mazzarolo ao Hélio Amorim em 3/4/1975.

CNCMB. Carta da Confederação Nacional das Congregações Marianas do Brasil, de 29/6/1977.

CNL. Carta enviada aos movimentos de leigos em 22/10/1975, assinada pelo Pe. Hilário Mazarolo e Hélio Amorim, em nome da Comissão Executiva Nacional Provisória do CNL.

_____. Carta de 8/12/1975.

_____. Carta de 29/6/1976.

_____. Carta de 20/10/1976.

_____. Carta de 1/2/1977.

_____. Carta de Guilherme T. B. a Hélio Amorim, de 17/5/1978.

_____. Carta de Hélio Amorim à D. Aloísio Lorscheider e a D. Ivo Lorscheiter, s/d, porém é de 1978.

_____. Carta de Hélio Amorim à Folha de São Paulo, Rio e Janeiro, 20/5/1980.

_____. Carta enviada aos movimentos de leigos em 10/2/1981.

FBB. Carta de 14/01/1976.

LCJMJ. Carta de 8/4/1976.

MCC. Carta enviada a D. Ivo Lorscheider, secretário geral da CNBB, no Rio de Janeiro, com data de São Paulo, 9/12/1975, assinada por Carlos Maria Montero, vice-presidente do Secretariado Nacional do MCC.

_____. Carta ao Pe. Hilário Augusto Mazzarolo, São Paulo, 14/7/1976. A mesma é assinada pelo Carlos Maria Monteiro.

SMF. Carta de 15/2/1976 ao CNL, assinada por Ekkehard Schneider.

SNAO. Carta de 29/3/1977.

SSVP. Carta ao Pe. Hilário Mazzarolo, Assessor do Setor Leigos da CNBB, Rio de Janeiro, 12/12/1975. A referida carta por extenso foi assinada pelo Sr. José Mendes Lira.

_____. Carta da Associação Nacional da Caridade, Rio de Janeiro 14/7/1976.

INTERNET

CEDIM. Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. (1987), no Rio de Janeiro. Disponível em <http://cedim.rj.gov.br>.

CEPIA. Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. (1990), no Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.cepia.org.Br/>

CFEMEA. Grupo Feminista de Estudos e Assessoria. (1989), Disponível em <http://www.cfemea.org.br/>

DERRIDA, J. apud BURITY, J. 2000. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br>

Fundação da Mulher Gaúcha (1995), em Porto Alegre. Disponível em <http://www.ppb-rs.org.br/fmg/mulher.htm>

GELEDÉS. Instituto da Mulher Negra (1988). Disponível em <http://www.geledes.com.br/>

Grupo Transas do Corpo (1987), Goiânia. Disponível em <http://www.transasdocorpo.com.br/>

GTPOS. Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual. (1987), em São Paulo. Maria Mulher (1987), em Porto Alegre. Disponível em <http://web.that.com.br/gtpos>

NEIM. Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher. (1983) da UFBA, Bahia. Disponível em <http://www.ufba.br/~neim/>

NIEM. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. (1984) da UFRGS, Porto Alegre. Disponível em <http://www.ufrs.br/ifch/niem.html>

Rede Mulher de Educação, 1983. Disponível em <http://www.redemulher.org.br/>

REDOR. Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero. 1992. Disponível em <http://ufba.br/~redor/>

Sempreviva Organização Feminista - SOF, 1963, São Paulo. Disponível em <http://www.alternex.com.Br/~sof/>

ANEXO 1 – QUANTIDADE DE HOMENS E MULHERES NAS ASSEMBLÉIAS NACIONAIS DO CNL

	1975	1976	1978	1981	1982	1984	1986	1988	1989	1990	1991	1992	1994	1995	1997	1998	1999
Homens	08	30	20	15	17	36	43	45	59	33	56	40	54	52	36		
Mulheres	03	13	07	07	11	17	35	33	55	32	43	45	62	48	58		
Total	11	43	27	22	28	53	78	78	104	65	99	85	116	100	94		125

• Ano de realização das assembleias

As Assembleias Nacionais de 1993 e 1996, realizadas durante o II e III Encontros Nacionais de Leigos e Leigas, não foram consideradas.

Fonte: Atas e fichas das assembleias.

ANEXO 2 – PARTICIPAÇÃO NAS ASSEMBLÉIAS NACIONAIS DO CNL POR NÚMERO DE VEZES

Nº VEZES*	UMA	DUAS	TRÊS	QUATRO	CINCO	SEIS	SETE	NOVE	OITO	DEZ	TOTAL
Nº PESSOAS•	554	116	50	21	21	9	8	5	2	1	787
%	70,4%	14,8%	6,4 %	2,6%	2,6%	1,2%	1%	0,6%	0,25%	0,12%	100%

Explicação

* Indica número de assembléia que participou.

• Indica a quantidade de pessoas que participou por número de vezes.

Foram contadas as assembléias de 1975, 76, 78, 81, 82, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 97, 98 e 99.

Não foram contadas as assembléias de 1993 e 1996, que ocorreram, respectivamente, no II e III Encontro Nacional de Leigos.

Fonte: Atas e fichas das assembléias.

Anexo 3 – Nomes de lideranças do CNL

ANTONIO CARLOS M. GOMES	RJ	89-90-91-92-94-95-97-98-99
ANTONIO GERALDO DE AGUIAR	SP	86-88-89-91-92-94-95-97-98
CECÍLIA BERNADETE FRANCO	SP	88-89-90-91-92-94-95-97-98
CELSO DE CASTRO M. NETO	MG	88-90-91-92
EDIVAL NUNES DA SILVA	PE	76
HÉLIO MENDES DE AMORIM	RJ	75-76-78-81-82-84-86
HELOÍSA NUNES DA SILVA	RJ	81-82-84-92
IGAR FEHR	SP	84-86-88-89-90-91-92-94
INÁCIO JOSÉ WERNER	MT	88-89-91-92-95-97
JOSÉ BATISTA DA C. SOBRINHO	GO	92-94-95-97-98-99
JOSÉ FRANCISCO DE MEDEIROS	MG	90-91-95-97-98-99
LAUDELINO A. DOS S. AZEVEDO	MG	90-91-92-94-95-97-98
LÚCIA THEREZA L. CARREGAL	RJ	84
MARIA ANGÉLICA LAURIANO	RJ	91-92-94-95-97-98-99
MARIA APARECIDA FEHR	SP	84-86-90
MARIA DA CONCEIÇÃO M. FORMIGA MA		94-95-97-98-99
MARIA EXCELSA TEIXEIRA	PI	89-92-94-95-97-98-99
MARIA TERESINHA RTZMANN	PR	88-89-91-92-94
MARIETA HAELS	SP	89-91-92-94-95
MARINA LESSA	RJ	78-84-86
NILDE CARDOSO M. SANDES	MA	88-91-92-94-95-97-98
NILZA DO SOCORRO RIBEIRO	PA	92-94-95-97-98
NIVALDO DONIZETE M. CRUZ	SP	86-88-89
PEDRO GONÇALVES	RJ	75-76-78-81-82-84-86-89-97-99
SILVESTRE DOS SANTOS LIMA	PR	91-92-94-95-97-98-99
TÂNIAMARIA C. MAIA	CE	88-89-91-92-94-95-97-98-99
TEREZA DE AZEVEDO LEITE	MG	86-88-90
TEREZA GAMBA	RS	84-86-88-89-90-91-92-94
WOLMIR THERÊZIO AMADO	GO	89-90-94-95-97-98-99

. Os anos indicam os anos que participaram de assembléia nacional.

. A sigla indica o Estado de origem da liderança.

. Pelo fato da lista ser grande e desnecessária, menciona-se esses nomes.

Fonte: Atas e fichas das assembléias.

Ano	1976	1977	1978	1979	1980	1983	1984	1985	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	Total
Total	1	1	3	1	8	1	3	3	7	11	8	5	4	1	6	4			22
Classificação	Apoio = 22													Solidariedade = 22				Posicionamento = 22	

Fontes: Cartas, Bilhetes e Informativos do CNL

ANEXO - 5 'CONTEÚDOS' DAS INICIATIVAS DE APOIO, SOLIDARIEDADE,
 POSICIONAMENTO E MENSAGENS DO CNL AO LONGO DE SUA TRAJETÓRIA
 LEGENDA

A=APOIO S=SOLIDARIEDADE P=POSICIONAMENTO M=MENSAGEM

1976

20/outubro S.À D.Adriano Hipólito Mandarinó

1977

Início S. À CNBB-D. Aloísio

1978

maio P. A favor de Edval

8/maio S. À Família de D. Branca Alves

14/junho S. À D. Estevão

1979

22/dezembro S. À Frei Leonardo Boff

1980

janeiro A. À Bispos, padres e leigos sobre ABC

antes março A. À CNBB-D.Ivo

antes março A. À D. Cláudio de Santo André

11/março S. À CNBB-D. Ivo Lorscheiter

abril A. À CNBB-Acontecimento ABC

20/maio À. Folha São Paulo apoiando bispos, padres e leigos do ABC

20/maio P. Ao Jornal O Globo apoiando bispos, padres e leigos do ABC

9/junho S. À. Dr. Dalmo Dallari defensor direitos humanos

1983

setembro P. Os leigos e a legalização do aborto

1984

abril A. Ao Secretariado da ACR de Recife-Pernambuco

abril S. CNBB-Bispos falecidos

s/d A. Documento apoiando CEBs

1985

agosto A. Às CEBs em editorial Informativo CNL

setembro A. Aos princípios do Concílio Vaticano II no Sínodo de 1987

setembro A. Ao processo constituinte

1988

julho A.À Nota dos religiosos e agentes da D. de Porto Nacional

- agosto A. Ao N.A. apoiando D. Paulo Evaristo quando da divisão da Arquidiocese
- setembro A. Aos que assinaram o documento à Nunciatura em agosto
- outubro A. À Dom Pedro Casaldáliga devido a punição
- dezembro S. Aos irmãos da Diocese de Volta Redonda-Trabalhadores CSN
- dezembro P. O CNL e a Conjuntura Nacional
- dezembro M. Aos nossos irmãos leigos, religiosos, padres e bispos da Igreja do Brasil
- 1989**
- início S. À Luís Tenderine
- abril A. Ao Movimento Nobel da Paz – D. Paulo
- dezembro P. Carta a SS o Papa J. Paulo II colocando as preocupações e angústias dos cristãos leigos em face da conjuntura da Igreja no Brasil
- dezembro P. Carta a Dom José Cardoso sobrinho, Arcebispo de Olinda e Recife, manifestando nossa preocupação e indignação ética em face dos conflitos da Igreja na capital Pernambucana
- dezembro P. Carta ao Presidente do CELAM manifestando a esperança de que haja uma presença mais significativas de leigos na IV Conf. Dos Bispos Latinoamericanos
- dezembro P. Carta dirigida ao sr. Secretário de Estado do Vaticano solicitando a abertura de diálogo em torno do não reconhecimento da JOC Internacional
- dezembro S. Aos índios Ava-Guaranis
- dezembro S. Aos Índios Ianomanis
- dezembro P. Sobre as eleições presidenciais
- dezembro S. Ao Povo de El-Salvador
- dezembro P. Solicitando do Bispo de Campo Mourão-PR e do Arcebispo de Curitiba-PR, providências junto às autoridades para apurar os responsáveis por agressões e ameaças a jovem da PJR e padres na Diocese de Campo Mourão
- 1990**
- outubro P. À CNBB referente ao entendimento nacional
- outubro P. Sobre a caminhada para Santo Domingo
- outubro P. Sínodo dos Bispos
- outubro A. Apoio à CNBB pelo documentos das Diretrizes
- outubro S. Aos Povos da Amazônia
- outubro S. Aos Povos de Foz de Iguaçu
- outubro S. Aos Trabalhadores contra barragem em São Paulo

dezembro	M. Nossa Mensagem de Natal
1991	
jan/fevereiro	S. À Marcelo, companheiro do CNL em Xanxeré-SC
novembro	P. A Favor do Movimento em defesa da escola pública
novembro	S. Aos Índios Avá-guarania
novembro	A. Ao MST
novembro	P. Carta aberta ao povo brasileiro
1992	
julho	P. À Câmara dos Deputados pela Ética na Política
agosto	P. Aos presidentes da IV Conferência do Episcopado Latino Americano mostrando nossa surpresa e descontentamento pelo corte de D. Padim da lista de delegados
agosto	A. Aos trabalhos da CPI-PC-Farias
dezembro	P. Por ocasião das eleições presidenciais
1993	
junho	M. Mensagem do II ENL aos cristãos leigos...
1994	
junho	M. Mensagem da XIII Assembléia Geral do CNL aos...
junho	S. À África do Sul
junho	S. Aos leigos da cidade de Sapucaí Mirim – MG
junho	A. À Campanha Nacional contra a Impunidade e Violência
junho	A. CPI
junho	A. À Equipe da ACO
1995	
junho	M. Mensagem da XIV Assembléia Geral do CNL aos...
junho	P. Sobre a lenta demarcação das terras indígenas
junho	S. À Ivone Gebara
junho	S. À Superiora Geral da Congregação
1996	
junho	M. Mensagem do III ENL aos leigos e leigas das comunidades cristãs, engajados nas mais formas de construção da cidadania na Igreja e na Sociedade
junho	A.às Comunidades Cristãs
1997	
maio	P. Moção em defesa da reforma agrária
maio	P. Ao ministro da Educação e ao Conselho Nacional de Educação

maio P. À CNBB sobre fatos de repercussão nacional envolvendo
autoridades do governo e da hierarquia do Povo de Deus

Fontes: Cartas, Informativo CNL e Boletim Bilhete

ATIVIDADE	A.N.CNL	C/S. N.	P.A.N.O.P.D.	P.A.N.CNL	P.S.	E.N.L.	E.M.P.	R.S.N.J	E.C.M.	R.C.R.CNL
	1975/76/78	3/83	9/1991	4/83	8/85	8/1987	3/1988	9/76	3/84	8-9/1ç
	1981/82/84	5/89	10/1993	12/84	9/85	6/1993	4/1995			
	86/88/89	7/89	10/1995	8/85	8/86	6/1996				
	1990/91/92	8/92								
	94/95/97									
TOTAL	15	4	3	3	3	3	2	1	1	1

LEGENDAS

A.N.CNL = Assembléia Nacional do CNL

E.N.L = Encontros Nacionais do CNL

E.C.M. = Encontro de Coordenadores de Movimentos

C/S.N. = Curso e Seminários Nacionais

E.M.P. = Encontro de Movimentos e Pastorais

P.A.N.O.P.D. = Presença nas Assembléias Nacionais dos Organismos do Povo de Deus

P.A.N.CNL = Pesquisa para Assembléia Nacionais do CNL

P.S. = Pesquisa preparação ao Sínodo de 1987

P.C. = Pesquisa em vista da Constituinte

R.S.N.J = Reunião do Secretariado Nacional da Juventude

R.C.R.CNL = Reunião do Conselho de Representantes do CNL

Fontes: Cartas, Informativo CNL e Boletim Bilhete

ANEXO 7 – Tabela e Nomes das Lideranças Referidas Nessa Pesquisa

	Nº NOMES	% NOMES	Nº VEZES	% VEZES
HOMENS	20	40	37	40
MULHERES	29	60	55	60
TOTAL	49	100	93	100

HOMENS

Aparecido de Moraes .
 Aloísio Lorsheider (bispo) ..
 Ary de Christan .
 Carlos Maria Monteiro ..
 Celso Matias de Castro Neto ..
 Ekkehard Schneider .
 Geraldo Aguiar .
 Guilherme T. B. .
 Hélio Amorim
 Hilário Mazzarolo (padre)
 Ivo Lorscheiter (bispo) .
 João de Oliveira Bernades .
 José Freire Falcão (bispo) .
 José Henrique Grossi ..
 Luís Leite Neto .
 Manuel Sampaio .
 Mário F. Gonçalves (padre) .
 Pedro Gonçalves .
 Raimundo José Soares (padre) ..
 Wolmir Amado ...

MULHERES

Ana Maria Tepedino .
 Ceci Maria C. B. Mariani .
 Cecília Bernadete Franco
 Clara Maria França de Paula .
 Doroti da Silva .

Eunice Campanha .
 Heloísa N. Muniz da Silva .
 Hilária Carolina Etges .
 Lea Cortez Dinis R. Lima ..
 Leda Schmidt de Andrade .
 Lúcia Thereza L. Carregal
 Lucimar Correa Pereira .
 Maria Clara Bingemer .
 Maria Helena D. de Azevedo
 Maria José de Souza .
 Maria Terezinha Ritzmann .
 Marieta Haels ..
 Marina Lessa ..
 Miriam Solak .
 Mônica B. Bambros .
 Nilde C. M. Sandes .
 Remédios Mira Fernandes .
 Renata Carregal .
 Rosita Sampaio Bahicema .
 Tânia Maria C. Maia .
 Tereza Cavalcanti .
 Tereza Gamba .
 Thereza de Azevedo Leite ..
 Wanda Conti .

Explicação!

O processo de inclusão do nome e/ou da liderança, obedeceu ao critério geral de estar evidenciando uma vivência e/ou experiência de gênero. Não houve uma intenção de privilegiar nenhum dos nomes e/ou lideranças ou de privilegiar as mulheres em detrimento dos homens. Cada nome foi sendo incluindo na medida que foi descoberto que o mesmo exemplifica alguma relação de gênero.

Para identificar um por um dos nomes, realizamos a localização do nome e de quantas vezes aparece cada nome. O ponto em negrito [.] indica quantas vezes o nome e/ou liderança foi citada.

O trabalho de identificar um por um dos nomes foi feito, no final, após ter 'encerrado a inclusão' dos nomes.

Fonte:Dissertação de Mestrado, capítulos 2 e 3.

FOTOS

Foto 1 – Assembléia Nacional 1986, Rio de Janeiro

Foto 2 – Assembléia Nacional 1986, Rio de Janeiro

Foto 3 – Assembléia Nacional 1986, Rio de Janeiro

Foto 4 – I Encontro Nacional de Leigos, Agosto 1987, Mariápolis, São Paulo

Foto 5 – I Encontro Nacional de Leigos, Agosto 1987, Mariápolis, São Paulo

Foto 6 – I Encontro Nacional Leigos, Agosto 1987, Mariápolis, São Paulo

Foto 7- Assembléia Nacional, Dezembro 1988, São Paulo

Foto 8 – Assembléia Nacional, Dezembro 1988, São Paulo

Foto 9 – Assembléia Nacional 1989, Goiânia

Foto 10 – Assembléia Nacional 1989, Goiânia

Foto 11 – Assembléia Nacional, Outubro 1990, Juiz de Fora

Foto 12 - Cecília Bernadete Registrando Estatuto, Dezembro 1991, Brasília

Foto 13 – Cecília Bernadete, na Assembléia Nacional, Junho de 1994, Volta Redonda, Rio de Janeiro

Foto 14 – Participantes da Assembléia Nacional, Junho de 1994, Volta Redonda, Rio de Janeiro

Foto 15 – Colegiado de Representantes CNL, 1995-1998.

Foto 16 – Isaías, Cecília e Silvestre, lideranças atuantes no/do CNL

Foto 17 – Reunião do grupo Relações de Gênero, no III Encontro Nacional de Leigos, Junho de 1996, Goiânia

Foto 18 – Lideranças o Colegiado de Representantes em reunião.

Foto 19 – Lideranças da Equipe Formação do CNL

Foto 20 – Executiva Nacional CNL 1995-1998, Junho de 1998, São Paulo

Foto 21 – Cartaz do III Encontro Nacional de Leigos e Leigas, Junho 1996